

GT – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ALINE AGUIAR CERQUEIRA

A emancipação feminina nas páginas do jornal Folha do Norte (Feira de Santana) na década de 1930

ANDRÉIA SILVA RODRIGUES, MICHELE DE CARVALHO CUNHA, MIRIAN SANTOS PAIVA, LUCINEIDE SANTOS SILVA

Sexualidade de adolescentes e jovens vivendo com HIV/AIDS

FABIANA XIMENES BARROS, AURYTELIA DA SILVA COSTA, MARIA DOLORES DE BRITO MOTA

Caracterização do feminicídio no estado do Ceará

JÚLIA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI THOMAZ

Cunhã, maraneyma, ecobé aé ecoaba: uma análise institucional do programa de resgate da medicina tradicional

MARIA DO CARMO BRAGA DE OLIVEIRA, OSVALDO FRANCISCO RIBAS LOBOS FERNANDEZ

Violência contra mulheres lésbicas no Brasil: construindo debates

SAMIRA OLIVEIRA NORONHA

A tutela jurídica da prostituição

TATIANE OLIVEIRA SOUZA, ENILDA ROSENDO NASCIMENTO, QUESSIA PAZ RODRIGUES, CARLA CRISTINA CARMO SANTOS

Características sócio-demográficas de puérperas usuárias de uma maternidade pública de Salvador, Bahia

TIALA CRISTINE DE ALBUQUERQUE DE MORAIS, ALINE MARIA DE CASTRO ALMEIDA, CÁTIA REGINA MUNIZ

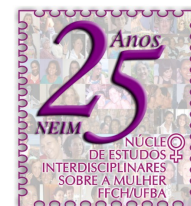
A relevância do projeto fomento ao consumo sustentável para um grupo de mulheres da comunidade Parque Santana (Fortaleza-CE): um olhar sobre suas percepções

GT – Iniciação Científica

Aline Aguiar Cerqueira

FAPESP/UEFS

Palavras-chave: Gênero, Sufrágio, Mulheres, Imprensa.



A emancipação feminina nas páginas do jornal folha do norte (Feira de Santana) na década de 1930

Introdução

O período que antecede a década de 1930 foi marcado por uma série de acontecimentos que provocaram mudanças em diversos setores da sociedade brasileira. Muitos desses acontecimentos repercutiram nos anos de 1930 de maneira preponderante, como por exemplo, o Modernismo, a fundação do Partido Comunista no Brasil, o Tenentismo e, principalmente, o *Movimento Feminista*. Este último se constitui um ponto de referência para as discussões aqui empreendidas.

Na década de 1920, o Movimento Feminista com maior articulação ganha visibilidade nacional, tendo como principal bandeira a luta sufragista. Essa visibilidade vem em função da atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada pela paulistana Bertha Lutz e um grupo de mulheres, que através de várias ações pressionavam as autoridades políticas, além de mobilizarem a opinião pública sobre as reivindicações da Federação. Segundo Rachel Soihet:

(...) a atuação dessas mulheres que em meio a preconceitos nos mais diversos âmbitos, transgredindo inúmeras regras, mas também conservando, encaminharam a sua luta a fim de obter o acesso à cidadania, permitindo-lhes alcançar sua plena condição humana através da ação política da qual eram (...) excluídas (SOIHET, 2002).

Sendo assim, a atuação da Federação não ficou restrita ao Rio de Janeiro, em vários estados do Brasil foram criadas filiais dessa Federação, inclusive na Bahia, que teve sua filial fundada em 1931, tendo como presidente a feirense Edith Gama e Abreu.

Mediante a esses acontecimentos aqui citados, em que as mulheres se mobilizaram em prol da participação na vida política do país, os jornais veiculavam

notícias sobre essas iniciativas, demonstrando que o debate estava posto nos seguimentos letrados da sociedade. Logo, os jornais constituem-se um corpus documental imprescindível, pois publicizaram diversas notícias que nos apontam indícios tanto para a compreensão do contexto político-social na década de 1930, quanto para identificar as representações sociais sobre o comportamento feminino, especialmente, no que tange a participação das mulheres na esfera pública.

O jornal *Folha do Norte*, um dos periódicos mais antigos da Bahia, ainda está em circulação e é uma importante fonte para aqueles que têm interesse em pesquisar a História da cidade de Feira de Santana. De acordo com Clovis Oliveira este jornal, na década de 1930, era organizado da seguinte forma: as três primeiras folhas eram destinadas para as partes noticiosas e culturais e, as últimas, veiculavam as propagandas.

Oliveira chama atenção para o papel da imprensa como formadora de opiniões, como também em relação às disputas pela construção de determinadas memórias e, ao mesmo tempo, para o silenciamento de tantas outras. Nessa perspectiva Oliveira afirma que “os jornais feirenses (...) são vistos como elementos de estruturação dos projetos de organização da vida urbana partindo de uma perspectiva que se pretendia civilizada.” (OLIVEIRA, 2000: p.59). De fato isso é bem presente nas notícias do *Folha do Norte*.

As notícias e informações veiculadas neste jornal sobre a emancipação feminina vão desde informes de caráter internacional até de âmbito local. Em termos de conteúdo, os jornais apresentavam notícias que questionavam a capacidade das mulheres em atuarem num campo que até então era destinado aos homens. É importante salientar que os jornais foram um dos principais mecanismos de divulgação das causas feministas, na estratégia de reivindicação por direitos.

Tendo apresentado alguns aspectos dos acontecimentos dos anos de 1930 e, conseqüentemente, esboçado o perfil do jornal *Folha do Norte*, este artigo tem por propósito traçar um panorama das principais notícias desse periódico feirense que se referem à discussão sufragista, bem como sobre a emancipação das

mulheres. A partir de notícias que abordam essa temática em vários âmbitos (internacional, nacional, local), problematizar-se-à a condição feminina apresentada nos discursos jornalísticos, atentando para as relações de poder que incidem nessas produções.

Um giro pelas manchetes internacionais

As matérias divulgadas no jornal *Folha do Norte* sobre a emancipação feminina a nível internacional eram conseguidas através dos correspondentes que viviam no exterior, ou então, a partir das compilações de notícias publicadas por outros periódicos, em particular, dos jornais que circulavam nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador.

De um modo geral, as matérias se referem aos países da Europa e aos EUA, os conteúdos em sua maioria abarcam três aspectos: a questão sufragista e o pleito político, a inserção do trabalho feminino e suas implicações e, por último, a inserção da mulher na esfera pública como ameaça ao modelo de comportamento feminino.

Com a intenção de analisar os aspectos citados anteriormente, tomaremos como ponto de partida a questão da participação política. Nas informações veiculadas pelo *Folha do Norte* estão o crescimento do alistamento eleitoral das mulheres, bem como a participação feminina como candidatas a cargos políticos. São colocados como exemplos as diversas realidades de alguns países. Primeiro é citado o caso da Espanha¹, numa nota do ano de 1933, que aborda como neste país as mulheres superaram os homens em número de eleitores. Nesta notícia é publicizada até a estimativa numérica do eleitorado espanhol. No segundo caso, é citada a experiência da Turquia², em nota de 1935, onde se destaca a candidatura de 16 mulheres ao cargo de deputadas. Como complemento são noticiadas, ainda, as lutas das mulheres turcas na conquista dos espaços nesse período.

¹ JORNAL FOLHA DO NORTE. *O Eleitorado do Sexo Feminino está em maioria na Espanha*. Feira de Santana, 25 de março de 1933.

² JORNAL FOLHA DO NORTE. *Dezesseis candidatas a deputadas na Turquia*. Feira de Santana, 16 de fevereiro de 1935.

Analisando essas notícias foi possível perceber que a emancipação nesse sentido, de certa forma, era positivada, pois nos textos havia trechos que congratulavam estas conquistas. Entretanto, os articuladores da *Folha do Norte* não faziam nenhum tipo de associação destas notícias com as mobilizações feministas ocorridas no Brasil. Na leitura dessas fontes é notório como a questão das demandas femininas era um processo que germinava em vários cantos do mundo, confirmando por sua vez as influências que o feminismo norte-americano e europeu produziram no feminismo denominado de “primeira onda”, que de acordo com Joana Pedro, seria o de caráter sufragista.

No que concerne ao aspecto do trabalho feminino, as relações de conflito emergem, pois, ao passo que são noticiadas as formas de participação das mulheres no exercício das suas funções na indústria, no comércio e no funcionalismo público, são divulgadas outras notícias afirmando que a inserção da mulher no mercado de trabalho estava subtraindo os empregos dos homens, em detrimento dos valores da “sagrada família”. Vejamos uma matéria publicada em 06 de fevereiro de 1932, que se reporta a participação das mulheres suecas no mercado de trabalho:

Em menos de dez anos, (...) o número de funcionários femininos, a serviço do Estado duplicou. A mulher entra em toda parte e é vista em toda parte, nas repartições da administração governamental. (...) convém entretanto, accentuar que a mulher se avançou sobre quanto às posições ahi occupa. (...) Ella é capaz de grandes sacrifícios. Mas a sua mentalidade, a educação que recebeu, a sua compilação physico, e sobretudo, a sua inexperiência nas coisas práticas da vida põem desde logo à margem para o exercício de funções porventura de maior responsabilidade e delicadeza.³

Percebemos que apesar da notícia ser intitulada de “feminismo triunfante” e de destacar a participação das mulheres no funcionalismo público, a matéria afirma que para os cargos de chefia a mulher não estaria apta a ocupá-los, haja vista ter características biológicas e psicológicas incompatíveis com tais funções,

³ FOLHA DO NORTE. *O Feminismo Triunphente na Suécia*. Feira de Santana, 06 de fevereiro de 1932.

A grafia das notícias apresentadas no decorrer deste artigo foi mantida de acordo a grafia da década de 1930.

sendo o homem o indivíduo certo para exercer tal função. Portanto, de acordo com esse texto jornalístico, o trabalho feminino apesar de está em ascensão na Suécia, é inferiorizado em relação ao trabalho do homem, já que o exercício das funções de chefia era de atribuição masculina. Dentro dos padrões normatizadores dos papéis sociais, a notícia demonstra que a hierarquização do trabalho era atravessada também pelas relações de gênero.

Em relação à nova tendência do comportamento feminino, muitas vezes denominada nos jornais do período como a tendência da “mulher moderna”, são divulgadas várias informações onde aparecem as mulheres transgredindo as normas socialmente construídas do ideal de conduta feminina. Algumas dessas informações afirmam que as mulheres estavam se apropriando de comportamentos até então considerados como próprios dos homens. Vejamos uma notícia em que essa idéia pode ser identificada:

Três jovens, dessas que não têm medo de coisa alguma, e até parecem homens valentes, metteram-se num automóvel, na Cidade do Cabo (África) com destino à Europa. (...) Pretendiam ellas demonstrar que, sem auxilio das calças, poderiam attingir o velho continente. Tratava-se, simultaneamente, de uma prova desportiva e de uma affirmação feminista.⁴

Logo, as mulheres por enfrentarem tal desafio são comparadas aos homens, já que a valentia é identificada como característica masculina. Aqui o que pode ser notado, é que no processo de emancipação feminina, as mulheres muitas vezes incorporavam atitudes consideradas pertencentes aos homens, condicionadas pelos processos históricos, em que as relações patriarcais incidiam na forma de organização da sociedade.

Sendo assim, as estratégias empreendidas rumo à emancipação eram diversas: a ocupação no mercado de trabalho, que tinha um contingente maior entre as mulheres das classes subalternizadas; o processo de escolarização, que permitiu que algumas mulheres, não apenas tivessem acesso a determinadas literaturas, como também que elas se arriscassem no universo da escrita; o exercício de direitos políticos, tanto no que se refere a votar, como também, o

⁴ FOLHA DO NORTE. *Três Feministas Destemerosas*. Feira de Santana, 04 de abril de 1931.

direito de ser votada; bem como na apropriação de práticas tidas como essencialmente masculinas, para burlar a disciplinarização imposta por séculos de opressão exercida pelos homens.

Contudo, através dessas notícias internacionais é possível perceber como o processo de emancipação feminina era uma questão mundial. Além disso, é importante destacar que a maioria das notas veiculadas pelo *Folha do Norte* apresentava características conflituosas e ambíguas, contrapondo idéias e enfatizando os aspectos convenientes para a ordem dos discursos. Conseqüentemente, conforme Michel Foucault é preciso atentar para as condições de produção dos discursos, analisando seus sentidos e significados e compreendendo como nesse caso, as redes do poder incidem nas relações sociais, produzindo modelos de masculinidades e femininidades. Por esta razão, torna-se imprescindível para a nossa temática, a análise dos discursos jornalísticos do *Folha do Norte*, nos anos 1930, a partir da perspectiva crítica produzida pelo filósofo Michel Foucault sobre a constituição dos poderes.

Notícias nacionais: mulheres e a questão política

Com o estabelecimento do voto feminino, no governo de Getúlio Vargas, através do decreto lei de nº 21.176, de 24 de fevereiro de 1932, tendo a sua efetivação na Constituição de 1934, a questão sufragista se torna um tema recorrente nos jornais. Isto não seria diferente com o *Folha do Norte*. Mesmo com recorrência, nem sempre a temática do voto era abordada de forma favorável, muitas vezes, os articuladores do jornal publicavam simultaneamente informações sobre a participação da mulher na política, como também notas que descredibilizavam as novas conquistas femininas.

Bertha Lutz uma das líderes do feminismo brasileiro dos anos 1930, era uma das personalidades citadas, quando se abordava a questão sufragista e o movimento feminista. O *Folha do Norte* informava sobre a atuação de Bertha Lutz no movimento feminista, na representação da mesma na comissão da Liga das Nações, além disso, informava sobre as disputas políticas quando esta já era

deputada⁵. Uma dessas notícias destaca a sua importância, por ela ser a única representante da América Latina a participar de um evento internacional. Segundo a notícia:

A conhecida e leader do feminismo brasileiro recebe honroso convite do Bureau Internacional do Trabalho do Instituto de Genebra. (...) É perfeitamente supérfluo salientar o valor dessa distinção que se attribue ao Brasil por intermédio da conceituada leader do nosso movimento feminista. (...) A Dra. Bertha Lutz é a única personalidade sul americana indicada pelo Bureau Internacional do Trabalho para comissão e que alludimos.⁶

Portanto, para a militante do feminismo Bertha Lutz, são tecidos vários elogios no jornal. A nota usa a expressão “nosso feminismo”, como se de fato apoiasse esse movimento. Na verdade o que se pode notar é que, quando qualquer ação do movimento feminista representa o progresso e civilidade, o jornal *Folha do Norte* tende a positivar o movimento, como no caso dessa matéria sobre Bertha Lutz. Naquele momento ela era a representante do Brasil em um evento internacional, o que por sua vez eleva o nome do país, pensando nessa lógica de progresso e civilidade.

Sobre o voto feminino as notícias são diversas: publicaram notas que se dirigem à obrigatoriedade do voto para as funcionárias públicas, outras tratam dos alistamentos e outras ainda abordam as candidaturas femininas ao pleito da Constituinte. Porém, algumas dessas notícias são inusitadas, sendo relevante destacarmos duas: a primeira conta o caso de uma eleitora de São Paulo que adulterou seu documento de identificação para se alistar, pois ela só tinha 18 anos e, conforme o Código Eleitoral de 1932, apenas mulheres maiores de 21 anos poderiam votar; a segunda diz respeito a um episódio ocorrido no estado de Goiás, em que foi criado um imposto sobre o alistamento feminino, a medida tinha por objetivo inibir o alistamento das mulheres. Revoltadas com essa situação as

⁵ Em 1936, Bertha Lutz assume a cadeira de deputada, referente a eleição Constituinte, já que era suplente de um deputado que veio a falecer.

⁶ FOLHA DO NORTE. *A Sra. Bertha Lutz numa comissão da Liga das Nações*. Feira de Santana, 05 de novembro de 1932.

mulheres fizeram um abaixo assinado, que foi enviado para o Ministro da Justiça Eleitoral, que deu parecer favorável às mulheres daquele estado.

Desse modo, a conquista sufragista no Brasil desencadeou mudanças na sociedade brasileira, onde as mulheres já não aceitavam a reclusão doméstica e solicitavam a participação nas decisões políticas do país. Com relação a essa participação Céli Regina Pinto argumenta que:

Havia um ambiente internacional e Nacional, mas também uma sociedade que se urbanizava e começava a pôr em xeque o excluyente pacto oligárquico por meio da manifestação de pequenos grupos, capazes de tornar públicas suas idéias e demandas. E as mulheres, sem dúvida, faziam parte desse movimento, quer fossem da elite ou da classe operária. (PINTO: 2003, p.39).

Só que o direito sufragista nessa época não contemplava todas as mulheres, pois a obrigatoriedade do voto, como já foi citado antes, era apenas para as mulheres que exerciam funções nos quadros públicos, as alfabetizadas e as maiores de 21 anos⁷. Sendo assim, um grande número de mulheres que não se encaixava nestes critérios foi excluída do novo processo eleitoral que se configurou no início da década de 1930.

Ainda no campo político encontramos uma matéria copilada do jornal carioca *Correio da Manhã*, que o *Folha do Norte* publica. Trata-se de uma entrevista com o deputado catarinense Aarão Rabello, que declara que o único parlamento da mulher é o lar. O teor do seu discurso, ao longo da reportagem, revela a sua inaceitabilidade em lidar com essa nova situação: a presença das mulheres na esfera pública. A idéia antifeminista é a tônica que utiliza para tecer seus argumentos:

Sou autor da emenda que veda o direito de voto à mulher, entendendo que o lar é o único parlamento onde deve ser ouvida sua palavra, o meio único onde pode e deve exercitar seus pendores patrióticos. (...) as mulheres procuram emprego em prejuízo de muitos chefes de família e para satisfazer as vaidades e os requintes de luxo. (...) Está constatado que a mulher é um elemento no serviço burocrático.⁸

⁷ Instruções estabelecidas no Código Eleitoral de 1932.

⁸ FOLHA DO NORTE. O Lar é o único parlamento da mulher. Feira de Santana, 10 de março de 1934.

O discurso do deputado Aarão Rabello apresenta alguns setores da sociedade brasileira que eram contra ao estabelecimento do sufrágio universal, e mais, eram antifeministas férreos afirmando que as mulheres que reivindicavam essa prerrogativa estavam corrompendo os valores morais da pátria. Cabe argumentar que a questão do ingresso das mulheres no mercado de trabalho era mencionada na notícia como uma forma de desestruturar as formas vigentes de trabalho.

Todavia, o ponto mais polêmico da nota, nos parece ser a taxativa afirmação de que o lugar da mulher é o lar. Somente lá elas deveriam ser ouvidas, ou seja, dos assuntos públicos cuidam os homens e, dos assuntos domésticos, cuidam as mulheres. Apesar do alarme de muitos homens e, também, de algumas mulheres contra o movimento feminista, afirmando que este estava a inverter a ordem natural das coisas, este movimento não produziu contestações radicais referentes às assimétricas relações de gênero. Muito pelo contrário, o movimento utilizou a imagem da maternidade como forma de ampliar seus discursos de estratégias políticas.⁹ É claro que isso não ofusca a importância da trajetória percorrida por mulheres como Bertha Lutz, Edith Gama e Abreu, Lili Tosta, Maria Luiza Bittencourt, entre outras, na luta pelos direitos femininos.

A partir dessa última notícia explicitada, nos fazemos a seguinte pergunta: Qual a intencionalidade do Jornal *Folha do Norte* em divulgar, uma notícia que diz que o lar essencialmente é um espaço feminino? Como havia dito anteriormente, suas matérias sobre a emancipação feminina, expressam conflitos e ambigüidades, mas pendem para o lado de reforço da lógica da dominação masculina. Por outro lado, quando se trata de algo que beneficia a imagem do Brasil como um país civilizado, em vias do progresso, ou que enfatize o caráter de nacionalidade, as matérias são valorizadas. De acordo com os argumentos de Mascoviche, os jornais não são meros instrumentos de transportes de uma

⁹ Esse é um ponto de um grande debate, em relação as críticas que são tecidas ao Movimento Feminista das décadas de 1920 e 1930. Segundo Rachel Soihet, tanto Susan Besse quanto June Hahner “consideram que numa sociedade autoritária, patriarcal e capitalista, o movimento empreendido pela FBPF, contribuíram no máximo, para modernização das relações de gênero”.

comunicação, estes dão uma nova roupagem à informação, sendo um formador de opiniões, cujas repercussões acabam por produzir determinados discursos, que muitas vezes não correspondem à dinâmica social.

A emancipação na Bahia e em Feira de Santana: notícias locais

No aspecto local o jornal *Folha do Norte*, assim como no aspecto nacional aborda a questão das novas conquistas femininas, noticiando a participação de algumas mulheres em eventos políticos, bem como a divulgação das primeiras feirenses a exercerem o direito do voto. Nas notícias analisadas desse jornal, percebemos que inicialmente, não havia um claro modelo de “destino” para as mulheres, só que mais ou menos no meio da década de 1930, isto passa a mudar.

Edith Gama e Abreu e Maria Luiza Bittencourt são citadas em algumas notícias, ambas foram candidatas a Assembléia Constituinte da Bahia, mas apenas Bittencourt elegeu-se como suplente, tendo assumido a função em 1935. Sobre a feirense Edith Gama e Abreu o jornal publica algumas declarações, onde a presidente da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, discute sobre o movimento feminista, sobre o voto e o divórcio. Em outros momentos destaca a sua participação no Congresso Feminista:

“Das 4 representantes da Bahia no Congresso Feminista 3 são feirenses. Reúne-se por estes dias, no Rio de Janeiro, o 2º Congresso Feminista. A representação da Bahia no alludido Congresso, que está despertando a atenção geral do paiz, é composta da Dra. Hermelinda Paes, da senhora Gama e Abreu e da senhorinhas Judith Mendes e Celeste Cerqueira. As três últimas são naturais da cidade. Isso quer dizer que a Feira quase monopoliza a delegação do feminismo bahiano, que é considerada com justiça, das mais nobres e brilhantes, entre as que constituirão a alludido certame.”¹⁰

O interessante dessa nota é que ela ressaltar a questão das feirenses comporem a maioria da comissão. Estas mulheres são consideradas, pelo periódico, como “nobres e brilhantes”, no entanto, tal propósito se dá em função das feirenses serem destaque, pois representam à vanguarda feminina, que se aproxima da tão

¹⁰ JORNAL FOLHA DO NORTE. *A Feira e o Feminismo*. Feira de Santana, 13 de junho de 1931.

almejada idéia de civilidade e progresso, enfatizada de um modo geral, nos discursos do *Folha do Norte*.

Conforme o referido jornal, as primeiras feirenses a votarem foram Gerolina Falcão e a professora Ursula Martins, em 1933, nas eleições para Câmara Federal. Na seção de votação da senhorinha Martins, o então presidente da mesa, Dr. Eduardo Fróes da Motta proferiu um discurso parabenizando a participação das mulheres no processo político. Além disso, em uma notícia sobre várias homenagens que são feitas para o deputado Arnold Silva, a professora Ursula Martins tem seu discurso publicado no jornal, pois em meio às homenagens de vários políticos da cidade e outros ilustres, ela representava a mulher feirense.

No final dos anos de 1930, o jornal já publica notícias que convocam as mulheres tanto a participar de um comitê feminino em prol da candidatura a presidência de José Américo, quanto para que cada vez mais se alistem como eleitoras. Este fato é bem expressivo já que nos primeiros alistamentos, no ano de 1933, várias notícias são divulgadas sobre o dever cívico de votar, mas nenhuma conclamava as mulheres a se alistarem. Numa nota de 1937, o jornal destaca a importância da conquista do voto:

Na época presente, a mulher, já impõe os seus direitos, como eleitora. Há poucos annos ella não votava. Mas, no entanto, com a evolução da nossa Liberal Democracia, a mulher vocta e é voctada para dirigir os destinos das câmaras municipais, estaduais e federais.(...) Eis ahi um passo acellerado da nossa democracia num período de 48 annos de República. (...) A Feira feminina deve se alistar(...)"¹¹

Logo, a notícia destaca a questão da conquista dos direitos políticos e enfatiza a questão do alistamento, entretanto, ao se referir ao processo histórico dessa conquista não menciona a importância do movimento feminista para tais conquistas, há um silenciamento sobre a atuação dessas mulheres nesses 48 anos de República.

¹¹ JORNAL FOLHA DO NORTE. *A Mulher Feirense*. Feira de Santana, 31 de Janeiro de 1937.

“Conceitos e preconceitos”

Na última parte de análise de notícias do *Folha do Norte*, reservamos para a abordagem das matérias que se referem as diversas representações do comportamento feminino. O próprio título “conceitos e preconceitos”, nome de uma notícia, revela como este periódico feirense tratava essas representações: hora com piadas e trocadilhos machistas, presentes constantemente nos ditos populares publicados pelo jornal, assim como também em contos; hora com matérias em que os atributos da mulher moderna são colocados como ameaças constantes à integridade da família. Por fim várias outras notícias reafirmam a mulher como a rainha do lar e com vocação natural a maternidade, sendo tutelada pelo homem. Conseqüentemente, fica evidente que essas notícias visão reforçar o discurso da dominação dos homens sobre as mulheres, apesar da divulgação das outras notas que tratam da emancipação feminina.

Numa notícia, Humberto Campos fala da mulher moderna critica o novo comportamento, que rompe com o modelo vigente, de disciplinarização da mulher, afirmando que o mundo está às avessas. Na perspectiva de Campos, os papéis que eram normalmente atribuídos aos homens passariam as mulheres. Primeiro ele faz uma estimativa que isso aconteceria na década de 1960, depois, conforme os absurdos que diz está presenciando, ele já aponta para década de 1950. Por último, ele se entrega e assume que isso pode acontecer, ainda, na próxima década. Vejamos um trecho das afirmações de Campos:

O feminismo avança de maneira tão resoluta para o matriarcado social, que aqueles sucessos poderão ocorrer, perfeitamente, muito antes da data fixada pela minha imaginação. (...) Está inaugurada, pois, oficialmente, na Bahia e no Brasil, a era da supremacia feminina. A mulher acabou, finalmente, reconhecendo que é o homem é fraco, e que se faz mister a sua defesa contra o sexo forte. Homens, meus irmãos do sexo fraco, fícae, agora, alerta! Defendei a vossa pureza, que é maior Thesouro da vossa vida. Cuidado com as mulheres!¹²

Campos ao falar da inversão de papéis, o faz também no seu discurso, em que se apresenta como vítima, “homem fraco”, que precisa “defender sua pureza”. Já a mulher é apresentada como “sexo forte”. Essa ironia quanto aos papéis, diz

¹² FOLHA DO NORTE. *Cuidado com as mulheres!* Feira de Santana, 18 de novembro de 1933.

respeito ao medo que os homens sentiram diante de uma nova realidade. A vida das mulheres não se restringia apenas ao lar, ao casamento ou aos filhos; essas mudanças incomodavam os homens, assim como Campos. Estes temiam perder as rédeas do poder de condução da sociedade de hegemonia patriarcal. Com advento do feminismo paira sobre eles o medo que “o sexo forte de saias” assuma seus lugares. Segundo Verônica Ferreira como a política era uma esfera tida como naturalmente masculina, as mulheres que se envolvem em assuntos públicos, “aos olhos dos homens, era um ser alienígena”, e, portanto, satirizar as feministas, era uma forma de despolitizar o movimento feminista.

Uma outra notícia de Humberto Campos é interessante, em que pese à ironização que é feita pelo autor; segundo ele o maior defeito da mulher é não dá crédito a outra mulher. Ele se remete às eleições de 1933, em que “as eleitoras de saias não votaram nas candidatas de saias”. Segundo Campos, como era a primeira vez que as mulheres votavam em todos os estados do Brasil, era de se esperar que as mesmas prestigiassem as candidatas femininas, em suas palavras “o que se viu, e está vendo, é a hostilidade preventiva da mulher, à mulher, votando no Homem!”¹³ De certa forma, a questão levantada por Campos é importante, Edith Gama e Abreu, em uma outra entrevista afirmava neste mesmo ano, que os alistamentos eleitorais das mulheres estavam tímidos, e era preciso um processo de conscientização para que as mulheres compreendessem a importância do exercício dos seus direitos. Então, concluímos que o processo de emancipação no que tange a questão sufragista levou certo tempo para dá resultados. Hoje em dia percebemos o quanto essa demanda ainda é pertinente, uma vez que mesmo tendo passados 76 seis anos da primeira votação de caráter nacional, o número de mulheres candidatas que se elegem é pequeno, e os cargos executivos ainda são um espaço a ser efetivamente conquistado pelas mulheres. O descompasso se apresenta quando verificamos o número de eleitores, pois as mulheres representam 51,73% do total de eleitores do Brasil. Logo, o processo de lutas feministas pela emancipação requer outras batalhas.

¹³ FOLHA DO NORTE. O maior defeito da mulher. Feira de Santana, 27 de maio de 1933.

Considerações

As perspectivas apresentadas até aqui foram no sentido de traçar um panorama de algumas manchetes do Jornal *Folha do Norte*, para discutirmos a questão da emancipação da mulher, no que se refere a sua inserção na esfera pública, problematizando os discursos jornalísticos, como lócus de teias de poderes, que por sua vez repercutem na consolidação de representações e práticas que reproduzem as assimetrias das relações de gênero. Os jornais são fontes importantes para o historiador, mesmo abarcando apenas as expressões de determinados setores da sociedade, pois é possível ler as avessas, identificar os silêncios. Por conseguinte, os periódicos são espaços de disputas discursivas, que nos apontam várias perspectivas de análise: ora nos revela o contexto da sociedade vigente, ora nos diz sobre a inserção da mulher na cena política, ora fala sobre o choque de idéias da concepção de feminismo da década de 1930.

Os aspectos levantados no decorrer do texto são indícios que serão posteriormente aprofundados, logo que outras fontes sejam analisadas, para entrecruzar informações, de modo a dá uma contribuição mais relevante aos estudos de gênero, mais especificamente, os feministas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Amélia. O Ideário Feminista na Bahia nos anos 30. In: *História*, São Paulo, 12: 63-83, 1993.

BACCEGAS, Maria Aparecida. *Palavra e Discurso História e Literatura*. São Paulo: Ática, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

COSTA, Ana Alice Alcaântara. Mulherer e Política na Bahia: 65 anos de exercício do voto. In: *BAHIA Análise e Dados*. Salvador, SEI,V.7,n.2, p. 151-161, set/1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LEITE, Márcia Maria da S. Barreiros. *Entre a tinta e o papel: Memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

MASCOVICHE, Seije. *A representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Clóvis F. R. M. *De Empório à Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana. 1893 – 1937* (dissertação de mestrado). Salvador: UFBA, 2000.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. da *Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.285.

PINTO, Céli Regina Jardim Pinto. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapoá, 1968.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. *Timoneiras do bem na Construção da Cidade Princesa: Mulheres de Elite, Cidade e Cultura (1900-1945)*. (dissertação de mestrado). Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2007.

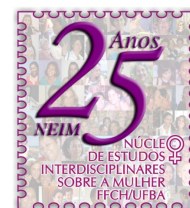
SCOTT, Joan w. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.

SOIHET, Rachel. Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. In: *Labrys – estudos feministas*. Nº 1-2, julho/dezembro 2002.

VIEIRA, Claudia Andrade. *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu*.(dissertação de mestrado). São Paulo, 2002.

GT – Iniciação Científica

Andréia Silva RODRIGUES
Lucineide Santos SILVA
Michele de Carvalho CUNHA
Mirian Santos PAIVA



A sexualidade de adolescentes e jovens vivendo com hiv/aids: representações, vulnerabilidades e enfrentamentos

Introdução

A adolescência é uma fase evolutiva com profundas transformações, assinalada pelo crescimento biológico, sócio-cultural, psicológico e cognitivo (LUZ, 1999). O corpo muda e aparecem dúvidas, necessidades e novos contextos, sendo tudo vivido profundamente e diferenciando muito rápido. O indivíduo passa por este período adquirindo crescimento pessoal, capacidade de reprodução e identidade pessoal. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é um período da vida, que começa aos 10 e vai até os 19 anos, j¹⁴ para o Estatuto da Criança e do Adolescente começa aos 12 e vai até os 18 anos (CHIESA; CRUZ, 2002).

Devido a todas essas transformações os adolescentes são muito vulneráveis ao HIV/aids. A idéia de que esta é uma “doença dos outros” vem se perpetuando ao longo dos anos. Além disso, guarda forte associação com os homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis. Contudo, a aids se constitui em uma epidemia global e democrática, atingindo todos os segmentos populacionais como: heterossexuais, mulheres, adolescentes e pessoas idosas, o que preocupa pesquisadores, autoridades e a sociedade civil em geral.

O primeiro caso de aids no Brasil foi identificado em 1982. Segundo o Boletim epidemiológico (Brasil, 2007), desde o início da década de 80 até dezembro de 2007 foram notificados pelo SINAN 407.211 casos de aids no Brasil. Deste montante, 9.331 são entre

1Graduanda do 8º semestre de enfermagem na EEUFBa,

2Mestre em Enfermagem

3Graduanda do 8º semestre de enfermagem na EEUFBa

4Orientadora e professora da UFBA

adolescentes na faixa etária dos 13 aos 19 anos, sendo 4.995 do sexo masculino e 4.336 feminino.

A sexualidade apresenta características de acordo com a idade vivida pelo indivíduo. Na adolescência ela apresenta determinadas características instintivamente ligadas à situação em que vive. De acordo com Heilborn (1997), a cultura e a sociedade influenciam na construção da sexualidade quando ensinam as vivências, práticas e experiências sexuais. Os indivíduos de forma peculiar a desenvolve e define, o que pode modificar o seu papel sexual. Segundo Osório (1992) a sexualidade é conceituada como elemento estruturador da identidade da(do) adolescente

Os que são soropositivos para o HIV/aids experimentam modificações da adolescência e concomitante a isso, necessitam saber lidar com as limitações impostas pela condição de soropositividade para se tornarem aptos a exercitar práticas sexuais seguras, afim de não se reinfectarem ou disseminarem o vírus.

Este estudo é relevante, pois possibilitará a produção de conhecimentos, o que levará a maior conscientização e prevenção do HIV/Aids. Além disso, possibilita o aperfeiçoamento dos profissionais de saúde que trabalham com essa população, pois esses poderão aprofundar seus conhecimentos sobre a sexualidade desses adolescentes.

O objetivo desse trabalho foi conhecer como adolescentes soropositivos para o HIV vivenciam a sexualidade e apreender as Representações Sociais dos mesmos sobre “adolescência”, “adolescência e aids”, “sexualidade”, “namoro”, “sexo” e “aids”.

Materiais e Métodos

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa exploratória do tipo qualitativa, sendo que a escolha desta abordagem se deu pelo fato dela tomar como material principal a fala cotidiana, apreendida a partir do discurso das(os) informantes, que é capaz de revelar valores, símbolos e representações, permitindo a captação e a valorização das subjetividades (MINAYO, 2000).

O eixo teórico desta pesquisa foi a Teoria das Representações Sociais, concebida por Moscovici (1976, 1978) que reorientou o aspecto conceitual do senso comum, dando-lhe lugar de importância para compreender os fatos e fenômenos sociais. Jodelet (1998) assevera que as representações sociais são uma forma especial de conhecimento compartilhada no grupo de pertença dos(as)

investigados ou à uma categoria socialmente elaborada, dirigida à vida prática, permitindo aos sujeitos orientação diante de um objeto socialmente relevante. Para a infecção pelo HIV/aids, se revestem de um papel importante na maneira como os grupos/indivíduos agem diante dela e da sua prevenção.

A pesquisa teve como cenário um Centro de Referência para AIDS, ligado à Secretaria Estadual de Saúde e situado na cidade de Salvador onde atende exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Participaram como sujeitos 21 adolescentes e jovens vivendo com HIV/aids, que freqüentam este Centro de Referência para AIDS (Salvador), com idade entre 11 e 20 anos em condições clínicas que favoreciam a participação e a expressão do desejo de integrar a pesquisa.

Os dados foram coletados utilizando a técnica de associação livre de palavras (TALP) e a entrevista individual semi-estruturada para esclarecer e/ou aprofundar os dados obtidos. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente.

Os dados do TALP foram processados através do software Tri-Deux-Mots e interpretados por meio de Análise Fatorial de Correspondência – AFC. Os dados obtidos por meio das entrevistas foram transcritos e analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo Temática proposta por MINAYO (2000).

Para participar desse estudo os informantes ou responsáveis, após serem orientados sobre a pesquisa, foram apresentados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido onde estão explícitos a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos e riscos e benefícios previstos. Foram respeitados os requisitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece critérios sobre a pesquisa envolvendo seres humanos e que diz respeito à autonomia, não maledicência, justiça, veracidade e fidelidade.

Resultados

Os resultados apresentados foram apreendidos a partir da participação dos sujeitos do estudo mantendo o respeito aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, o qual esteve presente não só nesta fase, mas em todas as fases

da pesquisa. Durante a realização da pesquisa a confiança e o respeito pelos(as) entrevistados(as) foi uma importante condição para a apreensão das representações sociais e permitiu desvelar as múltiplas faces do fenômeno estudado.

Caracterização da População

A população estudada totalizou 21 pessoas sendo 14 do sexo feminino e 7 masculino. A média de idade encontrada foi de 18 anos, variando entre 11 e 20 anos. Os entrevistados declararam renda entre R\$ 240,00 e R\$ 1000,00 e em sua maioria afirmaram ser solteiros (n = 14). Um percentual de 33% eram casados ou tinham união estável (n = 7). Quanto à religião a maioria afirmou ser evangélica (n= 8) ou não possuir nenhuma crença (n = 7). Um total de 57% (n = 12) cursou até a 8ª série. Solicitados a auto declarar sua cor 62% (n= 13) se consideraram negros e 38%(n=8) não negros. Entre esses 61% (n =13) declararam ter sido infectados por sexo sem camisinha, enquanto 39% (n = 8) por transmissão vertical.

Representações Sociais de Adolescentes e Jovens vivendo com HIV/AIDS sobre sexualidade

A apreensão das representações sociais se deu a partir da análise fatorial de correspondência submetida aos dados colhidos através da associação livre de palavras - uma investigação aberta, estruturada na evocação de respostas oriundas dos estímulos indutores **infecção pelo HIV, aids, namoro, sexualidade e sexo**, e que evidencia os universos semânticos de palavras agrupadas pelos(as) adolescentes e jovens.

A análise fatorial de correspondência revelada no jogo de oposições evidenciadas pelas respostas aos estímulos indutores, que foram responsáveis pelas quatro variáveis fixas do banco de dados Tri-deux Mots – **sexo, faixa etária, escolaridade e estado civil** - demonstrou que sexo não apresentou significância diante do percentual total das respostas, possivelmente por ser a população

composta de uma maioria de mulheres (66,7%), não foram detectadas oposições significativas para a variável sexo.

A Figura 1(Anexo1) apresenta a análise dos dois primeiros fatores F1 e F2 e o mapa fatorial é determinado pelas respostas dos(as) adolescentes e jovens aos sete estímulos indutores mais relevantes na formação dos eixos.

O fator 1 (F1), em vermelho, linha horizontal, apresenta as mais fortes representações ou modalidades e explica 47,8% de variância, valor a que foram somados os percentuais de 19,1% relativos ao fator 2 (F2) em azul, linha vertical do gráfico alcançando 66,7% da variância total das respostas. Foram evocadas 651 palavras pelos 21 sujeitos, das quais apareceram 445 diferentes.

Para o primeiro fator, destacam-se as modalidades correspondentes às respostas evocadas pelos sujeitos do grupo de adolescentes cursando o 1º grau, as quais se encontram do lado positivo do eixo 1 e são representadas pelas palavras: **sexo sem camisinha, beijo, sexo e amor**, seguidas de um número que corresponde a cada estímulo (Anexo 2).

No gráfico, do lado negativo do eixo um ou primeiro fator, destacam-se as modalidades correspondentes às respostas do grupo de adolescentes que estão cursando ou já concluíram o 2º grau, representadas pela palavra **carinho**, que igualmente têm as evocações sinalizadas por um número ao final de sua grafia referente ao estímulo indutor (Anexo 2).

Com referência ao segundo fator (F2) ou eixo 2, linha vertical azul, o procedimento de análise baseia-se no estado civil do(a) adolescente (parte superior e inferior do gráfico apresentado na Figura 1), ou seja, ocorre uma oposição entre os(as) adolescentes solteiros(as), situados(as) na parte superior e os(as) adolescentes casados(as), alguns deles(as) cursando o 3º grau e que ficaram localizados na parte inferior do desenho gráfico.

Apreende-se a partir das respostas expressas pelos(as) adolescentes solteiros(as), que podem ser encontradas na parte superior (positiva) do eixo 2, as seguintes palavras: **tristeza, camisinha e amor**, acrescidas do número correspondente ao estímulo.

Para os(as) adolescentes casados(as) e cursando o 3º grau (parte inferior do lado negativo do eixo ou fator 2), estão descritas e marcadas pelo número da palavra-estímulo as modalidades decorrentes das evocações de: **doença, carinho, sexo, bom e beijo**.

Na análise do estímulo 1 (O que vem a sua cabeça quando falo a expressão infecção pelo HIV?), para o fator 1, os(as) adolescentes que cursam o 1º grau expressam como representação fazer **sexo sem camisinha**, o que converge para o conhecimento da importância da realização do sexo seguro e de medidas preventivas e, conseqüentemente, da vulnerabilidade à infecção, quando este comportamento não é adotado.

Vale destacar, que este é um conteúdo que, além de fazer parte de todas as informações veiculadas sobre a epidemia do HIV/aids, deve integrar disciplinas estudadas em seus cursos, mas pelos discursos das entrevistas apreende-se que o que os ajudou nos processos de ancoragem e objetivação dessa representação foi a soropositividade, já que 57% se contaminaram por transmissão sexual advinda da prática do sexo sem a proteção do condom.

Para o fator o estímulo 1 foi representado pela palavra **doença** demonstrando que não diferenciam a condição de soropositividade da condição da doença aids.

A análise fatorial demonstrou que, para os(as) adolescentes cursando o 1º grau, não há representações significativas no que respeita à aids (segundo estímulo), para o fator 1. Entretanto, como os sujeitos da pesquisa são soropositivos(as) para o HIV, pode-se estar frente à dificuldade de eles e elas expressarem sobre seu próprio processo de contaminação e adoecimento. Para o fator 2 a aids foi representada pela **tristeza** que é uma representação que, segundo Bastos(2008), vem permanecendo desde o início da epidemia.

O terceiro estímulo traz à tona a representação dos(as) adolescentes que cursam o 1º grau sobre o namoro, para o qual as palavras evocadas no fator 1 foram **beijo e carinho**. O beijo é considerado como a demonstração natural de amor, afeição e carinho e é um elemento sempre presente no namoro. **Carinho** foi

também evocado para o fator 2, pelos adolescentes casados que cursam o 3º grau.

Quando o assunto foi sexualidade - quarto estímulo - para o fator 1, os(as) adolescentes(as) solteiros evocaram a palavra **sexo**, enquanto que para os adolescentes casados e cursando o 3º grau (fator 2) a sexualidade foi representada pelas palavras **sexo, carinho e camisinha**, apontando para a importância de um exercício seguro da sexualidade.

Ao representar sexo pelas palavras **bom, amor e beijo**, os adolescentes apresentam uma visão romântica, inserida no âmbito dos fatores interpessoais, do envolvimento. Embora essa seja a expectativa dos seres humanos, na esfera do sexo/sexualidade, ela torna-se arriscada quando articulada à prevenção da aids, uma vez que contribui com a possibilidade de eles minimizarem ou subestimarem sua vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, em particular, à infecção pelo HIV (PAIVA, 2000, LIMA, 1998, MARTIN, 1995).

A dimensão da epidemia da aids permite que ela seja olhada sob diferentes perspectivas para que sejam identificadas suas várias facetas e, como tal, possam encontrar caminhos capazes de minorar seu impacto na população, seja de soronegativos ou de soropositivos para o Hiv, em especial os(as) adolescentes e jovens.

Neste estudo, os(as) adolescentes e jovens demonstram que a sida/aids está incorporada em seus universos cognitivos e afetivos, apreendida a partir de símbolos e significados que compõem suas relações sociais, fazendo dela um objeto já familiarizado.

Representações Sociais de Adolescentes e Jovens vivendo com HIV/AIDS sobre adolescência e adolescência e aids

SER ADOLESCENTE: “eu penso assim...”

Para a OMS a adolescência é definida como um período em que o indivíduo desenvolve características sexuais secundárias para a maturidade sexual, sendo marcada pela ocorrência de processos psicológicos que modificam as formas de identificação da fase infantil para a adulta (REIS e ZIONI, 1993). Nesse estudo, as

representações sociais dos adolescentes que vivem com o HIV/Aids para “ser adolescente”, estiveram em consonância com o que está posto na literatura científica. Aspectos que apontam para uma fase transitória, de aprendizado, cujas transformações físicas e psíquicas culminam na construção da identidade foram citados pelos depoentes, como demonstram os trechos das falas a seguir:

É os hormônios no corpo. Ter uma grande masculinidade.[...] Os hormônios, o cabelo cresce aqui, cresce ali.(E03, 13 anos, sexo masculino).

É uma fase de aprendizagem, um intermédio entre a vida infantil e a vida adulta.(E01, 19 anos, sexo feminino).

... [a pessoa] está se construindo, construindo sua identidade, e construindo as principais coisas que vão fazer parte de sua vida para sempre. (E04, 20 anos, sexo masculino).

Coimbra *et al* (2005) enfatizam que determinadas mudanças hormonais, glandulares, corporais e físicas são desencadeadoras de determinadas características psicológico-existenciais exclusivas dos adolescentes. Essas características são consideradas a essência dessa fase onde aspectos positivos e negativos como rebeldia, desinteresse, crise, agressividade, entusiasmo, alegria, busca pela liberdade, dentre outras passam a identificar o ser adolescente constituindo sua identidade. Para Reis e Zioni (1993) pode haver ainda uma transição do estado de dependência econômica total podendo ser de independência relativa.

Nesse estudo, os aspectos supracitados também foram evocados pelos participantes ao referirem sobre “ser adolescente”. Os trechos a seguir comprovam esta elucidação:

...brincar muito, pular muito carnaval ir a muitas festas. Para mim isso é ser adolescente. O que mais o adolescente pensa é ser livre. Tem filho que quando mora o pai e com a mãe, já pensa logo em ir embora da casa dos pais, da mãe... (E10, 18 anos, sexo feminino).

...principalmente conhecer novas pessoas. [...] Queria sair, passear. Ser adolescente é ser alegre, ser feliz. (E02 19anos, sexo feminino).

...adolescente é muito rebelde, pensa que você é dono do seu próprio nariz, que você acha que o mundo é seu, que tudo é seu e você acha que você vai fazer o que você quiser e ninguém vai lhe dizer nada [...] Eu mesmo fui assim, a minha adolescência foi desse jeito! (E 06, 20 anos, sexo feminino).

A rebeldia, a teimosia e a busca constante pela liberdade podem expor o adolescente a situações de vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis, inclusive a Aids. A busca pelo prazer pode impulsionar para a falta de percepção do perigo existente na relação sexual sem proteção se sobrepondo ao conhecimento do indivíduo para obter mudanças comportamentais (PAIVA, V. 2000)

Diante da soropositividade ao HIV, alguns dos entrevistados representaram o “ser adolescente” como alguém que deve ter consciência de seus atos, responsável, como se comprova nas respostas abaixo:

Você tem que ter consciência do que você faz na sua adolescência, que foi a minha... a minha... Foi meu jeito de ser na adolescência, que eu adquiri essa doença e é muito difícil... É muito difícil... (E 06, 20 anos, sexo feminino).

Curtir a juventude com proteção, ter consciência, não querer adiantar as coisas da vida, responsabilidade. Para mim essa fase já passou, hoje eu me considero mais madura, tenho minha família, estou grávida do segundo filho. (E11, 20 anos, sexo feminino).

Logo, evidenciou-se que a apesar da rebeldia e da ausência de temor em correr riscos, característica de alguns adolescentes, a soropositividade levou-os a perceber a importância da adoção práticas sexuais protegidas.

Adolescência e AIDS: limites e possibilidades

As representações sociais dos sujeitos da pesquisa para “Adolescência e Aids” sinalizaram aspectos negativos, sendo denominados nesse estudo como sendo “limites”. Tais limites foram representados por expressões que denotam medo (de se relacionar e de ter sua soropositividade revelada), discriminação da sociedade e dificuldade em lidar com a soropositividade na adolescência. Os trechos a seguir confirmam:

...é uma coisa frustrada tipo todo mundo tem preconceito e ficava até com medo quando alguém comentava na rua, no colégio, qualquer coisa sobre a AIDS eu saía para não escutar. [...] (E12, 20 anos, sexo feminino).

...é nessa fase que a gente tá mais descobrindo as coisas e às vezes a gente quer se relacionar com a pessoa e fica com medo de se relacionar até para não contagiar a pessoa[...] Eu acho q a pior fase é a adolescência, porque quando se é adulto em alguns casos já se tem mais maturidade, talvez já tenha um casamento uma estabilidade de vida, e quando é criança e já nasce os pais já vão trabalhando e vão trabalhando isso com a criança, entendeu? E o adolescente fica meio perdido. (E01, 19 anos, sexo feminino).

Conforme Lent e Valle (2000), a preocupação em se expor e contar que se infectou, muitas vezes é influenciada pelo medo de ser aceito ou não, de ficar sujeito a preconceitos e estigmatização, assim o indivíduo, na maioria das vezes, opta pela omissão do fato para tenta driblar o isolamento social, que é o mais provável de acontecer.

Além dos aspectos citados acima, os sujeitos do estudo também representaram à “Adolescência e Aids” itens referentes ao processo saúde-doença. Esses foram ilustrados por problemas de saúde, pela dependência de fazer uso de medicamentos, obrigatoriedade de acompanhamento médico e frustração por não poder amamentar.

É ruim. [...]A pessoa tem que ficar tomando remédio toda hora (E18, 13 anos, sexo feminino).

...Você ter [o HIV], saber que você tem sendo adolescente! Porque eu só tenho 20 anos... Me tornei mãe dela com 20 anos e foi muito difícil. [...] Eu achava lindo dar a mama e eu não pude dar a mama e ficava vendo todo mundo dar mama e eu sem poder dar porque tem mãe que não dá porque não quer e eu queria dar porque eu achava lindo dar. E foi muito difícil pra mim quando eu descobri porque eu acho que eu sou muito nova. (E06, 20 anos, sexo feminino)

Foi ruim. Tenho verrugas nas mãos. Não falo nada para ninguém que tenho AIDS. (E05, 11 anos, sexo masculino).

É chato porque eu mesma não sabia que tinha HIV. Tomava remédio, remédio, remédio, remédio. Aí eu larguei o remédio de mão. Aí eu fui ficando fraca... (E09, 17 anos, sexo feminino).

Segundo Neves (2005) a falta de apoio, o receio do estigma e das conseqüências sociais da contaminação do HIV podem se constituir em barreiras ao tratamento acarretando, algumas vezes, na não adaptação aos limites. O autor acrescenta ainda que a inexistência de sintomas concretos da AIDS pode resultar em uma descrença com relação à existência da mesma, estimulando um comportamento que deixa em desvantagem o tratamento da doença e não considerando a sua severidade.

Além dos “limites” impostos pela relação “Adolescência e AIDS” puderam-se observar, também, aspectos positivos, aqui definidos como “possibilidades”, que os sujeitos da pesquisa, puderam representar através de seus discursos.

Essas “possibilidades” vêm vinculadas à chance de ser feliz, conseguir lidar com os limites impostos pela infecção, viverem de forma normal, sem preconceitos e aceitos(as) pela família e amigos, o que se vê nos discursos abaixo:

Eu fiquei um pouco triste, mas minha família me apoiou, mas logo eu esqueci esse lado do HIV, ai não roubou minha adolescência. Eu não passei minha adolescência triste, chorando não nada disso. Eu consegui controlar, me diferenciar, me tratar, e cuidar do me neném. Ai minha adolescência passou amadurecendo cada dia mais. Não sofrendo. Hoje em dia eu sou uma pessoa realizada, com meus filhos, meu marido, aceita pela família enfim uma mulher já. (risos) (E11, 20 anos, sexo feminino)

No início ele [adolescente] pensa que perdeu a vida toda, como eu pensei que ia perder... Tinha perdido tudo... É... planos, projetos... Mas depois que eu encarei a realidade e vi que tudo poderia estar bem. Também hoje por tratamentos, já tem avançado, espero que avance mais... Eu vi que poderia ficar tudo bem e aí foi uma vitória pra mim hoje eu está bem ainda não estou como eu queria, mas estou bem, porque como eu estava... Hoje eu estou bem. (E14, 20 anos, sexo masculino). Sempre cheguei para meu namorado e falei. E graças a Deus nenhum deles que eu falei chegou para mim e falou: “eu não quero ficar com você não”. Terminamos por outros motivos, não foi por causa da AIDS. Hoje eu me vejo como uma pessoa feliz. Tenho minha casa minha família, meu trabalho e graças a Deus essa doença nunca me atrapalhou em nada. (E21, 20 anos, sexo feminino).

Segundo Carvalho e Galvão (2008) a adaptação à nova situação de saúde é significado do enfrentamento adequado de uma doença. Alguns estudos sobre HIV/AIDS demonstram que, na maioria das vezes, os portadores apresentam dificuldades de adaptação. Na verdade o tipo de reação da pessoa ao HIV revela a capacidade ou incapacidade de ir de lutar contra a doença, sendo considerado mais forte aquele que, como portador, consegue se adaptar às suas atividades de vida diária e o mais fraco e passivo, aquele indivíduo que se deixa levar pela doença.

Sexualidade de adolescentes vivendo com o HIV: entre a normalidade e a frustração.

Nos trechos das falas foi possível evidenciar que alguns adolescentes lidavam com a infecção pelo HIV de forma normal, afirmando não interferir na sua sexualidade. Para tanto, enfatizaram a necessidade do uso do preservativo e do diálogo com o(a) parceiro(a). Resultado semelhante foi apresentado por Paiva

(2002), em estudo sobre Sexualidade de Mulheres vivendo com HIV/Aids em São Paulo, ao afirmar que algumas mulheres adquiriam qualidade de vida sexual quando: aceitaram o diagnóstico, se prepararam para falar dele ou incorporaram os aconselhamentos sobre sexo seguro. As falas a seguir demonstram essa assertiva:

É uma coisa muito normal. Só o que muda é a doença que precisa ter que usar camisinha [...] Meu namorado sabe e ele é normal, não tem não, mas ele sabe que eu tenho. E nem por isso ele tem preconceito, é tudo normalmente. (E10, 18 anos, sexo feminino).

Minha sexualidade é normal, não mudou nada. O que mudou foi que agora eu to me prevenindo muito com camisinha, o que mudou foi isso, mas o que eu fazia não mudou quase nada (E06, 20 anos, sexo feminino).

Sempre cheguei para meu namorado e falei. E graças a Deus nenhum deles que eu falei chegou para mim e falou eu não quero ficar com você não. (E21, 20 anos sexo feminino).

Em alguns casos pôde-se observar que a vivência da sexualidade para alguns adolescentes é marcada por sentimentos que expressam a dificuldade em lidar com a soropositividade. Muitos(as) deles(as) afirmam ter receio de serem vítimas de preconceito e/ou discriminação, e expressam (em alguns momentos) sentimentos de culpa. Thiengo (2005, p.73), estudando adolescentes com teste sorológico positivo, afirmou que estes “mantêm em segredo a sua condição, afastando-se das pessoas por medo da rejeição, da discriminação e do preconceito por parte dos que estão ao seu redor”. Os trechos ratificam:

Adolescente e AIDS [...] tá difícil no Brasil! Ainda mais com preconceito... no relacionamento também é difícil porque a gente fica preocupado em ter que passar pra outra pessoa mesmo que a gente não queira, aí sempre fica esse receio. (E17, 20 anos, sexo masculino).

É um pouco frustada [...] A nossa relação não é muito estabelecida, tem algumas desavenças, em termos de passados, que ele me culpa e eu culpo ele também, em termos que ninguém sabe quem foi que culpou quem, mas um acusa o outro..., (E12, 20anos, sexo feminino).

...é nessa fase[adolescência] que a gente ta mais descobrindo as coisas e as vezes a gente quer se relacionar com a pessoa e fica com medo de se relacionar até para não contagiar a pessoa até mesmo que você use 10 camisinhas, você fica com medo. Você fica com medo de transar com a pessoa sem q ela saiba ou contar antes de acontecer e ela dizer que não quer mais, nem ao menos uma amizade com você por causa disso. (E01, 19 anos, sexo feminino).

Assim, pode-se dizer que a sexualidade desses adolescentes depende, inexoravelmente, da forma com que eles enfrentam a vivência da soropositividade, da forma pela qual eles conseguem lidar com os limites impostos pela infecção e da capacidade de percepção das possibilidades que os mesmos podem desenvolver com a adaptação à nova realidade de saúde imposta na sua vida.

Discussão

Nos discursos dos sujeitos da pesquisa observou-se que as representações sociais dos adolescentes que vivem com o HIV/Aids para “ser adolescente”, em conformidade ao que traz os artigos científicos, reforçam a idéia de um período de mudanças físicas e psicológicas, na qual se aprende a lidar consigo e com o mundo. As evocações se relacionaram a aspectos positivos (liberdade, felicidade, alegria, diversão) e negativos (rebeldia, teimosia, preconceito e irresponsabilidade). Dessa forma, observa-se que a soropositividade para o HIV não altera as representações sociais dos adolescentes sobre a adolescência.

Entretanto, ao associar adolescência e Aids, as representações sociais dos sujeitos da pesquisa apontaram para o medo de se relacionar, de ser discriminado(a) pela sociedade, de ter sua soropositividade revelada e a dificuldade em lidar com a infecção pelo HIV na adolescência. Em estudos sobre representações sociais de adultos soropositivos para o HIV também foi encontrada a palavra medo. No entanto, esse medo está intimamente relacionado ao medo da morte. Observa-se então que nas representações sociais dos sujeitos desse estudo para a “Adolescência e Aids”, pode estar subjacente um sentimento de imortalidade e preocupação em ser aceito pela sociedade, bem peculiares dos adolescentes.

Este artigo contribuiu por sua aproximação com adolescentes e jovens soropositivos para compreender como eles vêm praticando o exercício da sexualidade. Aprender as representações sobre a sexualidade de adolescentes vivendo com HIV/aids é se defrontar com um todo não homogêneo, onde estão expressas contradições, similaridades, cognição, afeição, emoções, racionalidade e muitas outras condições que estão presentes no cotidiano dos(as)

adolescentes e jovens e que os(as) tornaram vulneráveis à infecção pelo HIV.

Vale ressaltar que este contexto não pode ser desconsiderado na elaboração de estratégias para prevenção e enfrentamento da epidemia, pois são repertórios que concretamente perpassam suas atitudes e práticas, frente às medidas de prevenção e à percepção do risco de contrair a aids.

Os resultados apontam a necessidade de trabalhar no contexto educativo com adolescentes e jovens soropositivos buscando trabalhar as vulnerabilidades à infecção pelo HIV.

Referências

BASTOS, D.C. **Vulnerabilidade à infecção pelo hiv**: representações sociais de mulheres negras e não negras. Salvador, 2008. 109p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia.

Brasil. Ministério da Saúde **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO AIDS**, Brasília, ano IV, n.01, jan. /jun. de 2007

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Medicina, v.4, p.15-25, 1996.

CHIESA, R. F.; CRUZ, E. O. A Contribuição das atividades físicas e artísticas na relação adolescência e família, **Revista de psicologia Teoria e Prática**, v. 4, n. 2, p. 49-56, 2002

COIMBRA, C.C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M.L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos brasileiros de psicologia**, V. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

HEILBORN, M.L. Corpo, sexualidade e gênero. In: DORA, D. D. **Feminino masculino**: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre, Ed. Sulina, 1997, p.47-57.

JODELET, D. **Representações do contágio e a aids**. In: JORDELET, D. ; MADEIRA, M. (org.) Aids e representações sociais a busca de sentidos, Natal: EDUFRN, 1998, p.17-45.

LENT C, VALLE A. **Aids**: sujeito e comunidade. São Paulo: IDAC; 2000.

LIMA, Maria Luísa. Factores sociais na percepção de riscos. **Psicologia**, Lisboa, v. XII, n. 1, p.11-28, 1998.

LUZ, A. M. H., 1999: **Mulher adolescente**: sexualidade, gravidez e maternidade, 1ª edição, Editora Eddipucrs.

MARTIN, Denise **Mulheres e AIDS**: uma abordagem antropológica. São Paulo: USP, 1995, Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

MOSCOVICI, S. **Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 291p.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Press Universitaires de France, 1976.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed, São Paulo: Hucitec, 2000.

NEVES, L.A.S. **Prevenção da transmissão vertical do HIV/aids**: compreendendo as crenças e percepções das mães soropositivas. Ribeirão Preto, 2005, 114 p.

OSÓRIO, L.C. **Adolescente hoje**. 2 ed. Porto Alegre. Artes Médicas. 1992.

PAIVA, Mirian Santos **Vivenciando a gravidez e experienciando a soropositividade para o HIV**. São Paulo, 2000.170p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

PAIVA, V. et al. Sexualidade de Mulheres vivendo com HIV/Aids em São Paulo. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, V.18, n.6, p. 1609-1619, 2002.

REIS, A.O.A. & ZIONI, F. O lugar do feminino na construção do conceito de adolescência. **Revista de saúde pública**, V.27, n. 6, 1993.

REIS, R. K.; GIR, E. Dificuldades enfrentadas pelos parceiros sorodiscordantes ao HIV na manutenção do sexo seguro. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, V. 13, n. 1, p. 32-37, 2005.

THIENGO, M. A. et al. Representações sociais do HIV/Aids entre adolescentes : implicações para cuidados de enfermagem. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, V. 39, n. 1, p. 68-76, 2005.

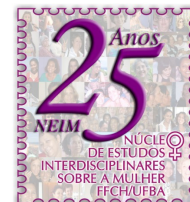
ANEXO 1

Figura 1: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS PLANOS FATORIAIS 1 E 2

Quadro – 1 Classificação ordinária dos estímulos indutores.

ESTÍMULO INDUTOR	NÚMERO DO ESTÍMULO
O que vem a sua cabeça quando falo a expressão infecção pelo HIV?	01
O que vem a sua cabeça quando falo a palavra aids?	02
O que vem a sua cabeça quando falo a palavra namoro?	03
O que vem a sua cabeça quando falo a palavra sexualidade?	04
O que vem a sua cabeça quando falo a palavra sexo?	05

GT – Iniciação Científica
Fabiana Ximenes Barros
NEGIF
Auricélia da Silva Costa
NEGIF
Maria Dolores de B. Mota
NEGIF



Caracterização do feminicídio no estado do Ceará

Introdução

A violência contra a mulher vem sendo visualizada como uma problemática social e não mais um assunto da esfera do privado, superando o velho ditado popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. A temática da violência contra a mulher a cada dia lança novos desafios para os movimentos de mulheres e os poderes públicos no que se refere à conquista e a garantia dos direitos humanos das mulheres. A violência contra mulheres, dada a sua extensão, muitas vezes é tratada como questão de saúde pública, para Varela (2005) a violência doméstica cometida por parceiros ou ex-parceiros, é a maior causa de doenças e mortes de mulheres, equivalente ao câncer. De outro lado a violência reflete-se no sistema de saúde e de outro no próprio sistema de garantia de direitos para as mulheres.

Este trabalho tem como objetivo caracterizar o feminicídio no estado do Ceará com base em notícias de jornais sobre assassinatos de mulheres e enfatizar a importância do termo *feminicídio* para se reportar aos crimes de morte cometidos contra mulheres que muitas vezes são inseridos nas páginas policiais junto aos homicídios em geral. Como se reporta Saffioti (2004, p. 48) “dada a força das palavras, é interessante disseminar o uso de feminicídio, já que homicídio carrega o prefixo de homem”. Pois não existe uma atenção especial em nossa sociedade em mostrar a realidade do gênero feminino, principalmente quando se trata de violência contra mulheres, convergindo o imprescindível: a fomentação de um termo que expresse a natureza sexista dos assassinatos de mulheres. Na medida em que esses crimes não são apenas o feminino de homicídio, pois decorrem de processos específicos culturais que tornam a mulher vítima do poder e da violência masculina, constituindo-se como feminicídio, uma morte do feminino. Assim, é possível avançar para construção de um novo paradigma sobre

os assassinatos de mulheres, ressaltando a visibilidade das condições desiguais das mulheres em todas as esferas sociais, seja na imprensa, na academia, nos movimentos sociais e nos poderes públicos. O termo homicídio, cristaliza as relações desiguais construídas e enraizadas em lógicas sociais e culturais que discriminam a mulher, camuflando o profundo significado dos assassinatos femininos.

O termo *femicídio*, que sugere o feminino da palavra homicídio, não proclama o que se pretende significar com *feminicídio*, para expressar os assassinatos de mulheres por questões de gênero. A história desse termo surgiu em torno dos assassinatos em série de mulheres em curso há mais de dez anos, na fronteira Norte do México, em especial na localidade de Ciudad de Juarez. Femicídio pode ser considerado como o nível final da violência contra mulher, ou seja, o assassinato. Segato (2006, p. 2) problematiza o conceito de feminicídio como “todos os crimes contra as mulheres – os estupros seguidos de morte, os assassinatos de esposas e namorados e, enfim, todas as mortes violentas de mulheres em mãos de homens”, abrindo um campo teórico e político para a discussão sobre a definição dos assassinatos de mulheres.

Feminicídio situa-se no campo os estudos de assassinatos de mulheres motivados por questões relacionadas à condição social da mulher, sendo um crime cometido geralmente por homens com envolvimento afetivo ou de parentesco com as vítimas, ou por desafetos de parentes seus. Mas, se a sua base conceitual é o patriarcado e as relações desiguais e hierarquizadas de poder que o sustentam, também pode ser cometido por mulheres com envolvimento homossexual ou em triângulos amorosos.

Este trabalho tem como objetivo apresentar, ainda que de forma descritiva, as características dos assassinatos e mulheres, identificados como feminicídios, considerando o contexto dos crimes, dados das vítimas mulheres e dos homens criminosos, ocorridos no estado do Ceará, no período de 2002 a 2006, com base em notícias de jornais. Trata-se de um estudo desenvolvido com o apoio do CNPq¹⁵ e do PIBIC¹⁶. Considerando-os pela perspectiva de gênero, nos contextos

¹⁵ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

regionais, nos espaços em que são executados os assassinatos, nos tipos de instrumentos utilizados, destacando também a idade, motivo do crime, a natureza das relações existentes entre a vítima e o acusado. Uma vez que são significativas as peculiaridades entre os casos, possibilitando construir um conjunto de elementos objetivos e simbólicos que se transfiguram entre os gêneros, tendo em vista a violência, responsável pelos feminicídios, carregados de valores responsáveis pela manutenção das desigualdades entre homens e mulheres nas esferas da vida individual e social.

Metodologia:

A metodologia constituiu de uma revisão bibliográfica sobre violência de gênero contra mulheres e uma pesquisa documental em dois grandes jornais de circulação do Ceará. Foram encontradas 259 notícias que foram sistematizadas em um banco de dados e analisadas. Esse processo de tratamento das notícias permitiu realizar levantamentos de frequências simples como de alguns cruzamentos para melhor compreender os vários aspectos que envolvem os assassinatos de mulheres.

O tratamento analítico dado às notícias foi com base no entendimento de Bardin (2004) sobre análise de conteúdo categorial. O autor define análise de conteúdo como

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.(p.37)

A divisão do texto jornalístico em categorias representou a escolha de elementos constitutivos do contexto noticiado dos crimes contra as mulheres, resultando em campos temáticos mais amplos como a notícia, o título, contexto do crime, a vítima, o criminoso, as relações entre vítima e criminoso. Cada campo reunindo um conjunto de elementos comuns, que formavam uma categoria semântica. A autora sugere que essa técnica seja desenvolvida em três grandes etapas: 1) a pré-análise, organização do material e elaboração de indicadores; 2)

¹⁶ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

a exploração do material, a codificação a partir das unidades de registro; e 3) o tratamento dos resultados e interpretação.

O feminicídio no território cearense

TABELA 01 Mulheres Assassinadas no Ceará. 2002 – 2006.

Fontes	2002	2003	2004	2005	2006	Total
IML ¹	110	73	105	118	135	541
Jornais ²	60	42	50	63	44	259
Diferença	50	31	55	55	91	282

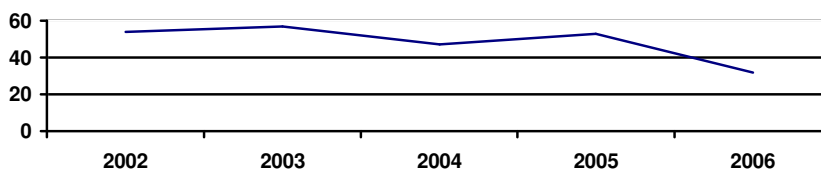
1- Conselho Estadual da Mulher; Diário do Nordeste, 26 nov. 2006.

2- Dados da pesquisa: Jornal O Povo e Diário do Nordeste.

A pesquisa nos jornais identificou 259 notícias de assassinatos de mulheres, dentre as quais três não apresentavam características de gênero, conformando-se como latrocínio. Assim, foram consideradas 256 notícias como representativas de crimes de gênero contra mulheres.

Como podem ser observados na tabela 01, os dados dos anos de 2002 a 2006 mostram uma tendência crescente para a ocorrência dos assassinatos, tomando como base os registros do Instituto Médico Legal - IML com 541 assassinatos no período, enquanto a cobertura da imprensa a esses crimes apresentou uma tendência decrescente. Além do mais, vale ressaltar que a imprensa cobriu menos da metade das mortes violentas de mulheres. Há, portanto uma sub-cobertura desses eventos, que foi sendo reduzida ao longo do período estudado. Pode-se perceber melhor a evolução da cobertura da imprensa a esses crimes através do gráfico 01.

Grafico 1 Assassinatos de mulheres no Ceará: evolução da cobertura da imprensa. 2002 - 2006



Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

Observando a ocorrência desses crimes pelo território cearense, os dados mostram a seguinte distribuição regional: 64% no interior, 26% em Fortaleza, 7% na Região Metropolitana e em 3% das notícias não foram mencionadas o local do crime. A Região do Cariri se destaca como uma região onde os crimes contra mulheres apresentam uma freqüência e uma crueldade mais acentuada que em outras regiões do Estado.

TABELA 02 Assassinatos de mulheres no Ceará por Região. 2002 – 2006

Região Geográfica do Crime	Quantidade	Percentual
Capital	68	26,0%
Região Metropolitana	19	7,0%
Interior	165	64,0%
Não Mencionado	7	3,0%
Total	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

A composição estatística desses crimes por regiões, revela a importância de 68 casos ocorridos na esfera no contexto da capital, distinção que se concretiza quando comparada ao número de ocorrências do interior com 165 registros, sendo este surpreendente, uma vez que os jornais normalmente enveredam-se nos acontecimentos da capital e se relacionam com as notícias do interior com o viés do crime bárbaro, como forma de prender o leitor com a intensidade ou atrocidade do crime. Entretanto, percebe-se a voracidade das práticas criminosas no interior com certa legitimação da trivialidade dos assassinatos.

Donde emerge a região do Cariri, composta por 30 municípios, cuja localização geográfica favoreceu a sua constituição como um espaço reconhecido pela existência de tráfico de drogas, prostituição, lavagem de dinheiro, assassinato de aluguel, roubo de cargas, adulteração de combustível, contando inclusive com tráfico de influências de autoridades, num agrupamento cíclico e mafioso denominado pela mídia local de “Escritório do Crime”, tornando particularmente as mulheres vulneráveis a violência. O Conselho da Mulher da Região do Cariri e o fórum de Mulheres da Região do Cariri Cearense denunciam a ocorrência de 108 assassinatos de mulheres nos últimos anos: em 2001, foram 17 mulheres mortas, em 2002, 23 crimes, em 2004, 18 mortes, em 2005, 19 e em 2006, 18.

O destaque aos acontecimentos do Cariri traz a tona elementos para enriquecer a discussão sobre o feminicídio. Conquanto grande parte das vítimas dessas tivesse ligação com essa rede criminosa, os crimes contra as mulheres tenham sido por motivos de honra – ciúme e rejeição – ou por queima de arquivo, tiveram traços cruéis, com mutilações, violência sexual, corpo despido e queimado entre outras formas que sinalizam morte por intenso sofrimento e martírio. Contando com a atuação de uma Delegacia de Atendimento à Mulher do Crato desde 2002, e com uma intensa mobilização de movimentos de mulheres locais e estaduais e das famílias das vítimas, até janeiro de 2008 foram condenados nove assassinos de mulheres¹⁷.

Tempo e lugar dos assassinatos de mulheres

Os crimes ocorreram proporcionalmente tanto final de semana quanto durante a semana, na maioria das vezes dentro de casa, no turno da noite, vide Tabela 03.

TABELA 03 Local dos assassinatos de mulheres. 2002 – 2006. Ceará

Local do Crime	Quantidade	Porcentagem
-----------------------	-------------------	--------------------

¹⁷ Blog do Tarso. Disponível em: <http://tarsoaraujo.blogspot.com/2008/01/lutas-e-conquistas-do-movimento-de.html>. Acessado em: 10.10.2008.

Casa	105	40,5%
Rua	78	30,1%
Estabelecimento Comercial	13	5,1%
Não mencionado	63	24,3%
Total	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

A tabela 03 compreende a natureza do local onde aconteceram os registros de assassinatos, estes podem ser divididos em dois grandes grupos, sendo o espaço privado e o espaço público. No espaço privado situam-se a maioria, contabilizando 105 casos, registrando a força da violência doméstica que continua persistente no cotidiano atravessando todas as classes sociais, o espaço da casa em sua essência distanciaria por sua natureza estes tipos de conflitos, mas como em cada núcleo familiar persistem suas distinções e estabelecem relações familiares e extra-familiares acarretando situações de confrontos entre os conjugues interagindo maciçamente com a manutenção do ciclo intergeracional da violência interpessoal. A casa onde ainda se lava roupa suja finca a partir destes ditados populares como: “quando um não quer, dois não brigam” ou “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, dentre tantos outros. Ditados populares que expressam valores para práticas de atitudes cotidianas adentrando sob forma de julgamento, decisões, orientações, norteando modelos de comportamentos na esfera social.

A categoria do espaço privado vem com a importância de 78 casos. No espaço público, espaço este por muito tempo dominado pelo masculino, estas expressões de violência chegam quase ao mesmo número do espaço privado. As exposições destes conflitos estão cada vez mais crescentes ao alcance das testemunhas, de terceiros, esculpindo uma nova face da exposição de força e poder exprimido pelo homem. O que parece é que a violência doméstica se acomodou nas estruturas sociais ao ponto de dissolver as paredes do lar, se fazendo também presente na via pública com intenções de explicitar, publicizar o confronto da identidade da mulher. Assim, transcendendo um cenário que já

deveria está fadado ao definhamento pelo longo percurso histórico de lutas pela erradicação da violência contra as mulheres, os assassinatos de mulheres e mulheres estão também sendo praticados em vias públicas, até em shopping center.

Outra característica que faz parte dos assassinatos ocorridos em espaços públicos, é o de estabelecimentos comerciais com 13 registros apontados, sendo uma extensão dos assassinatos públicos, expressando e banalizando o feminicídio em qualquer estrutura de espaço físico social.

TABELA 04 Período em que ocorreram os assassinatos de mulheres. 200 – 2006.Ceará

Turno que Ocorrerá o Assassinato	Quantidade	Porcentagem
Semana	119	45,9%
Final de Semana	114	44,0%
Não Mencionado	26	10,0%
Total	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

Os feminicídios são praticados de modo geral durante a semana. A tabela 04 identifica o número de ocorrências em 119 casos no percurso da semana, no entanto os dados tornam-se questionáveis, uma vez que a semana está distribuída em cinco dias e nestes estão dissolvidos em 119 casos noticiados, superando a proporção dos finais de semana, apenas sábado e domingo, com alarmantes números de 114 registros noticiados, formando-se disparidades abissais entre semana e finais de semana. Os não mencionados perfazem índices de 26 assassinatos, demonstrando a quantidade de casos que não são abordados pela imprensa ou o desinteresse de uma abridagem mais precisa dos casos de feminicídios.

De acordo com a socióloga Lourdes Bandeira (1998, p. 60,61), este elevado número se deve em outras razões as oportunidades de

“as pessoas estarem mais dispersas de seus compromissos da semana, permitindo que a maior circulação em espaços públicos, nos quais as possibilidades de conflitos se colocam com maior intensidade, como disputas, as competições, as intimidações, enfim, as lutas e os conflitos se armam, se inflamam e vêm à tona”.

No espaço público também se permite a cenários com utilização de drogas, bebidas alcoólicas e outros estimulantes que podem potencializar as relações de violência em lugares públicos de movimentação (shows, praças, festas, etc.). Tais lugares são “designados” para as práticas de lazer, podendo transformar-se em lugares de acerto de contas, brigas, vinganças, etc.

TABELA 05 Turno de Ocorrência dos Assassinatos de Mulheres. 2002 – 2006.Ceará

Turno de Ocorrência dos Assassinatos	Quantidade	Percentual
Manhã	25	9,6%
Tarde	33	12,7%
Noite	141	54,4%
Não Mencionados	60	23,0%
Total	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

Conforme a Tabela 05 há um horário do dia, que é no turno da noite, onde os crimes contra mulheres ocorrem mais freqüentemente. Possivelmente na hora dos encontros ou dos reencontros, que trazem à tona os antagonismos e conflitos, quando as vigilâncias dos controles sociais se afrouxam, nos bares e nas casas, ou nos lugares de encontros amorosos. As pulsões emocionais se extravasam, ou as maquinações podem ocorrer sem testemunhas.

Características das vítimas e dos criminosos

A maior parte das vítimas e dos assassinos tem entre 15 e 30 anos. Em 109 notícias não houve identificação dos autores, e em 114 deles o assassino tinha ou teve envolvimento afetivo com as vítimas, 9 foram seus pais ou filhos, em 17 eram desafetos de parentes ou namorados das vítimas que as mataram para se vingarem.

TABELA 06 Idade das Mulheres Assassinadas e dos Criminosos. 2002 - 2006.Ceará

Idade	Assassino	Porcentagem	Vítima	Porcentagem
0 – 14	1	1,0%	16	6,1%
15 – 20	27	10,4%	45	17,3%
21 – 30	49	18,9%	84	32,4%
31 – 40	22	8,0%	38	14,6%
41 – 50	13	5,0%	24	9,2%
51 – Mais	9	3,5%	25	9,6%
Não Mencionado	138	53,0%	27	10,4%
Total	259	100%	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

Observa-se na tabela 06 a similaridade entre os autos índices nas faixas etárias de 21 a 30 anos, tanto nas vítimas com 83 ocorrências, quanto nos agressores notificando 49 atos criminosos. São homens e mulheres jovens, tanto assassinos quanto vítimas. Nas entrelinhas das estatísticas é possível refletir sobre os atores praticantes dos assassinatos, que perpetuam em sua maioria na categoria de: companheiros, ex-companheiros, namorados e familiares em geral, estes continuam sendo os principais agressores das mulheres.

TABELA 07 Profissões dos assassinos de mulheres. 2002 - 2006. Ceará

Profissão do Assassino	Quantidade	Porcentagem
Trabalhador rural	20	8,0%
Desempregado	8	3,0%
Operário	4	1,5%
Estudante	2	0,8%
Policial	2	0,8%
Motorista	4	1,5%
Pedreiro/servente	5	1,9%
Caseiro	3	1,2%
Vigilante/porteiro	2	0,8%
Metalúrgico/mecânico	4	1,5%
Artesão	1	0,4%
Catador	1	0,4%
Vendedor/comerciante	7	2,7%
Empresário	1	0,4%

Aposentado	3	1,2%
Engenheiro	1	0,4%
Ex-Jogador de Futebol	1	0,4%
Operador de Informática	1	0,4%
Veterinário	1	0,4%
Entregador	1	0,4%
Não Mencionado	187	72,0%
Total	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

TABELA 08 Profissão de mulheres assassinadas. 2002 - 2006. Ceará

Profissão da Vítima	Quantidade	Porcentagem
		em
Doméstica	40	15,4%
Dona de casa	26	10,0%
Estudante	25	9,6%
Aposentada	13	5,0%
Vendedora	5	1,9%
Professora	6	2,3%
Comerciária	6	2,3%
Garota de Programa	2	0,8%
Dançarina	2	0,8%
Tabeliã	1	0,4%
Balconista	2	0,8%
Cabeleireira	1	0,4%
Operária	3	1,1%
Costureira	2	0,8%
Fotografa	1	0,4%
Manicure	1	0,4%
Agricultora	1	0,4%
Funcionária Pública	1	0,4%
Secretária	2	0,8%
Engenheira	1	0,4%
Não Mencionado	118	45,5%
Total	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

Como e porque as mulheres são assassinadas

Nas tabelas 07 e 08 são apresentadas informações disponíveis das circunstâncias das quais morreram as vítimas dos crimes, ressaltando a

banalização destas atrocidades, indicando em números significativos de 103 registros não mencionados, expressando o diminuto valor ao ensejo e conseqüências da morte. No entanto convém ressaltar os principais motivos das ocorrências dos feminicídios oriundos das violências interpessoais: em representações de 38 casos são alegados motivos de ciúmes, o que permite refletir sobre as peculiaridades dos motivos declarados, uma vez que muitos dos julgamentos destes criminosos são realizados mediante a influência do sexismo regente, do qual perpassam estruturas sociais como um todo. No entanto o que se expressa através do ciúme, pode ser codificado com uma nova leitura, sendo a não superação de um dos suportes da lógica do sistema patriarcal: a constante defensiva da virilidade, da honra que veio mascarado da expressão ciúme.

TABELA 09 Motivo Alegado para o Assassinato de Mulheres. 2002 – 2006. Ceará

Motivo alegado para ação do Assassinato	Quantidade	Porcentagem
Ciúme	38	14,6%
Separação	28	10,8%
Vingança	17	6,5%
Discussão	33	12,7%
Bebida	7	2,7%
Ameaças/acidental	6	2,3%
Recusou manter relação sexual/para se defender	3	1,1%
Loucura/vontade de matar	5	1,9%
Apaixonado	2	0,8%
Pistolagem/Latrocínio	12	4,6%
Assediado pela vítima	1	0,4%
Não sabe porque matou	1	0,4%
Pelo fato dela estar grávida	1	0,4%
Engano	1	0,4%
Não Mencionado	104	40,1%
Total	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

Assim “a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente,

dentro de si mesmo” (BOURDIEU. 1999, p. 67). De tal modo a virilidade se articula com a violência simbioticamente.

Em seqüência os registros noticiados pelos jornais declaram como mais uma das causas condicionante para efetivação das fatalidades feminina, sendo a separação do casal, com índices de 28 registros noticiados nos jornais. E em terceiro mostram 27 casos que declaram as discussões como estimulador as práticas do crime. Neste contexto cristalizam-se vínculos atrelados ao pacto original numa dicotomia enrijecida entre contrato social e contrato sexual, sendo: “contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. (...) A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original. (...) O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres - e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres.” (SAFFIOTI, 2004, p. 54). A ruptura deste contrato pode vir a emergir a fatalidade da vítima feminina, tendo em vista códigos de moralidades, honras e virilidades a preservar, se perfazem afetados concomitantemente na esfera da construção social masculina.

Outros conflitos se fazem também nas relações cotidianas como: vingança, discórdia por motivos financeiros ou bens materiais, nas relações morais como: mentiras, mal-entendimentos, ofensas, discórdias; nas relações sexuais, como a negação em manter relações sexuais, traições, dentre outros. São transgressões do que é culturalmente construído e “não aceito socialmente”, assim o descumprindo dos papéis matrimoniais recaem em peso pertinente para a figura das mulheres, bem mais expressivo do que para os homens, desencadeando potenciais conseqüências pelo não cumprimento dos “papéis” nos processos cotidianos, podendo propagar aumento das vítimas nas estatísticas dos feminicídios.

TABELA 10 Tipos de armas usadas para assassinar mulheres. 2002 - 2006. Ceará

Tipo de Arma	Quantidad	Porcentag
	e	em

Arma de fogo	94	36,2%
Faca	83	32,0%
Pedra	4	1,5%
Pau	19	7,3%
Estrangulamento	13	5,0%
Foice	5	1,9%
Liquido Inflamável	4	1,5%
Estupro	3	1,1%
Espancamento	6	2,3%
Machado/martelo/ enxada/tijolo/barra de ferro/facão	6	2,3%
Mão de pilão	2	0,8%
Tábua de bater carne	1	0,4%
Sutiã/cadaço de sapato	2	0,8%
Empurrão	2	0,8%
Jaca e Espeto	1	0,4%
Não Mencionado	14	5,4%
Total	259	100%

Fonte: Dados da pesquisa: Jornais Diário do Nordeste e O Povo.

As práticas de violência mudam, refazem suas dinâmicas, instrumentos e mecanismos, no entanto, as vítimas continuam sendo as mesmas, as mulheres. O instrumento ainda mais utilizado é a arma de fogo, contabilizando 94 vítimas de feminicídios a partir da eliminação mais eficiente.

A socióloga Lourdes Bandeira (1998, p. 66), reflete sobre estes instrumentos de torturas, onde ressalta que “o uso da arma de fogo representa uma associação positiva no plano simbólico com o uso da força, do poder, da virilidade. Tem um efeito de demonstração e de exibição muito forte. Ao mesmo tempo em que o uso da arma de fogo tem o poder de destruição mais rápido, é o sinônimo da morte”.

Uso da arma branca simboliza o segundo maior percentual, sendo estes as facas, facão, pau e outros, sendo que as práticas de assassinatos com este tipo de equipamento permitem aos criminosos requintes com detalhes de torturas, pois antes de exterminá-las são revitimizadas com estrangulamentos, mutilações, ferimentos, dilacerações e fragmentações do corpo permitindo no momento da mortificação, uma espécie de “pagamento”, uma punição ao desvio de “condutas”, transformando o assassinato em um cenário de intensa barbárie, ou a morte como “espetáculo” de expressões de força e poder.

De acordo com a Bergesch (2004), embebida nos estudos de Foucault sobre “as técnicas de formação do ser, das relações de poder e saber que se fazem materializar no corpo, permitem que se faça uma análise da sujeição à violência como componente da subjetividade feminina, o que não quer dizer submissão”. Acrescentamos também, que na própria produção social das mulheres, se encontram os mecanismos de constituição de um modelo feminino que lhes imprime no corpo e na subjetividade a sujeição ao masculino. É na violência entre homem e mulheres, que o núcleo da significação parece ser a articulação do controlar, ter ou perder e o de não suportar que as mulheres desejem algo além deles, vinculando uma necessidade masculina de auto afirmação, cristalizando em expressões marcantes nos corpos das mulheres, associando o “real” dono do corpo exterminado.

Considerações finais

O feminicídio é apenas a ponta do iceberg da violência doméstica e da violência de gênero contra as mulheres. A violência doméstica é muito mais ampla que o feminicídio. A violência física doméstica é cotidiana e geralmente produtora de uma escala, em que a morte pode vir a ser, mas nem sempre é, o ponto final. A morte é sempre o significativo evocado por meio da constância das ameaças. Os estudos das condições e das representações do feminicídio estabelecem possibilidades de avançar no debate sobre a economia simbólica do patriarcado, que tem no controle do corpo feminino e na capacidade punitiva das mulheres como um de seus suportes, como afirma Segato (2006). O sistema patriarcal

estabelece condições sociais e imaginárias que atribuem um valor menor a vida das mulheres tornando-as alvo da ação assassina não apenas de seus parceiros afetivos, mas de outros sujeitos sociais constituídos pelos valores desse sistema.

Referências Bibliográficas

BERGESCH, Karen. Violência contra a mulher, uma perspectiva foucaultiana. In: STRÖHER, M. e outras. **À Flor da Pele. Ensaios sobre gênero e sexualidade.** São Leopoldo, RS: Sinodal, CEBI, 2004.

DAMASCENO, Maria e VERAS, Celecina. **O Caminho se faz ao Caminhar.** Elementos teóricos e práticos na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Ed. UFC, 2005.

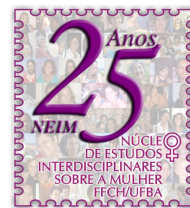
DA MATTA, Roberto. **Os discursos da violência no Brasil.** In: Conta de Mentiroso: ensaios da antropologia brasileira, Rio de Janeiro: 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Oliveira, Dijaci David; Geraldês, Elen Cristina; Lima, Ricardo Barbosa. **Primavera já partiu:** retratos dos homicídios femininos no Brasil. Brasília: MNDH, 1998.

SEGATO, Rita Laura. **Que és un feminicídio.** Notas para un debate emergente. Série Antropologia nº 401. UNB, Brasília, 2006.

GT- Família e Geração
Júlia Ribeiro Simon Cavalcanti Thomaz¹
PUC- SP/ USP



***Cunhã, Maraneyma, Ecobé Aé Ecoaba*²: uma análise institucional do programa de resgate da medicina tradicional – parteiras indígenas**

1 Introdução

O objeto do presente trabalho é o Programa de Resgate da Medicina Tradicional – Parteiras Indígenas, implementado pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo através da Resolução – SS- 07, revogada pela Resolução - SS- 72. As resoluções dispõem sobre os Hospitais Públicos de São Paulo, que devem respeitar as tradições da etnia Guarani quando mulheres dessa tribo forem dar à luz em tais centros de referência.

O Programa é interessante para um estudo, pois representa o cruzamento de três categorias de análise das Ciências Sociais: a étnico-racial, a de gênero e a geracional, uma vez que a maioria das Índias da etnia guarani da à luz na idade de risco entre 13 e 16 anos³.

A metodologia empregada combina elementos da lógica jurídica e da Pesquisa aplicada às Ciências Sociais. Foram avaliados textos jurídicos como a Resolução que deu início ao programa, a Lei que versa sobre a competência do SUS em relação à saúde indígena, o Estatuto do Índio, bem como o posicionamento de cada Constituição Federal com relação aos Silvícolas, caracterizando uma abordagem histórica. Por outro lado, foram realizadas entrevistas com membros da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, visitas à aldeias periurbanas e entrevistas com funcionários da Funai, caracterizando uma típica pesquisa qualitativa.

Este estudo tem por objetivo comprovar que Políticas Públicas que atuem nesse mesmo tripé (Índia – mulher – jovem) são programas benéficos e de baixo custo, pois têm grande efeito na saúde e na auto-estima dos contemplados. O estudo também pretende, a partir de um raciocínio indutivo, comprovar que, quando as condições do parto são harmonizadas, há um reflexo em toda a vida

sanitária e social da comunidade envolvida, comprovando a importância do feminino na estrutura social.

É importante salientar, antes de prosseguirmos, que, ao longo de todo o estudo, serão analisados aldeias e indivíduos que se enquadram na definição de Darcy Ribeiro de Índios genéricos⁴: aqueles que sofreram transfiguração étnica, ou seja, foram assimilados, mas não integrados à sociedade branca. Assim, qualquer conclusão extraída da pesquisa se aplicaria, por analogia, a outros troncos lingüísticos também genéricos, mas o mesmo não se pode afirmar com relação a etnias ainda isoladas.

Por fim, é mister que se saliente que o objetivo do Programa não é a aculturação, ou seja, a Secretaria de Saúde não visa coagir as parturientes Guarani a terem seus filhos em hospitais. Na verdade, Programa de Resgate da Medicina Tradicional – Parteiras Indígenas tem como meta reavivar o costume das parteiras, que inclui realizar o parto dentro da própria tribo. A criação de Centros de Referência e a normatização do respeito às tradições em Hospitais Públicos é uma mera consequência e uma requisição dos próprios Índios para que, quando a gravidez for de risco e o parto no hospital imprescindível, a Índia não tenha que escolher entre a saúde e a tradição. O Programa é uma *troca*.

2 O Programa

2.1 Idealização e normatização

Em 1999, a Lei nº 9.836 acrescentou ao Título II da Lei nº 8.080/1990 o Capítulo V, que versa sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Com essa Lei, foi estabelecido que, dentro do SUS, haveria um órgão especializado em atender às necessidades dos Índios, ao qual estaria integrada a Funai e os estados membros da União.

A partir disto, gerou-se a necessidade da criação de um Conselho para avaliar qual seria a atuação do Subsistema, no qual estariam presentes lideranças indígenas e parteiras, técnicos de enfermagem, membros de Secretarias estaduais e do Governo Federal.

Foi nesta ocasião que membros da Secretaria de Saúde do Estado de São

Paulo foram alertados por Índios que apenas melhorar o atendimento não era o suficiente. “O que eu levarei de volta para a minha gente?” diziam eles, segundo depoimento de Augusta Sato, enfermeira e idealizadora do Programa. Então veio à tona a questão da coletividade dos povos indígenas, da visão holística que eles têm de sua saúde e sociedade. Com isso, surgiu a necessidade de implementar um programa que resgatasse a tradição dessas etnias e, pensando no ciclo da vida, decidiu-se começar pelo resgate do parto.

Após longa pesquisa, foram desvendadas as necessidades dos Guarani e também a importância do feminino na hierarquia dessa tribo. Foram também instituídos alguns acordos: as parturientes realizariam o pré-natal tradicional e o pré-natal “de branco”, podendo a parteira acompanhar este último; seria distribuído, em conjunto com o Projeto Rondon, um *Kit Parteira* para cada aldeia contemplada, de acordo com os pedidos das parteiras locais; por fim, seria normatizado que, sempre que fosse absolutamente necessário o parto em hospital, seria garantido o respeito das tradições e o acompanhamento de uma parteira, tanto para auxiliar quanto para servir de intérprete, uma vez que muitas Guarani não falam português.

2.2 Evolução

Nas aldeias, o Programa evoluiu tranqüilamente. O *Kit Parteira* foi uma surpresa para a Secretaria, pois não foram pedidos os aparatos obstétricos da medicina branca, mas sim chaleiras, espumas e outros objetos que, sob um olhar etnocêntrico, como diria Pierre Clastres⁵, são consideravelmente inusitados.

Os hospitais respeitam as recomendações do estudo da Dra. Augusta Sato⁶ mesmo durante o processo de elaboração deste, antes de sua publicação, em 2003. Nesse ínterim, contudo, houve alguns incidentes como a perda de placentas e o não-seguimento da dieta especial, o que destacou a necessidade de normatização do Programa. Assim, surgiu a Resolução – SS – 07, que afirma que seis hospitais deverão respeitar a dieta puerperal por 40 dias, o que consiste em alimentar a mãe com frango novo, mingau, milho e derivados, sem servir feijão, leite, ovos, peixe, carne bovina ou suína sob hipótese alguma. Além disso, o

hospital deve armazenar corretamente a placenta e, em seguida, entregá-la à mãe ou seu representante, para posterior ritual no qual a placenta é enterrada, garantindo a fertilidade da Índia e o bem estar da criança.

Algumas aldeias Guarani, contudo, estavam extremamente distante dos Centros de Referência listados na Resolução, o que poderia custar a vida a algumas mulheres. Assim, os próprios Índios iam aos hospitais próximos às suas terras, munidos da resolução e de seu artigo 3º que afirma que

“Os Hospitais de Referência da região, poderão ser incluídos na presente Resolução por meio de contato com a equipe responsável pelo Projeto;”

Assim, foram incluídos na Resolução quatro novos Hospitais, e essa vitória não pertence à Secretaria de Saúde, e sim das próprias lideranças Guarani.

2.3 Desdobramentos

O Programa de Resgate da Medicina Tradicional representa o início de um resgate que respeita o ciclo de vida. Logicamente, portanto, o próximo passo seria incentivar o aleitamento e a saúde na primeira infância. Ao implementar o Programa das parteiras, porém, houve uma melhora direta nos outros setores da saúde, e algumas etapas do Programa puderam ser eliminadas.

Assim, está sendo planejado um projeto que envolva a conscientização alimentar dos Silvícolas. O Programa pretende integrar a alimentação dos jovens e dos antigos, proporcionando uma obtenção mais balanceada de nutrientes.

Aos olhos de um Índio ou de um mero conhecedor da história indígena, contudo, tal projeto soa consideravelmente ineficaz, pois um dos grandes e mais reconhecidos méritos dos Índios é sempre ter mantido uma dieta balanceada ao longo de sua história milenar. O grave problema consiste na demarcação de terras onde não há matas o suficiente para obter alimentos e compor a dieta tradicional. A falta de terras férteis ou com florestas e águas correntes também prejudica a obtenção de “remédios do mato” e alguns rituais que requerem recursos naturais.

Talvez os mais importantes desdobramentos do Programa sejam sua influência sobre outras comunidades. Em Minas Gerais, há um Programa análogo que trata das ervas medicinais. Há debates sobre a situação das parteiras em Rondônia,

porém os conflitos daquele estado tendem a estagnar o processo de elevação da saúde indígena a Política Pública. A capacitação de parteiras atinge também os Kapinawá, Xucuru, Kambiwá, Pankará e Pankararú, em Pernambuco.

Lentamente, o respeito pelas tradições envolvendo as parteiras e o feminino e o desejo de resgatá-las, bem como outros costumes, vem se espalhando por todas as comunidades em todo o Brasil, criando uma identidade de “Índio Nacional” jamais vista antes.

3 Buscando resgatar as tradições

O Programa de Resgate da Medicina Tradicional – Parteiras Indígenas faz parte de um conjunto muito maior de ações e concepções, por parte dos Índios, que visam resgatar e resguardar as tradições dos antigos. Há uma especial preocupação na aldeia *Tekoa Pyau* em passar os conhecimentos que sempre foram transmitidos oralmente para a escrita (*kuaxia*), como uma forma de perpetuar sua história. Assim afirmou Victor F. Soares Guarani, ou *Karai Miri*, participante ativo de sua comunidade, autor de vários livros acerca das tradições milenares Guarani.

Os “Guarani Verdadeiros”, ou *Mbya*, distinguem-se por uma incomensurável vontade de manter vivas suas tradições e seu *nhandereko*, que pode ser traduzido como “autodeterminação” ou, nas palavras dos Guarani, “o nosso modo de ser”. Os *Mbya* também são diferenciados por serem muito esclarecidos na cultura antropológica do homem branco, citando autores como Egon Schaden e Pierre Clastres, que inclusive viveu entre os Guarani. A cartilha *Nhande reko Ymaguare a’e Aygua*⁷, escrita pelos Guarani *Mbya* da referida aldeia, foi premiada no “Concurso de Apoio a Projetos de Promoção da Continuidade da Cultura Indígena”, em 2006. Esse prêmio foi mais uma vitória dos Guarani e de sua incansável *mbaraete* – força de vontade de ser Guarani.

Infelizmente, em uma de minhas visitas à aldeia *Tekoa Pyau*, ao conversar com F⁸., de 28 anos, eu a questioneei sobre o porquê de três de seus sete filhos terem nascido no Hospital de Pirituba, embora sua mãe seja uma parteira respeitada. F. afirmou que sofre de hipertensão e que seus filhos costumam nascer prematuros,

portanto o hospital era a melhor escolha. O mais chocante de nossa conversa foi, ao questioná-la sobre sua placenta, ouvir que não a magoou não recebê-la, pois ela sabia e se importava muito pouco com esse costume – que afeta diretamente a fertilidade da mulher e a vida do recém nascido-, e que todos da idade dela pensam assim. Essa mentalidade da juventude vai completamente de encontro aos esforços das lideranças em resgatar seu *nhandereko*.

4. A importância do feminino entre os Guarani

4.1 O *nhandereko* das mulheres Mbya

Ser mulher entre os Guarani tem um significado especial. Ser mulher é, aos onze anos, passar por um rito de passagem, é cuidar de seus irmãos e irmãs para aprender a ser mãe. É aprender a fazer artesanato, a cozinhar, a plantar e a colher remédios. É ter seu lindo e sedoso cabelo cortado quando a menstruação chegar. É não poder cozinhar ou tocar nos homens durante o período menstrual. As meninas, antigamente, tinham toda a sua vida projetada por seus pais e avós, para sua maior segurança. Assim, era certo que iriam esperar até os vinte anos para ter o primeiro filho e que iriam se casar somente quando se apaixonassem. Hoje, meninas de treze anos já são mães.

Mais do que isso, contudo, ser mulher entre os Guarani é ter liberdade para se apaixonar, decidir se casar e só então comunicar aos pais e ao pajé. É ter liberdade para ter quantos filhos quiser ou acreditar que *Papa Tenonde* (Deus, entidade suprema, Absoluto, Criador) mandar. É ser cuidada pelo marido após o parto, ou em tempo de enfermidade. É ter liberdade para discutir os assuntos da casa e da aldeia com o marido com igualdade e, sobretudo, eqüidade, o que nos faz refletir sobre quem seriam os “primitivos” e quem são os “evoluídos”.

Acima de tudo, ser mulher entre os Guarani é lutar para se manter como tal, não se casar com o não-índio, manter seu sangue puro e evitar sua desgraça. Ser mulher entre os Guarani é uma constante luta, não por seu gênero, mas por sua história.

“Desta forma, antigamente, as mulheres viviam de um jeito e na atualidade as

meninas esqueceram os seus costumes. Desse jeito não está certo.”⁹

4.2 As *Kunha Karai*¹⁰ e as parteiras

A importância hierárquica das parteiras e das rezadeiras entre os Guarani também é considerável. Elas são a segunda liderança na aldeia, após o pajé. São procuradas pela maioria das mulheres grávidas ou que querem engravidar. J., de 38 anos, à espera de seu sétimo filho, afirma visitar M.L., parteira de família há três gerações, todas as noites, pois tem muita fé em sua tradição.

Para ser parteira, é necessária toda uma vida. M.L. acompanhava sua mãe aos partos. Em seguida, passou a acompanhar sua sogra, também parteira, preparando remédios e fervendo água. Ao mudar-se para a aldeia do Jaraguá, ela e sua sogra passaram a ser as parteiras principais e mais velhas. São elas que acodem todas as mulheres grávidas que ainda procuram respeitadas as tradições Guarani. São elas que perpetuam a tradição do seu povo no momento mais representativo da perpetuação: o parto.

As mulheres rezadeiras foram enviadas por *Nhanderu*, o nosso pai, para curar, e foram dotadas da sabedoria necessária para tal. Elas são o símbolo do Sagrado Feminino.

Antes do não-índio chegar à terra, era fácil se tornar *Kunha Karai*, pois não havia imperfeições culturais ou triviais, como o acesso a remédios. Atualmente, está cada vez mais difícil encontrá-las. A aldeia *Tekoa Pyau* conta com 78 famílias, mas apenas três ou quatro rezadeiras ou parteiras.

As jovens, infelizmente, não procuram mais acompanhar seus parentes que exercem o honroso ofício de parteira. Não há o interesse em aprender a arte sagrada ou sequer em tomar parte dos rituais, como exemplifica o caso de F. contado anteriormente.

As *Kunha Karai*, hoje, lutam pelo seu povo. Cada reza, cada pitada no cachimbo é uma súplica por suas crianças, mas, acima de tudo, uma súplica por seu Povo, para que ele possa manter seu *nhandereko* com muita coragem e muita *mbaraete*.

5 A violência institucional e as múltiplas discriminações no âmbito da saúde

Neste tópico serão tratados temas relativos a uma das áreas que mais cresce na ciência do Direito: os Direitos Humanos. Serão definidos o prós e os contras de políticas afirmativas de assimilação e será exposta a situação de tais políticas na relação entre os Silvícolas e a Funai.

É importante, antes de prosseguir, apresentar uma consideração acerca da ética intercultural e de sua pretensão universalista:

Si la tarea de fundamentar una ética ya es de por sí difícil, es más complicado aún hacer lo propio con una ética intercultural. Si la ética, en su sentido práctico – como la democracia o una religión - , ya tiene en sí misma algo de utópico o de imposible, más inalcanzable ha de parecer una ética como la aquí propuesta, que, recordemos, pretende ser válida universalmente, y hacerlo bajo reclamos tan poco familiares y tangibles como la autonomía, la reciprocidad y el pensar << siempre de acuerdo con uno mismo>>¹¹

Assim, é de suma importância reconhecer até que ponto os desafios enfrentados são inerentes a qualquer Política Pública que pretenda sobrepor os espaços de duas culturas

e a partir de que ponto tais óbices são configurados como violência institucional, desrespeito aos Direitos Humanos e descaso por parte das instituições responsáveis.

1. Ineficácia das Políticas Públicas

Apesar dos desafios inerentes a qualquer tentativa de homogeneizar ações entre diferentes culturas, o próprio Norbert Bilbeny, usado para apontar tais dificuldades, intitulou o epílogo de seu livro, “Ética Intercultural”, *Las comparaciones son posibles*. Assim, apesar de, em um primeiro momento, frustrar a expectativa de universalização dos Direitos Humanos e de integração de sociedades excluídas, Bilbeny finaliza sua obra com um sopro de esperança que é, ao mesmo tempo, uma denúncia, pois prova que os obstáculos às Políticas Públicas e às ações afirmativas são impostos por burocratas e mantenedores do *status quo*, e não por diferenças inerentes às culturas.

A violência institucional constitui, basicamente, o fato dos Índios não terem conhecimento de quais são os recursos aprovados anualmente no Congresso

Nacional para sua saúde. Assim, a saúde indígena ainda não alcançou o status de Política Pública em âmbito nacional, ficando restrita a medidas municipais e estaduais.

Além disso, os programas de saúde não têm caráter profilático ou preventivo, servindo apenas como “cura”, sem levar em consideração os períodos de incubação das doenças e as diferenças na imunidade dos Silvícolas. As tentativas de implementação de um programa para a saúde indígena em âmbito nacional tampouco respeitavam as formas tradicionais ao usar, por exemplo muitos remédios alopáticos.

Além disso, a política indianista está perpassada pela unilateralidade da Funasa, pela burocracia e centralização das decisões em Brasília. O sistema eleitoral brasileiro também compromete bastante a ajuda aos Silvícolas, pois durante a condução da elevação da saúde indígena ao status de Política Pública sempre há alguma interrupção ou mudança de gabinete. Isso acarreta numa tremenda falta de capacitação daqueles que lidam diretamente com os contemplados, pois na falta de uma cúpula capaz de comandar fortemente as políticas indianistas, toda a estrutura dos órgãos subordinados à Funai se desmorona.

Ao contrário do que parece, tal violência institucional não é sutil. O Governo Federal assumiu o compromisso de tutelar os Índios, como exposto no artigo 109, inciso XI da Constituição Federal, e, ao burocratizar o processo dessa tutela, o Governo exime-

se da responsabilidade assumida. Entende-se por violência institucional qualquer tipo de desrespeito do Estado para com as pessoas perante as quais ele assumiu alguma obrigação institucional, seja um desrespeito direto ou uma falha por omissão.

2. As múltiplas discriminações: Índia, mulher e jovem

Como mencionado na introdução do presente estudo, as Índias contempladas pelo Programa de Resgate da Medicina Tradicional – Parteiras Indígenas são adolescentes, jovens entre 13 e 16 anos.

Sendo assim, são meninas e mulheres forçadas a amadurecer precocemente e

que, por mais tuteladas que sejam pela legislação, jamais serão completamente integradas à sociedade: são Índias, mulheres e mães adolescentes, sofrerão um triplo preconceito e, cada vez mais, terão que se afastar de suas origens para se inserir no submundo de uma sociedade para a qual ela é invisível, mas que pode ser sua única oportunidade.

Ao discutirmos o tema, é importante citar a Declaração de Guatemala. Após constatar a múltipla discriminação sofrida por mulheres indígenas e afrodescendentes, os presentes no Seminário “Igualdade, Justiça e Equidade... Mulheres por uma vida livre de racismo e discriminação” afirmam ser a educação a solução para os problemas debatidos no seminário.

Teremos agora a pretensão de procurar ampliar o documento final da Declaração de Guatemala, pois entendemos que, apesar de importante, a educação não é a única solução para as múltiplas discriminações. Promover um contato pacífico entre os traços culturais que podem ser motivo para preconceito e aqueles considerados “normais”, como foi feito com o Programa analisado.

Por fim, é importante citar o que o Comitê Cedaw nos diz a respeito das múltiplas discriminações:

Certos grupos de mulheres, além de sofrerem discriminação em decorrência de serem mulheres, também podem sofrer múltiplas violações baseadas em razões como raça, etnia ou identidade religiosa, deficiência, idade, casta e outros fatores. Esta múltipla discriminação pode afetar principalmente estes grupos de mulheres em um grau diferente ou em diferentes maneiras do que afeta os homens¹².

6. Conclusão

Analisando o Programa em todos os seus aspectos, concluímos que sua aplicabilidade, seu custo e sua efetividade não são problemas. Os verdadeiros óbices consistem na fiscalização da execução judicial, uma vez que vários são os casos em que, mesmo após publicadas as Resoluções, as Índias não receberam suas placentas nos hospitais.

Além disso, é importante não só oferecer aos Índios as condições de se integrarem à sociedade branca sem se aculturarem, mas também mostrar a eles a importância de seguir os costumes dos antigos e continuar a luta pela manutenção das tradições Guarani. As políticas de assimilação, embora benéficas à curto

prazo, levam a juventude indígena a “ouvir mais o branco que o Índio” e a perder seu caráter *Mbya* o que, futuramente, pode levar à extinção de toda uma civilização.

Quanto às mulheres, é importante ressaltar o lugar de destaque ocupado por elas na sociedade Guarani. As parteiras e seu ofício são um mero exemplo dessa posição elevada pois, no convívio diário com esse povo, é possível perceber que as mulheres são dotadas de uma autonomia, um poder de fala e decisão, capaz de fazer inveja à sociedade não-índia. Essas mulheres merecem nosso respeito, assim como seus pais, maridos e irmãos, que aprendem desde cedo a não subjugar-las.

Num momento em que quase todas as comunidades de Índios Genéricos do Brasil tentam resgatar suas origens, é importante que os olhos se voltem ao Programa de Resgate da Medicina Tradicional – Parteiras Indígenas, não com a visão unilateral da Secretaria ou da aldeia, mas com o maior número de enfoques possível, para que essa Política Pública seja um exemplo, tanto do que se fazer quanto do que se evitar.

Por fim, cabe aqui uma bela citação do antropólogo francês Marcel Mauss:

“As formas da obstetrícia são muito variáveis. No nascimento do menino Buda, sua mãe, Mãya, agarrou-se a um galho de árvore. Ela deu à luz em pé. Uma boa parte das mulheres da Índia ainda fazem assim. Coisas que acreditamos, como o parto na posição deitada de costas, não são mais normais que as outras, por exemplo a posição de quatro. Há técnicas do parto, seja por parte da mãe, seja por parte de seus auxiliares; do modo de pegar a criança, da ligadura e corte do cordão umbilical; cuidados com a mãe, com a criança. Essas são questões já bastante consideráveis. Eis algumas outras: a escolha da criança, o abandono dos fracos, a condenação à morte dos gêmeos são momentos decisivos na história de uma raça. Tanto na história antiga como nas outras civilizações, o reconhecimento da criança é um acontecimento capital.”¹³

Referências:

- BARRETO, Helder Girão. **Direitos indígenas: vetores constitucionais.** Curitiba: Juruá. 2003
- BILBENY, Norbert. **Ética Intercultural.** Barcelona: Ariel. 2004.

- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência – ensaios de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify. 2004
- CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.
- DA CUNHA, Manuela Carneiro. **Os direitos do índio**. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- DE CARVALHO, Maria Lucia Brant. **Saúde de populações indígenas: tendências após os impactos do contato**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC - SP. 1997
- DE MIRANDA, Alcir Gursen (coord). **O direito e o índio**. Belém: Cejup. 1994
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro 1- Teoria Geral do Direito Civil**. São Paulo: Saraiva. 2008
- GODOY, Marília G. Ghizzi (coord). **Nhande reko Ymaguare a'e Aygua**. São Paulo : Terceira Marge. 2006
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify. 2007.
- MORAN, Emilio. **Adaptabilidade Humana**. São Paulo: EDUSP. 1994.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes. 1992
- SATO, Augusta/GOLIM, Rita de Cássia. **Dívida social. O respeito à cultura de um povo: o trabalho da parteira indígena Guarani**. São Paulo. 2003.
- VERANI, Cibele. A medicina indígena. In: CONFAZONIERI, Ulisses. (coord). **Saúde de populações indígenas – Uma introdução para profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: ENSP. 1993

Documentos Oficiais

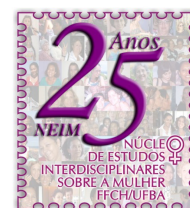
- Cedaw/C/2004/I/WP.1/Rev.1 (Tradução e Grifos ADVOCACI)

Documentos disponíveis online

- http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2_semestre_2003/setembro/un0917.htm#007
- Documento Final do I ENCONTRO PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE OS DSEI'S DO AMAZONAS. Disponível em : <http://www.secoya.org.br/documento/DocumentoFinal.doc>

- Declaração de Guatemala. Disponível em:
<http://www.repem.org.uy/?q=node/57>

Maria do Carmo Braga de Oliveira
Osvaldo Fernandez
Palavras-chave: Violência. Mulher. Lésbica.



Violência contra Mulheres lésbicas no Brasil: construindo debates

Introdução

A violência contra a mulher é um grande problema social de saúde pública. São múltiplas as faces da violência contra as mulheres no Brasil, no entanto se tratando de um país homofóbico a violência contra a mulher lésbica constitui um agravante ainda maior. Diante dessa problemática torna-se necessário dar visibilidade a mulher e aos problemas que estas enfrentam cotidianamente devido principalmente pela sua orientação sexual.

O presente artigo irá apresentar episódios de violência contra mulheres lésbicas no Brasil. O Brasil que ostenta a fama internacional de ser um dos países onde os homossexuais são mais visíveis e socialmente aceitos, que realiza a maior parada gay do mundo - esconde uma desconcertante realidade: é o campeão mundial em assassinatos de homossexuais. Numa pesquisa sobre crimes homofóbicos documentados em 25 países de todos os continentes, em primeiro lugar situa-se o Brasil, com uma média de 128 mortes anuais, seguido do México com 35 assassinatos e em terceiro lugar os Estados Unidos, com 25 crimes de ódio homofóbico por ano (MOTT, 2002).

Mais do que outras minorias, os homossexuais são as principais vítimas do preconceito e discriminação dentro de nossa sociedade. E por esta situação de maior vulnerabilidade, carecem de mais atenção por parte do poder público e da sociedade em geral, na implementação de medidas efetivas que garantam a salvaguarda de seus direitos humanos e da plena cidadania, sobretudo na sua sobrevivência no enfrentamento dos crimes de ódio e na luta contra a AIDS.

Este trabalho que constitui uma pesquisa inicial tem como objetivos conhecer a dinâmica sociocultural da violência letal contra mulheres lésbicas, Através da descrição de quatro casos de assassinatos de mulheres lésbicas, analisando o conteúdo e como esse tipo de crime é veiculado pela imprensa.

Tomamos os casos publicados em jornais como *corpus* de análise, por ocuparem um papel importante na divulgação da violência contra mulheres lésbicas, embora nem todos os casos sejam divulgados. O fato de circularem pela esfera social através dos veículos de informação, abre-se um espaço importante para observarmos criticamente a forma como tais casos são divulgados pela imprensa. Comentando esse aspecto Mott, que há muitos anos trabalha com esse tipo de catalogação de crimes e estuda a questão há mais de vinte anos salienta que: “[...] Não havendo estatísticas oficiais sobre crimes de ódio no Brasil, temos de nos valer de notícias de jornal e de outras fontes a fim de documentar tão cruel genocídio” (MOTT, 2000, p.12.)

Partimos do banco de dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) e selecionamos quatro casos reportados em jornais com reportagens sobre mulheres lésbicas vítimas da violência homofóbica, um tipo de violência de ódio o que se constitui em um caso especial para análise, pois se trata de um crime contra a vida. Não há no Brasil estatísticas oficiais sobre tais crimes, o acervo acumulado há mais de duas décadas pelo GGB tem sido a principal fonte para o conhecimento desta trágica realidade. A partir desses casos selecionados é possível refletir sobre o crime contra mulher e em particular a lesbofobia no Brasil. Coletamos quatro casos veiculados em notícias de jornais sobre assassinatos de mulheres lésbicas, de idades diferentes ocorridos no Brasil e publicados nos seguintes jornais: Diário do Nordeste, Extra- RJ, Diário do Amazonas, O Coletivo.

A socióloga Eva Blay, autora de uma recente pesquisa sobre *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos* (2008), que utiliza jornais entre outras fontes como judiciário e inquéritos policiais, adverte para o uso desse tipo de fonte:

É preciso cautela ao analisar o material da imprensa escrita, já que a seleção dos crimes não reflete a quantidade dos mesmos - nem todos são noticiados -, mas permite observar a linguagem da notícia, o detalhamento dado aos crimes, a perspectiva da mídia e o suposto interesse do público leitor. (BLAY, 2008, p.29)

É notório que os dados levantados dos crimes em jornais por mais numerosos que sejam não conseguem abarcar o verdadeiro número de mulheres vítimas da violência homofóbica, visto que nem todos os casos são noticiados, e

dos que são nem sempre estes evidenciam a orientação sexual da vítima. Esses eventos geralmente ficam na invisibilidade, devido ao preconceito que a sociedade brasileira tem contra os homossexuais. Nos homicídios em que a vítima é homossexual freqüentemente não se leva como hipótese de investigação o crime homofóbico, crime de ódio e freqüentemente deixa de ser registrada pelos jornais a homofobia como motivação para o crime.

No que diz respeito ao conteúdo do jornal, sabemos que as palavras são carregadas de conteúdos que estão relacionadas ao contexto de quem a escreve. O discurso está longe de ser imparcial, aquele que escreve produz um discurso que é controlado e selecionado. Controlamos nossas falas, pois não se pode falar tudo que se pensa. A palavra é usada de forma cautelosa, ou seja ela não é livre. De acordo com Foucault precisamos localizar as diferentes posições de sujeito, do lugar onde fala, para quem, com que utilizada e procedimentos de poder. Assim escreve pensa esse autor:

[...]Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p.8-9)

Os casos que seguem abaixo, trata-se de uma pequena amostra selecionada aleatoriamente, eventos típicos que revelam a invisibilidade de um certo tipo de violência contra as mulheres lésbicas no Brasil.

1. Caso – Violência sexual?

A manchete: “Preso acusado da morte de dona de casa”

A notícia:

“...um bárbaro assassinato, na madrugada de domingo último, quando executou por meio de estrangulamento, tiro e paulada, a jovem Durly Alcântra de matos, 24...Luizinho ficou em companhia da mulher (que era homossexual) e, supostamente tentou manter relações sexuais com ela. Como a mulher não aceitou, acabou sendo cruelmente assassinada por ele.” (Diário do Nordeste, 31/5/2001).

O que teria motivado o assassinato da vítima segundo o jornal seria o fato de Durly, não aceitar manter relações sexuais com o algoz, visto que a mulher era

homossexual. Pode-se entender que tal mensagem traz uma carga oculta de legitimação da violência, como se o fato da vítima não aceitar ter relação sexual com o agressor explicasse como motivo pelo qual teria levado o assassino a cometer tamanha barbárie com requintes de crueldade. Trata-se de um típico crime homofóbico, que permite ocultar a desigualdade de poder das mulheres na negociação sexual e como se fosse legítimo matar uma mulher por não aceitar o convite de um homem, revelando o simbólico do poder do macho.

Caso 2 _ Violência doméstica e/ou homofóbica?

A manchete: “Até a namorada da ex-morre”

A notícia:

“O electricista Silvio da Graça dos Santos, 42 anos, matou ontem a tiros, em São Bernardo sua ex mulher, a motorista de lotada Rita Aparecida Santos, 38 anos, que lhe exigia aumento da pensão, e a Noêmia Sena. 39 anos. Rita e Noêmia tinham um caso, o que aumentou o ódio de Silvio.” (Extra, 30/3/2000.)

O texto acima se refere ao assassinato de duas mulheres, onde a motivação maior para o crime teria sido o fato de Rita ter um caso com Noêmia. O conteúdo nos leva a pensar em um homicídio ocasionado pela orientação sexual das duas mulheres, que causava ódio em Silvio, ex marido de Rita. Mais uma vez, a dominação masculina se apresenta tanto como imaginário, mas principalmente como instituição simbólica desta sociedade patriarcal. O conflito entre as pessoas parecem se acirrar com alguns marcadores de diferença e parece a orientação sexual desempenhar bem esse papel na dinâmica desses crimes performatizados por uma relação desigual de poder entre os gêneros, vulnerabilizando as mulheres como expressão da dominação masculina num período de crise do patriarcado.

Caso 3_ Crime passional e/ou violência doméstica entre mulheres lésbicas?

Manchete: “Morta com golpes de faca”

A notícia:

“A auxiliar de serviços gerais Francisca Chagas Braga Alves, 45, foi encontrada morta por volta de 16h de segunda-feira, dentro de um quarto em sua residência, localizada no bairro São José III, zona leste. De acordo com informações da Delegacia especializada em Homicídios e seqüestros (DEHS), Francisca foi morta com golpes de faca e martelo aplicados em várias partes de seu corpo, que já estava em estado de decomposição...morava com uma mulher identificada apenas como Suelen, que para polícia é uma das principais suspeitas...De acordo com vizinhos, Suelen era namorada de Francisca...Outros suspeitos do crime, de acordo com a polícia, são Francinete Dias e Albertina Vieira da Silva. De acordo com informações dos agentes da delegacia, as duas foram amantes de Francisca.” (Diário do Amazonas, 02/12/2001).

Segundo o jornal trata-se de uma mulher assassinada com requintes de crueldade, onde o(a) provável assassino(a) seria alguém com quem ela manteve relações amorosas. A polícia sem maiores explicações logo procura como possível assassino (a) pessoas que teriam se relacionado amorosamente com ela, não colocando como possibilidade pessoas que a conhecessem, ou não que não fizessem parte da esfera amorosa da vítima.

Caso 4_ Crime contra lésbica e o suspeito é o “sogro” da vítima

Manchete: “Preconceito vitimou mulher no Gama”

A notícia:

“A dona do bar Bionção, Edna Fernandes Liocádio, 26, foi assassinada ontem, por volta das 21h40, na Quadra 2, em seu estabelecimento, Setor Oeste, Gama. A vítima foi atingida por quatro tiros no tórax...Ainda no estabelecimento, amigos da vítima também foram atingidos...De acordo com a polícia, Edna foi assassinada porque era homossexual...Para Fernando Lucas Vieira, 36, tio de uma das vítimas, Edna era uma pessoa pacata. ‘Ela era uma pessoa calma e namorava, aproximadamente , cinco anos com uma mulher conhecida por Rose, que também tem um filho. A família detestava aceitar o namoro das duas. Acredito que o pai dela é quem mandou matar’, disparou Fernando. Ele afirmou ainda, que todos que estavam no bar teriam acabado de participar de uma partida de futebol e que o encontro no bar, após os jogos, era comum.’Todos que estavam no bar eram amigos de Edna. Pode perguntar para todo o time do Tabajara quem foi que matou que eles vão responder que foi o pai dela’ afirmou o homem. (Jornal O Coletivo, 8/11/2004)

Segundo o jornal, trata-se de um crime de ódio, onde a vítima teve a morte encomendada, devido a não aceitação de sua orientação sexual. O fato dos amigos de Edna demonstrar saber quem foi o mandante do assassinato,

demonstra que provavelmente Edna já teria sofrido algum tipo de ameaça ou violência por parte do mandante do crime, que chegou ao conhecimento dos seus amigos.

Analisando os casos

É interessante observar que nos três casos trata-se de violência letal com requintes de crueldade, contra mulheres jovens de 24 a 45 anos, que tiveram suas vidas interrompidas de forma brutal. Nesses casos devemos destacar os tipos de agressões encontradas: pauladas, estrangulamento, tiros, golpes de faca e martelo. A partir daí podemos observar o nível da crueldade e caracterizar o crime tipicamente homofóbico contra mulheres. Assim, como os demais crimes de ódio, o crime homofóbico é marcado pela crueldade do *modus operandi* do autor ou dos autores, incluindo muitas vezes a tortura prévia da vítima, a utilização de diversos instrumentos mortíferos e elevado número de golpes (Mott, 2000,p.16).

A homofobia por ser a principal causa da morte de homossexuais no Brasil e só por isso já merece preocupação, seriedade e visibilidade por parte de toda a sociedade, que contribui a grosso modo para tal situação ou mesmo pela sua permanência. O silêncio ocasionado pela falta de denúncias se constitui um dos fatos que vem a contribuir para o aumento ou continuação da violência letal. Mas encontra dificuldade por parte vítimas ao denunciar, pois isso significa se expor em sua orientação sexual, o que pode trazer outros tipos de violência, visto que não há preparo para o atendimento das vítimas quando elas são homens e mulheres homossexuais.

A falta de respeito à sexualidade alheia tem sua raiz nas “regras sociais” pautadas na heteronormatividade, onde se tem a visão de corpo como destinos da natureza, lugares de sujeitos, um corpo sujeito a controles. O corpo possui vida, sendo, portanto agente histórico e cultural, ele se expressa de diversas formas, inclusive permitindo ou não o pensar de determinadas coisas, ele está presente tanto em nossas atitudes como em nossos pensamentos. Acreditamos que a denúncia e pesquisas acadêmicas sobre o tema contribuem para visibilizar essas

questões e é uma das principais armas contra este trágico quadro de violência contra as mulheres e aos homossexuais no país.

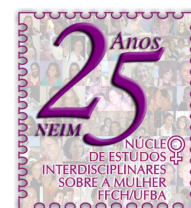
REFERENCIAS

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos. São Paulo, editora 34, 2008.**

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise do Conteúdo.** Brasília, Ed.Liber Livro, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.**São Paulo, Ed.Loyola, 1996

MOTT, Luiz. **Assassinato de Homossexuais.** Manual de Coleta de Informações, Sistematização e Mobilização Política contra Crimes Homofóbicos. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.



A tutela jurídica da prostituição

1. Introdução

Nas últimas décadas, a prostituição tem levantado cada vez mais polêmica. Seja pelo seu crescimento desenfreado com o aumento da população urbana, ou pelas questões morais, econômicas, sociais e de saúde pública envolvidas nessa atividade, ela é objeto de estudo há quase dois séculos no meio acadêmico.

Diversos sistemas político-jurídicos foram criados desde meados o século XIX para regular seu exercício, mas o resultado prático de praticamente todos esses sistemas, desde seu primeiro projeto, foi afundá-las ainda mais na marginalização. Analisá-los criticamente é o objetivo deste estudo, que aborda somente os sistemas político-jurídicos da Austrália e dos países dos continentes americano e europeu, tendo em vista a dificuldade de encontrar literatura de outros países a respeito.

Neste trabalho, consideramos como prostituição a atividade em que um sujeito troca favores sexuais por remuneração, não sendo necessário que seja exercida habitualmente, ou a número indiscriminado de pessoas, ou, ainda, que haja conjunção carnal. Basta que os serviços tenham finalidade sexual e que sejam remunerados com dinheiro ou outros bens da vida, abrangendo toda gama de serviços relacionados à prostituição. No entanto, essa definição ainda não é bastante para abarcar todos os aspectos da prostituição. De acordo com Rosa Dominga Trapasso,

A prostituição é um fenômeno social que afeta diversos aspectos da sociedade e que não se limita só a atividades individuais (prostituta e cliente). Toda análise sobre prostituição requer a sua localização dentro do contexto político, social, econômico e cultural que lhe deu origem e que a continua alimentando. Requer um esclarecimento dos atores que a protagonizam e das estruturas econômicas e sistemas sociais que a sustentam¹⁸.

¹⁸ TRAPASSO, Rosa Dominga. *A prostituição em contexto*, in *Prostituição: trabalho ou escravidão sexual?* São Paulo: CLADEM – Comitê de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer, 2003.

A partir dessa conceituação, podemos perceber que o que se entende por prostituição não se pode limitar à mera descrição da atividade. É necessário enfocá-la em um contexto mais completo, onde os fatores que a geram e perpetuam-na sejam revelados e discutidos.

2. A Prostituição: início, meios e fins

No século XIX, com o grande crescimento da prostituição nos centros urbanos, a atividade tornou-se um incômodo problema social, sendo o alvo perfeito para os defensores dos ideais de pureza social e moralidade¹⁹. Esse período da história da prostituição foi marcado pelo início das discussões sobre os sistemas político-jurídicos que a regulam até hoje, pois até esse momento não haviam políticas sistematizadas, coordenadas com a legislação, e estudadas academicamente nesta seara.

O primeiro sistema implementado foi a regulamentação, ou regulamentarismo, implementada por Napoleão no início do século XIX. Aí eram instituídos, pela primeira vez, a *polícia dos costumes*, o exame obrigatório das prostitutas e o seu registro.²⁰ Na regulamentação, os discursos dos profissionais de saúde, dos administradores das cidades, dos juristas e da polícia organizavam-se em torno de questões como proteção da moralidade e da saúde públicas.

A regulamentação foi adotada em praticamente todos os países europeus, e espalhou-se nos outros continentes, durante o século XIX. Entendia-se, nessa época, que os homens precisavam ter acesso a prostituta, e que o papel do governo era garantir que elas estivessem “limpas” e “saudáveis”.

No Brasil, adotou-se o abolicionismo, que surgiu por volta de 1840, na Europa, num movimento contrário à regulamentação, impulsionado por feministas, defensores dos direitos individuais e por aqueles que acreditavam que a prostituição não era um “mal necessário”, mas uma forma de exploração,

¹⁹ SCAMBLER, Annette; SCAMBLER, Graham (Orgs.). *Rethinking Prostitution: purchasing sex in the 1990s*. Londres, Inglaterra: Routledge, 1997. p. 59. p. 3.

²⁰ MORAES, Evaristo de. *Ensaio de Pathologia Social – Vagabundagem, Alcoolismo, Prostituição e Lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921. p. 140.

comparada à escravidão, que devia ser abolida por ser incompatível com a dignidade das pessoas.

Um terceiro sistema foi criado, à época, com objetivos parecidos ao do abolicionismo, mas táticas completamente diferenciadas. O proibicionismo considera a prostituição um mal a ser erradicado, criminalizando todos os elementos envolvidos na relação – prostituta, proxeneta e cliente. Opondo-se diretamente ao direito personalíssimo da pessoa dispor do próprio corpo, e assumidamente violento, o proibicionismo nunca teve muito suporte acadêmico.

A partir da década de 60 do século passado, surgiu também a demanda de prostitutas por reconhecimento de seus direitos e de sua “profissão”. Lutando pela dignidade no exercício da prostituição, as prostitutas formaram movimentos nacionais e até mesmo internacionais. Com seu movimento, as prostitutas conquistaram, em alguns países, a legalização. Esse sistema é visto como uma oportunidade de tornar a prostituição uma grande fonte de renda através de impostos, taxas e multas para regulação da atividade. A questão principal para os defensores da legalização é que a prostituta tem completa autonomia para decidir sobre o que faz com seu corpo, sendo sua livre opção submetê-lo ou não à prostituição.

Em contraposição à legalização, a Suécia, em 1999, efetivou um sistema pioneiro, que tem parcialmente resolvido o problema da pouca ou nenhuma eficácia do abolicionismo nos países. É uma nova forma de abolicionismo, cujo princípio básico é que, ao contrário de atacar a oferta (prostitutas) de serviços sexuais, deve-se atacar a demanda (clientes e proxenetas). Ou seja, a mulher prostituída passa a ser o foco do sistema, não como delinqüente, mas no lugar de vítima da exploração. Já o proxeneta pode ser condenado em até seis anos, e aquele que compra ou tenta comprar serviços sexuais pode ser multado ou sofrer até seis meses de detenção.

Feito esse breve histórico de como surgiram os sistemas que regulam a prostituição, passaremos a analisá-los sob a perspectiva dos papéis de gênero e da eficácia apresentada através dos resultados.

2.1. O Proibicionismo

Esse sistema é pouco difundido e sua inserção nas discussões acadêmicas são praticamente nulas. Sua fundamentação surge muito mais das condições políticas particulares de cada país, tendo um conteúdo fortemente moral: já foi motivado por religiões, políticas ditatoriais e xenofobia. Seu objetivo principal é de erradicar a prostituição, e, para tanto, criminaliza todos os envolvidos com a atividade, mas o cliente sempre é punido em menor grau. Esse sistema existe em alguns estados dos Estados Unidos, em países do Leste Europeu e, mais recentemente, na França.

O sistema é visto como meio de prevenir, através da ameaça, a exploração e o tráfico de pessoas. No entanto, esses objetivos parecem-me completamente contraditórios, pois punir as vítimas do tráfico ou das precárias condições sociais do país de origem obviamente não vai desestimular a exploração sexual, pelo contrário. Apesar de não ter notícias de relatórios franceses sobre os impactos dessa lei, tudo leva a crer que a criminalização das prostitutas resulta em sua clandestinidade e exclusão social, o que gera um maior risco de violência, piores condições para exercer a atividade, e maior exploração dos cafetões e cafetinas. Vai de encontro à razão punir as vítimas para desestimular os agressores, e é realmente improvável que haja um verdadeiro combate contra a prostituição nessas condições. Certamente a prostituição visível há de ser reduzida, mas é possível que aquela que se dá em bordéis e locais afins cresça ou se mantenha estável, já que não será possível controlá-la.

Por fim, é importante notar que o proibicionismo confronta-se diretamente com o direito de dispor do próprio corpo. O que não pode ser permitido é que o Estado consinta e tolere que alguém faça comércio com o corpo alheio²¹. Evaristo de Moraes traz um trecho muito esclarecedor diante da sua época: “*A lei se preocupa, muito justamente, com tudo que fere o pudor (sic) publico. Não tem que saber o que se faz de portas a dentro, tanto na casa da mulher honesta, como da deshonesto (sic)*”.

²¹ MORAES, op. cit. p. 219.

Diante do exposto, percebe-se a fragilidade desse sistema. Ouso dizer que seu objetivo, para muito além de exterminar com a prostituição, é excluir socialmente as prostituídas. Usa-se o combate à prostituição como desculpa para livrar-se do incômodo de uma parcela da sociedade que exige a atenção do Estado e, acima de tudo, sua proteção. Certamente, é o mais autoritário e violento dos sistemas, gerando para as pessoas prostituídas uma situação de indignidade maior do que àquela a qual a prostituição já as submete.

2.2. A regulamentação

Como visto, a regulamentação foi o primeiro sistema político-jurídico a ser racionalizado e implementado pelos países. Hoje, existe em países como Áustria, Grécia e Irlanda, e sua principal característica é propor-se a controlar a prostituição, permitindo que ela exista, mas de forma limitada e com o objetivo “proteger o público contra perturbações inaceitáveis causadas pelo oferecimento de serviços sexuais na rua”²².

Neste sistema, portanto, a prostituição, em si, não é crime, mas deve ser controlada pelo Estado para proteger a sociedade de seus aspectos mais “inadequados” e “invasivos”. Para o regulamentarismo, a prostituição é um fenômeno social impossível de ser combatido, e resta, portanto, limitar os danos que ela pode acarretar para a sociedade. Ou seja, apesar de ser considerada um mal não se pretende acabar com a ela.

O regulamentarismo justifica-se através de velhos clichês, colocando sempre a prostituição como inevitável. Esta, entretanto, somente existiu a partir da escravidão, quando foi criada a idéia de posse sobre outro ser humano. Além disso, a suposta incontrolável necessidade sexual masculina não é física - ou poderia ser aliviada através da masturbação - mas cultural, pois a sexualidade masculina é intensamente estimulada e explorada desde a infância, e sua exacerbação torna-se sinônimo de virilidade e status entre seus pares. É importante compreender, neste contexto, que “*a sexualidade não é apenas uma*

²² BINDEL, Julie; KELLY, Lis. A Critical Examination of Responses to Prostitution in Four Countries: Victoria, Australia; Ireland; the Netherlands; and Sweden. London: London Metropolitan University, 2003. p. 19.

questão pessoal, mas é social e política [...]. A sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”²³.

Na regulamentação, o trabalho de controlar a prostituição normalmente fica por conta da polícia, sendo constante a referência à corrupção policial²⁴. Além disso, as prostitutas, principalmente as que batalham nas ruas, ficam desprotegidas, pois a maioria delas atua ilegalmente e pode ser presa. Por esses motivos, a violência aumentou desde que a lei passou a vigorar²⁵.

Apesar de se perceber uma crescente aceitação da prostituição, a prostituta ainda não é tolerada. A regulamentação, portanto, deixa-as mais vulneráveis ao assédio tanto dos clientes quanto da polícia, e cria uma maior dificuldade para a realização da atividade, apesar de não a impedir. Na Irlanda, 20% das prostitutas já sofreram violência física de clientes, e 11% já foi estuprada²⁶. Esse sistema também força as mulheres a “trabalhar” mais por um preço menor, e em piores condições²⁷. Nas brilhantes e surpreendentemente atuais palavras do mestre Evaristo de Moraes, a atuação da polícia

... exprime [...]sobrevivência de inaceitáveis e absoletos *antagonismos de sexo e de classe*, no ponto de vista social e no ponto de vista economico. Imposto como regimen de excepção, *para gozo e vantagem do homem*, o systema regulamentario-policial attinge sómente a mulher, e, sob esse aspecto, já é sufficientemente odioso.²⁸

Podemos concluir, portanto, que a regulamentação é, em sua maior parte, ineficaz, pois, não conseguindo nem controlar a disseminação da prostituição, nem assegurar os direitos ou a punição de qualquer das partes envolvidas, acaba criando um ambiente fértil para a corrupção e o crime organizado, especialmente o que envolve tráfico de mulheres.

²³ LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: 2007. p. 11.

²⁴ BINDEL; KELLY, op. cit. p. 20. MORAES, op. cit. p. 165.

²⁵ BINDEL; KELLY, op. cit. p. 20.

²⁶ *Ibidem*, p. 21.

²⁷ *Ibidem*, p. 58.

²⁸ MORAES, op. cit. p. 157.

2.2.1. A legalização

A legalização surgiu a partir das reivindicações das prostitutas, na década de 70, e da percepção dos governos que, com o crescimento exponencial da indústria do sexo, e a aparente impossibilidade de seu controle ou extermínio, a melhor atitude seria legalizá-la e trazer seus rendimentos para os cofres públicos.

Além do fator econômico, a legalização invoca a autonomia da vontade na formação do “contrato de serviço sexual”, e, principalmente, a disponibilidade sobre o próprio corpo. A partir dessa observação, dividem-se as prostitutas entre aquelas que optaram, e que devem ter direitos trabalhistas assegurados, pois a prostituição seria um trabalho como qualquer outro²⁹, e as que são exploradas, e que, portanto, devem sua segurança garantida e serem protegidas da prostituição “involuntária”.

Os resultados da legalização jamais se aproximaram daqueles imaginados. Pelo contrário: em todos esses lugares a situação das prostitutas piorou. A legalização estimula o crescimento da indústria do sexo, pois há muita procura para seus serviços e os lucros são estratosféricos, com baixo risco, o que também significa o aumento do número de mulheres em prostituição. No entanto, há muitas dificuldades para fiscalizar esse tipo de atividade, e as autoridades locais não têm recursos para tanto.³⁰

Assim, a dicotomia entre prostituição legal e ilegal, no fundo, mostra-se completamente falsa. Os “empresários do sexo” geralmente estão associados com criminosos, e costumam possuir simultaneamente bordéis legais e ilegais, que são frequentemente meio para lavagem de dinheiro, além de abrigarem a prostituição ilegal, mesmo tendo registro.³¹ As mulheres traficadas em bordéis legalizados são consideradas legítimas trabalhadoras, e a polícia não tem poderes para questionar possíveis vítimas.³² Diante da situação exposta, podemos perceber que a

²⁹ BINDEL; KELLY, op. cit. p.13.

³⁰ Ibidem, p. 14.

³¹ Ibidem, p.14.

³² SULLIVAN, Mary. What happens when prostitution becomes work? An update on legalization or prostitution in Australia. N. Amherst, Massachusetts: Coalition Against Trafficking in Women, 2005., op. cit. p. 14.

legalização não combate o tráfico de pessoas e a exploração sexual de crianças e adolescentes, pelo contrário: estimula-os.

Esse sistema também não reduziu a violência contra as prostitutas, e estima-se que até mesmo aumentou. Também não é capaz de retirar da prostituta o estigma que ela sofre. Na verdade, como as mulheres são obrigadas a assumirem-se como prostitutas para adquirir seus direitos, elas tornam-se mais vulneráveis, porque se expõem à discriminação da sociedade, sem ganhar um verdadeiro reconhecimento e, por isso, a maioria delas prefere continuar na ilegalidade.

Aprofundando a situação dos prometidos direitos trabalhistas das prostitutas, podemos perceber quão falaciosas essas promessas são. Em bordéis legais não há direitos trabalhistas assegurados, porque os proprietários argumentam que as prostitutas são trabalhadoras autônomas, apesar de serem completamente submetidas³³. O argumento que diz que legalizar a indústria do sexo aumenta a contribuição para o governo também se mostra completamente equivocado, já que a maior parte dessa atividade é ilegal, e mesmo no setor legal o mais comum é a sonegação de impostos. A administração também sofre ameaças, pois perde completamente o controle sobre a indústria.³⁴

Diante de todo esse quadro, percebemos que a legalização é falha em sua própria concepção, e é por isso que ela é totalmente inviável. É imprescindível, para compreender a prostituição, que se perceba as relações de gênero, que também são relações de poder, estabelecidas na sociedade.

A prostituição existe porque, enquanto as relações entre homens e mulheres forem assimétricas, estas, diante da situação descrita nos parágrafos acima, poderão escolher, dentre as limitadas opções para suas vidas, ser remunerada para exercer o papel que representa sua máxima opressão: o de objeto sexual.

A partir dessas reflexões, também podemos compreender o que gera as violências inerentes à prostituição. A violência parte da assimetria nas relações

³³ BINDEL; KELLY, op. cit. p. 43. SULLIVAN, op. cit. p. 7.

³⁴ Ibidem, p. 44-45.

entre homens e mulheres: se um indivíduo pode considerar o outro sua propriedade, então poderá dispor deste como bem entender.

Concluindo, a legalização não só piora a situação das prostitutas em todos os aspectos, como cria novos problemas para a sociedade, beneficiando apenas os exploradores dessas mulheres. É preciso que se perceba que os principais lobistas da legalização são aqueles que mais lucram com ela: os Estados, a curto prazo, que se livram da responsabilidade de lidar com um problema tão constrangedor, e, principalmente, os grandes “empresários” da indústria do sexo, que expandem incrivelmente seus lucros sob a proteção desse sistema. Como sustenta a OIT, “a existência da chamada ‘indústria sexual’ é um fato justificado pelo dinheiro que produz”.³⁵ Eis a razão de ser desse sistema: lucro.

2.3. O Abolicionismo

Esse sistema surgiu em meados do século XIX como uma alternativa à regulamentação, e foi o que mais ganhou adesões desde que criado, sendo atualmente o mais adotado no mundo ocidental, inclusive no Brasil. Destaco que, neste momento, trataremos somente do abolicionismo tradicional, chamando-o assim em contraposição ao novo abolicionismo adotado pela Suécia.

O abolicionismo tradicional fundamenta-se na idéia de que é possível acabar com a prostituição, e que esta representa uma exploração sexual das mulheres. Para os abolicionistas, as prostitutas nunca estão na prostituição porque assim o desejam, mas que foram levadas a tal situação pela falta de condições financeiras de sobreviver de outra forma.

Os abolicionistas entendem também não ser possível criminalizar a prostituta pela sua atividade, por que esta deriva do direito de dispor do próprio corpo. Para o abolicionismo, no entanto, o Estado não pode permitir que outras pessoas usem o corpo da mulher para fazer comércio, e, assim são criminalizadas todas as condutas que facilitam, atraem, induzem alguém à prostituição, impedem

³⁵ NUÑEZ, Leonor G. “Salud, trabajo y prostitución”. Foro Internacional de Mulheres Contra a Corrupção. Bs. As. 2002. apud *Prostituição: trabalho ou escravidão sexual?* São Paulo: CLADEM – Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer, 2003.

que alguém a abandone, ou aquelas como manter casa de prostituição, ou tirar proveito da prostituição alheia.³⁶

Esse sistema tem como fim acabar com a prostituição através da supressão das estruturas que a permitem. Ou seja, não se criminaliza a prostituta, mas, criminalizando todas as condutas que permitem e viabilizam a prostituição, essa mulher seria desestimulada a tentar a atividade. Os abolicionistas tradicionais esperam que a falta de recursos para o exercício da prostituição acabe com ela, e somente nesta medida confiam todo o sistema.

Esse é o principal problema do abolicionismo tradicional. Regular uma atividade tão vasta quanto a prostituição exige que se coordene uma legislação com políticas voltadas para aplicá-la na prática. No entanto, os abolicionistas limitam-se, em geral, a uma só medida: criminalizar o lenocínio, deixando as prostitutas à própria sorte. O esperado resultado, de minar a prostituição pela falta de estruturas para realizá-la, certamente não ocorre. Na verdade, mais uma vez, a relação entre o Estado e as prostitutas e proxenetas se dá da mesma forma que em todos os outros sistemas: através da polícia, o que significa que essa relação também é violenta.

Na teoria, os Estados adotam o abolicionismo porque não podem, diante de seus princípios, legitimar a prostituição. Por outro lado, na prática, eles reconhecem que perderam o controle sobre a atividade, e não fazem questão de retomá-lo, já que ela é cada vez mais socialmente aceita, inclusive através de novos tipos de estabelecimentos que a disfarçam. Dessa forma, o abolicionismo transformou-se numa hipocrisia institucionalizada, pois a polícia reprime a prostituição nas ruas, em prol da ordem, mas o Estado não toma qualquer outra medida para acabar com o problema. Mais uma vez, quem fica na linha de frente, e são, portanto, as mais prejudicadas, são as prostitutas.

A situação brasileira não é única dentre os países que adotam o abolicionismo, pelo contrário. A prostituição, na prática, não é verdadeiramente combatida em qualquer destes lugares, e as poucas medidas para tanto são

³⁶ BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 31 dez. 1940. arts. 228 a 230.

isoladas, violentas, ou ineficazes. Porém, sendo este o único sistema que preserva os direitos das prostitutas, ao menos na teoria, podemos perceber que seu problema encontra-se muito mais nas práticas adotadas que na sua concepção, devendo esta, portanto, ser preservada em seus principais pontos.

2.3.1. O Novo Abolicionismo Sueco

A prostituição na Suécia já foi regulada através da regulamentação, e, na década de 70, foi legalizada em certos aspectos da atividade. Neste período, tanto a prostituição quanto o tráfico de drogas aumentou. O sistema atual foi fruto de intensas pesquisas, investigadas por três comissões parlamentares, e um lobby de feministas que durou mais de vinte anos, culminando com a aprovação da lei em 1999.³⁷

De acordo com o novo abolicionismo, “a prostituição é um aspecto da violência do homem contra mulheres e crianças”³⁸, danosa não somente ao indivíduo, mas à sociedade como um todo. Nesse país, os crimes relacionados à prostituição são cometidos pelo proxeneta e pelo cliente. A prostituta, pela primeira vez na história, é a vítima, e a demanda, criminalizada. A lógica é simples, e já foi sugerida, inclusive por Evaristo de Moraes, há mais de oitenta anos: “nesse assumpto, como em se tratando de qualquer commercio, o offerecimento corresponde á procura”³⁹. Dessa forma, o objetivo é acabar com a prostituição atacando a demanda, e não a oferta. Se homens não comprarem mulheres em prostituição, estas procurarão alternativas para sua sobrevivência, com o apoio institucional do governo.

O novo abolicionismo tem uma abordagem global do problema, não só criminalizando a demanda e o proxenetismo, mas também criando programas para permitir a saída da prostituição, a reintegração das prostitutas na sociedade, o treinamento especializado dos agentes público (polícia, promotores e juízes) para lidar com mulheres nessa situação, entre outros. Assim, a implementação do

³⁷ BINDEL; KELLY, op. cit. p. 72-73.

³⁸ MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO EMPREGO E DAS COMUNICAÇÕES DA SUÉCIA. Prostituição e tráfico de mulheres. Estocolmo, 2004. 4 p. p. 1.

³⁹ MORAES, Evaristo de. op. cit. p. 282.

sistema é tão importante quanto a legislação em si, e, diante de sua abrangência, exige muito comprometimento do Estado. Além das medidas já citadas, empregaram-se muitas outras, com investimentos na saúde, na assistência social, nos programas que facilitam a saída de mulheres da atividade, e na prevenção, principalmente em campanhas de reeducação. Podemos perceber que toda a política é voltada para a erradicação dessa atividade e de todos os seus mitos.

A repressão surtiu efeitos porque o sistema ataca a prostituição de uma forma global: ao mesmo tempo em que homens estão sendo processados pelos crimes, o enfoque maior é prevenir, conscientizar e educar a população para perceber a violência que esse tipo de atividade representa.

Essa mudança de paradigma foi um baque para os exploradores da prostituição: houve uma redução considerável dessa atividade nas ruas em todo o país, assim como o número de clientes e de novas mulheres nessa situação. Outro resultado bastante positivo foi a redução das ligações entre prostituição, crime organizado e tráfico de pessoas. Os grandes traficantes internacionais têm cada vez menos condições de “investir” na Suécia, porque seu “mercado” está diminuindo, o que faz com que eles prefiram outros lugares menos arriscados e mais rentáveis.⁴⁰

Quanto ao impacto na vida das prostitutas, tem sido muito positivo, com programas de auxílio para deixar a prostituição incluem reabilitação de dependentes químicas e reintegração na sociedade em longo prazo. Acima de tudo, o estigma que sofrem diminuiu⁴¹, e com os recursos oferecidos pelo governo sueco, as prostitutas estão mais bem protegidas que em qualquer outro sistema.

Como podemos perceber, o abolicionismo sueco tem tido resultados extremamente positivos, e um sinal disso é que, ao contrário dos outros sistemas implementados em outros países, não só ajustes na legislação ou na política não foram necessários, como a Suécia está a cada dia mais comprometida com a campanha de divulgar no mundo essa conquista. Sua abordagem é muito coerente porque é gradativa e global, atacando o problema em suas raízes. De

⁴⁰ BINDEL; KELLY, op. cit. p. 77.

⁴¹ Ibidem, p. 78.

fato, é o mais custoso, financeiramente, dos sistemas analisados, mas, certamente, é o único que traz benefícios concretos e comprovados.

3. Regular a prostituição no país do sexo

Após a análise dos sistemas político-jurídicos para regular a prostituição no mundo ocidental, proponho, a partir de agora, uma reflexão sobre as possibilidades de mudar o sistema brasileiro. É inconteste que precisamos de largas modificações não somente na nossa legislação quanto nas nossas políticas (se é que as temos) para regular essa atividade.

Diante do sistema jurídico brasileiro, o proibicionismo e a regulamentação não encontram suporte. O primeiro, fere a dignidade e os direitos fundamentais das mulheres, ao proibir que elas disponham do próprio corpo, e ao criminalizá-las, como se fossem ameaças, e não vítimas da sociedade. O segundo invade a intimidade das mulheres e viola todos os seus direitos, impondo-lhes restrições para dispor do próprio corpo, mas legitimando a exploração que sofrem. Ambos resultam na sua completa exclusão social, cria uma segunda categoria de mulheres e as expõem ainda mais à exploração por proxenetas e clientes. Assim, não se pode defender que esses sistemas sejam aqui aplicados.

A legalização também confronta-se diretamente com nosso ordenamento jurídico em vários pontos. Já pude trazer alguns questionamentos quanto uma possível consideração de prostitutas como trabalhadoras, mas não somente no Direito do Trabalho encontramos enfrentamentos. A legalização fere o direito das prostitutas, pois sua liberdade e seu direito ao corpo são ofendidos tanto pelos seus exploradores, que mitigam sua autonomia sexual, quanto pelos clientes, que dispõem livremente do seu corpo, quanto pelo Estado, que favorece uma situação social de exploração e violação à dignidade da pessoa humana.

A meu ver, a legalização também vai de encontro à Carta Magna e aos princípios do nosso ordenamento. A exacerbação do abuso de mulheres e crianças é incompatível com os fundamentos do nosso Estado, entre os quais a

dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, e suas garantias fundamentais, sobremaneira a igualdade entre homens e mulheres.⁴²

O novo abolicionismo oferece respostas a praticamente todos os problemas encontrados em outros sistemas, e entendo que esse é o sistema mais adequado para o Brasil. Essa proposta é baseada tão-somente nas conclusões que tirei com essa pesquisa. Não tive oportunidade de fazer um profundo estudo na área, mesmo porque imagino que este seja um trabalho para uma equipe não só interdisciplinar, mas interestadual, para que se tenha um sistema de normas e políticas compatíveis com nossa realidade.

Diante das peculiaridades do nosso país, imagino que um sistema eficaz no combate da prostituição precise ser dividido em fases, para que a transformação seja gradativa. A primeira delas consistiria da implementação de uma série de políticas voltadas para a inserção das prostitutas na sociedade, que contariam com uma extensa campanha sobre os malefícios da prostituição, colocando-a como uma forma de exploração e violência. Esta primeira fase exigiria, ainda, mudanças estruturais na educação do país, inserindo-se nos currículos de todas as séries estudos de gênero, adequados à realidade local e de cada faixa etária. Essa primeira fase não incluiria qualquer tipo de repressão violenta, pois o objetivo é conquistar a compreensão e o apoio da sociedade antes de afetar negativamente a esfera de liberdade dos indivíduos, o que só aconteceria na segunda fase. Nesta, seria iniciada a punição de clientes, através de intensas operações. Nesse ponto, já cônica de que a prostituição é inaceitável, a sociedade melhor aceitaria a criminalização de clientes, e, espera-se, faria contribuições fundamentais para tanto. A terceira fase seria a partir do final da segunda e teria como foco a investigação mais profunda e o desbaratamento da prostituição remanescente, invisível dentro de espaços privados.

Mesmo que considerados objetivos inatingíveis, acredito que, se o país comprometer-se com o fim da desigualdade entre homens e mulheres, a longo prazo será possível alcançá-los. Enquanto nos conformamos com a situação de

⁴² BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

nossas mulheres e crianças, nossa geração reproduz a discriminação que a passada nos ensinou, e nossos filhos aprendem a viver num mundo onde é normal mulheres e crianças serem abusadas sexualmente em troca de dinheiro.

4. Conclusões

A prostituição é pouco estudada pelos juristas brasileiros, e carece de atenção porque representa um grave problema social. As prostitutas estão à margem da lei e da sociedade, e demandam uma atenção especial dos Estados, como cidadãos.

De todos os sistemas criados para regular a prostituição, percebe-se que o único que respeita inteiramente a dignidade da prostituta é o abolicionismo sueco. Todos os outros, de formas variadas, violentam essas mulheres, tornando-se o Estado o maior estimulador da exploração sexual de mulheres e crianças, através de sua ação ou omissão.

No Brasil, que adota o abolicionismo, a situação das prostitutas é bastante precária, e a prostituição tem ganhado cada vez mais legitimidade, o que é preocupante, já que não temos um sistema que efetivamente dê respostas ao problema. A partir dessa percepção, sugiro uma mudança em direção ao abolicionismo sueco, com todas as adaptações necessárias para a realidade brasileira. Essas mudanças seriam implementadas de forma gradual, e com forte intervenção na educação.

De início, mudanças que visam abolir a prostituição podem ser desacreditadas, mas um Estado que considere seriamente acabar com a desigualdade entre gêneros não pode permitir que essa atividade persista. As pesquisas são fundamentais para compreender as origens da prostituição e o que a faz perpetuar-se, além de conhecer a realidade de cada país para adequar localmente as intervenções necessárias. É fundamental também, além de educar crianças e jovens para uma sociedade que respeita na mesma proporção homens e mulheres, que as gerações anteriores sejam reeducadas, e desejem essa mudança. Não imagino que serão passos fáceis, mas vislumbro como um dos

poucos meios sérios e coerentes para alcançar a igualdade que já nos é garantida no papel.

Referências

CLADEM – Comitê de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer. Prostitución: trabajo o esclavitud sexual? Lima, Peru: CLADEM, 2003.

SCAMBLER, Annette; SCAMBLER (Orgs.), Graham. Rethinking Prostitution: purchasing sex in the 1990s. Londres, Inglaterra: Routledge, 1997.

MORAES, Evaristo de. Ensaios de Pathologia Social – Vagabundagem, Alcoolismo, Prostituição e Lenocínio. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921

KAVEMANN, Barbara. The Act Regulating the Legal Situation of Prostitutes – implementation, impact, current developments. Berlim: SoFFI K, 2007.

BINDEL, Julie; KELLY, Lis. A Critical Examination of Responses to Prostitution in Four Countries: Victoria, Australia; Ireland; the Netherlands; and Sweden. London: London Metropolitan University, 2003.

O'NEILL, Maggie; SCOULAR, Jane. Regulating Prostitution: social inclusion, responsabilization and the politics of prostitution reform. British Journal of Criminology, London, set. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: 2007.

TAVARES, Manuela. Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/grupostrabalho/debates.html>>. Acesso em: 29 Jan 2008.

SULLIVAN, Mary. What happens when prostitution becomes work? An update on legalization or prostitution in Australia. N. Amherst, Massachusetts: Coalition Against Trafficking in Women, 2005.

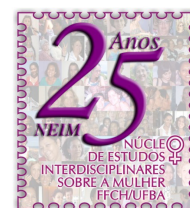
BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 31 dez. 1940.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO EMPREGO E DAS COMUNICAÇÕES DA SUÉCIA. Prostituição e tráfico de mulheres. Estocolmo, 2004.

GT – Iniciação Científica
Tatiane oliveira Souza
Enilda Rosendo Nascimento
Carla Cristina Carmo Santos
GEM

Palavras-chave: saúde da mulher; perfil sócio-demográfico;
equidade



Características sócio-demográficas de puérperas usuárias de uma maternidade pública de Salvador-Bahia

INTRODUÇÃO

A região das Américas é, entre todas no mundo, a que apresenta maiores desigualdades internas do ponto de vista de situação socioeconômica de seus grupos populacionais. Isso se reflete em grandes desigualdades em saúde, tanto no estado de saúde de grupos populacionais, como no acesso e utilização de serviços de atenção à Saúde (DACHS, 2002).

O padrão de utilização de serviços de saúde de um determinado grupo populacional é predominantemente explicado por seu perfil de necessidades em saúde. Dentre outros, estudos sobre diferenças de gênero na saúde em sociedades industrializadas apontam que as mulheres relatam mais morbidade e de um modo geral, utilizam mais os serviços de saúde do que os homens. Este diferencial explica-se em parte pelas variações no perfil de necessidades de saúde entre os gêneros, incluindo-se as demandas associadas à gravidez e ao parto. O padrão de necessidades é mais elevado para as mulheres em idade reprodutiva (PINHEIRO, 2002).

Os maiores índices de gestação na adolescência recaíam preferencialmente sobre a parcela negra da população (duas a três vezes maiores do que entre as brancas), na qual predomina o nível sócio-econômico baixo. Níveis educacionais mais altos estão associados a menores índices de gestação na adolescência. Gravidez na adolescência parece estar associada também com o aumento na taxa de evasão escolar e isso aumenta a probabilidade de persistirem as diferenças econômicas e sociais (CHALEM, 2007).

Muitas mulheres jovens morrem por complicações na gestação, parto ou

puerpério. Na sua maioria, elas pertencem à classe social mais desfavorecida, em termos de renda, escolaridade e acesso a serviços de saúde de qualidade. A assistência sem qualidade a essas jovens mulheres transforma um fenômeno natural em sofrimento, para elas próprias e suas famílias (RIQUINHO; CORREIA, 2006).

O critério estritamente etário, presente na definição de adolescência proposta pela OMS define a gravidez na adolescência a ocorrida entre os 10 e os 19 anos. Porém a idade não é uma dimensão meramente natural e tampouco universal. Ser um ou uma adolescente, pertencer às classes sociais privilegiadas ou às mais desfavorecidas, são formas de pertencimento que introduzem especificidades fundamentais no modo como sujeitos de 10 a 19 anos organizam seus projetos de vida, ensaiam a sexualidade e experimentam a própria adolescência (HEILBORN, 2002).

Segundo dados do Ministério da Saúde (2004), cerca de 70% das mulheres são usuárias do SUS e aproximadamente 65% dos óbitos maternos ocorrem no momento do parto. Suas causas podem ser reduzidas em mais de 90% dos casos, através do acesso a serviços assistenciais de saúde (BRASIL, 2004; TANAKA, 1998).

A procura por serviços de saúde e sua utilização dependem de uma série de fatores entre eles os predisponentes.

Os fatores de predisposição são aqueles relativos às características individuais que podem aumentar ou diminuir a chance de uso de serviços de saúde. Elas se referem às características sócio-demográficas como idade, gênero, nível de escolaridade, raça, hábitos, etc. (CASTRO; TRAVASSOS; CARVALHO, 2002).

Em relação aos fatores predisponentes, considera-se que a maioria dos grupos sócios e economicamente destituídos encontra-se vulnerável a uma série de agravos à saúde, bem como maior restrição ao acesso a serviços de saúde. Oliveira (2003) refere que cuidar da saúde da população negra equivale a cuidar da saúde da metade da população brasileira.

Além das condições de vida e precário acesso aos serviços de saúde, as mulheres negras possuem predisposição biológica para algumas doenças como hipertensão arterial, diabetes, dentre outras, consideradas de alto risco durante o período gravídico-puerperal.

Alguns estudos como o de Leal, Gama e Cunha (2005) observam que, com relação às desigualdades sócio-demográficas, a mulher negra apresenta situação desfavorável em relação às brancas. Enquanto ao acesso aos serviços de saúde, Perpétuo (2000), aponta que as mulheres negras apresentam menor acesso à assistência obstétrica e o percentual de mulheres negras que não realizaram o pré-natal é maior em comparação com as brancas.

Por fim, os dados de perfil das mulheres brasileiras evidenciaram que existem mulheres brasileiras vivendo em realidades sociais bastante distintas e considera-se que a maioria dos grupos sócio e economicamente destituídos encontra-se vulnerável a uma série de agravos à saúde, bem como maior restrição ao acesso a serviços de saúde.

Desse modo, busca-se com este estudo responder a seguinte questão: quais as características sócio-demográficas de puérperas usuárias de uma maternidade pública de Salvador/Bahia?

Assim, o estudo teve por objetivo determinar as características sócio-demográficas de usuárias de uma maternidade pública de Salvador, Bahia.

A justificativa do estudo dá pela grande desigualdade de características sócio-demográficas da mulher brasileira que reflete em diferentes perfis de necessidades em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa que foi desenvolvido no período de agosto de 2007 a julho de 2008.

A pesquisa quantitativa envolve a coleta sistemática de informação numérica e são utilizados procedimentos estatísticos para a análise das informações.

O campo de estudo foi constituído pela Maternidade Pública Clímério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

A amostra foi composta por 71 mulheres no período puerperal, internadas na organização de saúde citada que estavam em condições de responder às questões do formulário do estudo, após assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido e que estavam dispostas a participar.

O tamanho da amostra foi definido através de consultoria estatística no intuito de obter-se uma amostra estatisticamente significativa, considerando o número de leitos obstétricos das instituições e o número de partos ocorridos em 2006.

Os dados foram obtidos através de entrevista estruturada, com aplicação de um questionário no intuito de obter informações sobre o perfil sócio-demográfico. Foram identificados os seguintes dados sócio-demográficos: idade (agrupadas em faixa etárias dos ≤ 19 anos, 20 a 24, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos, ≥ 35 anos); estado civil (solteira, casada ou em união consensual, separada ou divorciada e viúva); profissão/ ocupação (estudante, dona de casa, vendedora e outras); renda familiar (sem renda, não sabe e total de salários mínimos); grau de instrução (nenhum, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo); número de filhos (1 filho, 2 filhos, 3 filhos, 4 filhos ou mais); raça/cor (preta, parda, branca, amarela e indígena); religião (católica, evangélica, espírita e outras).

Embora a classificação das pessoas por cor esteja sujeita a uma série de controvérsias, essa informação, neste estudo, foi colhida através da autodeclaração e categorizada tomando como referência as categorias utilizadas pelo IBGE: preta, parda, branca, amarela e indígena.

Os dados receberam tratamento estatístico e foram processados através do Excel. Os resultados estão apresentados em gráficos de acordo com as variáveis e as categorias pesquisadas. Posteriormente foi realizada a discussão dos fenômenos relevantes identificados, visando responder ao objetivo.

Foram observados os aspectos éticos e legais do estudo e por se tratar de uma pesquisa científica envolvendo seres humanos, foram obedecidos os trâmites

exigidos pela resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, referente ao Consentimento Livre e Esclarecido. Este projeto teve a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa – SESAB, através do parecer nº. 33/2006.

RESULTADOS

- **Faixa etária**

A faixa etária das 71 mulheres participantes do estudo variou de 14 a 39 anos. A maioria estava na faixa etária de 20 a 29 anos (56%), seguida pelas adolescentes (24,4%). O percentual de mulheres que tinham 30 a 34 anos foi (13%) e 35 ou mais (19,6%).

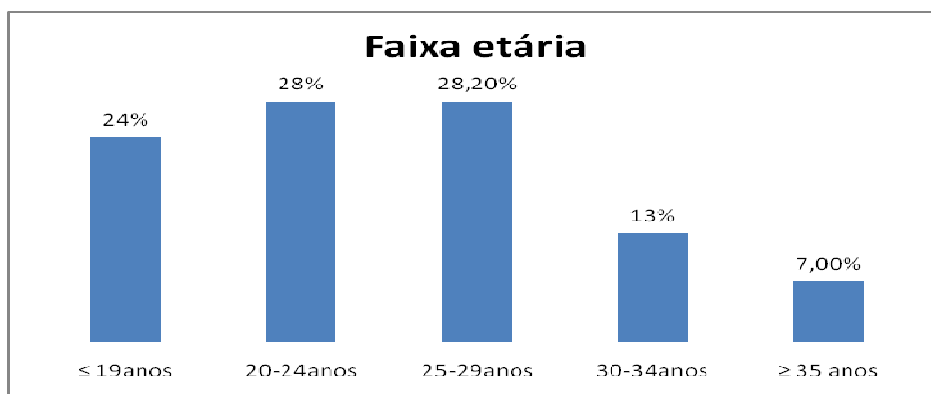


Gráfico1: Percentual de cada faixa etária. Maternidade Pública Climério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

- **Estado Civil**

Os resultados apresentados em relação ao estado civil das mulheres do estudo foi que a grande maioria (75,6%) encontram-se casadas ou em união consensual, seguidas pelas solteiras (24,4%). Não apareceu no estudo nenhuma viúva, separada ou divorciada.

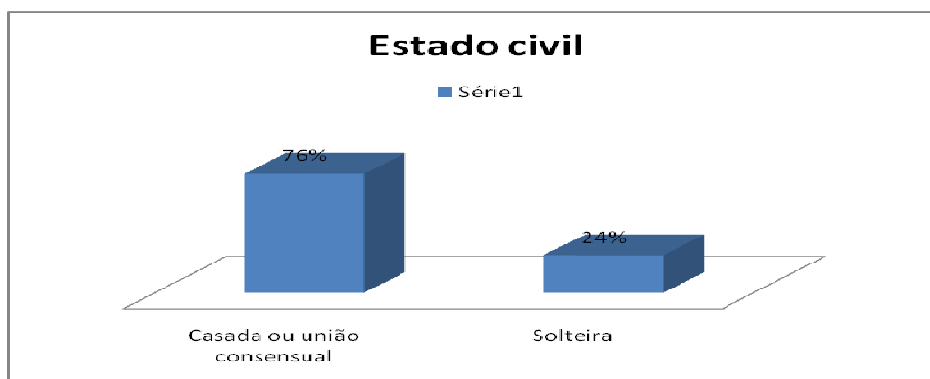


Gráfico2: Percentual de cada estado civil. Maternidade Pública Climério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

- **Número de filhos**

Em relação ao número de filhos a maioria das mulheres (54,6%) referiram ter parido um filho até a data da entrevista, 39,2% referiram 2 ou 3 filhos, 5,6% referiram 4 filhos ou mais.

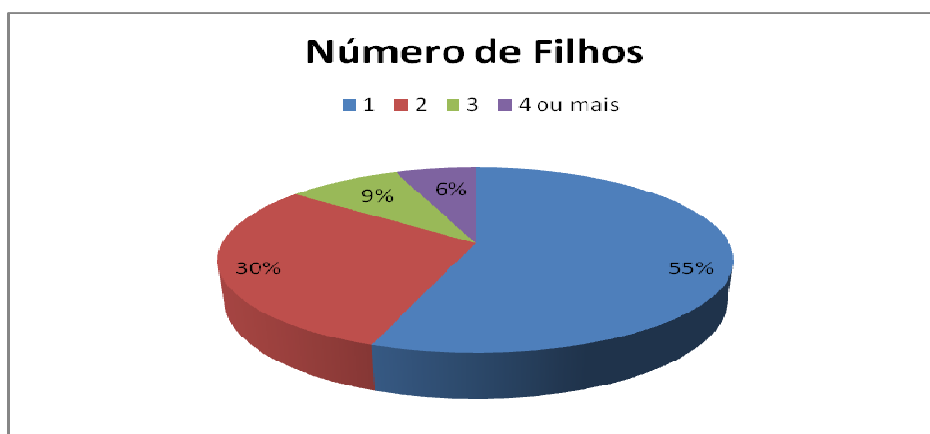


Gráfico 3: Percentual do número de filho. Maternidade Pública Climério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

- **Grau de instrução**

Quanto ao grau de instrução 38% das entrevistadas informaram ter ensino médio completo; 32,5% informaram ensino fundamental completo, 26,7% ensino fundamental incompleto e somente 2,8% informaram ensino superior completo.

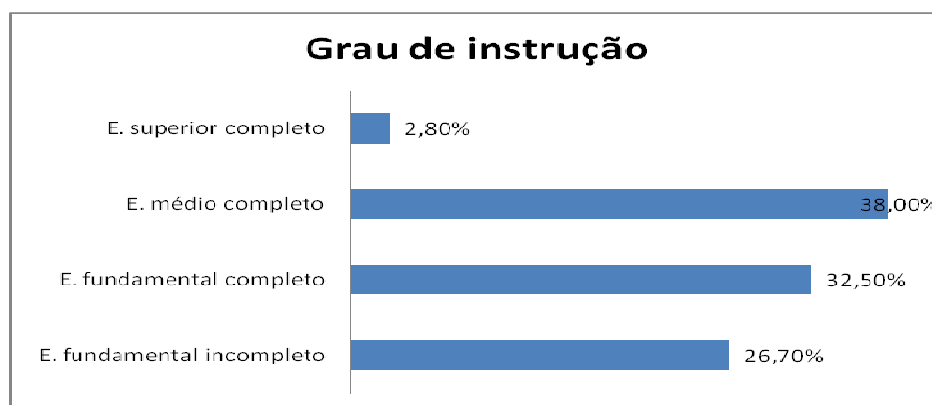


Gráfico 4: Percentual do grau de instrução. Maternidade Pública Climério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

- **Profissão/ocupação**

Entre as entrevistadas a profissão/ocupação que apresentou maior proporção foi dona de casa (35,2%) em seguida foi de estudante com (25,3%). Vendedora ou comerciante também apresentou um número expressivo (8,4%). Outras profissões/ocupações (receptionista, auxiliar administrativa, técnica de enfermagem, autônoma, atendente, cozinheira, contadora, professora, agente comunitária de saúde, costureira, baba, assistente social, garçoneiro, lavradora, baiana de acarajé, agente de limpeza, cuidadora de idosos, técnica de informática, artesã, secretária e camareira) somaram um total de (31,1%).

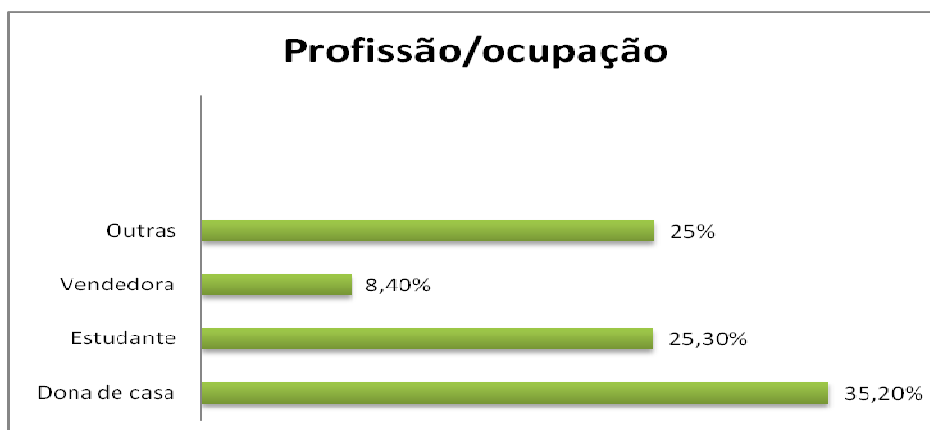


Gráfico 5: Percentual das profissões/ocupações. Maternidade Pública Climério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

- **Renda Familiar**

Na variável renda familiar 47,8% das mulheres do estudo informaram ter renda familiar mensal de até 1 SM(salário mínimo), em seguida encontram-se as que referiram 2 a 3 SM (39,6%) e as que informaram 4 SM ou mais (11,2%). Do total desta população, 1,4% referiram não saber a renda familiar.

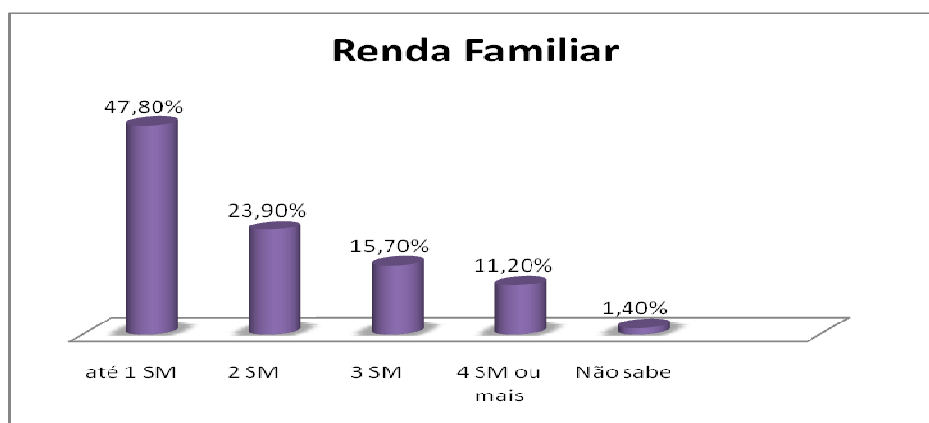


Gráfico 6: Percentual das renda familiar. Maternidade Pública Climério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

- **Religião**

Na variável religião maiores proporções foram observadas em relação a: católicas (42,2%) e evangélicas (26,7%). Somente (1,4%) espíritas e um número expressivo referiram não ter religião (29,7%).

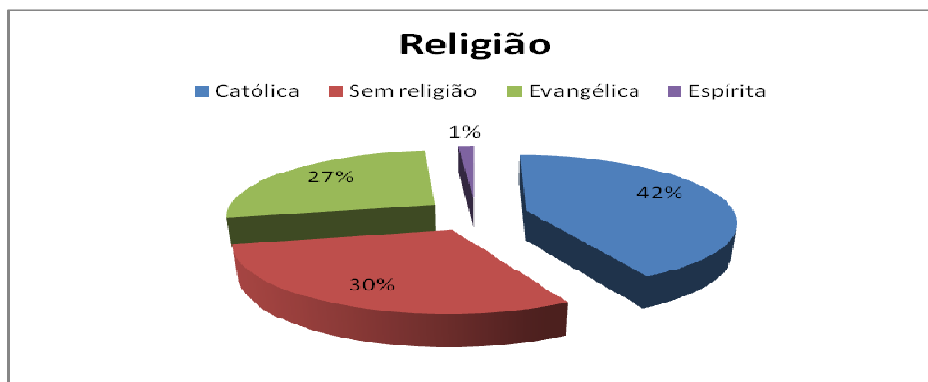


Gráfico 7: Percentual de cada religião. Maternidade Pública Climério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

- **Raça/cor**

Os resultados mostram que a grande maioria das entrevistadas se autodeclararam negras (preta e parda) (93%), seguida pelas brancas (5,6%) e indígenas (1,4%). Não apareceu no estudo amarelas.

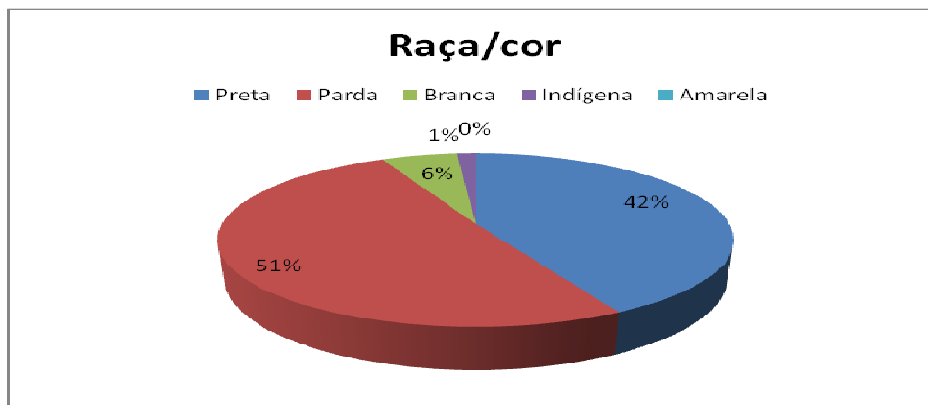


Gráfico 8: Percentual de cada raça/cor. Maternidade Pública Climério de Oliveira do município de Salvador, Bahia.

DISCUSSÃO

De acordo com os resultados encontrados no estudo, houve maior percentual de puérperas com faixa etária entre 20 a 29 anos. Contudo destaca-se um percentual de 24,4% de adolescentes. As mulheres adolescentes grávidas constituem um grupo de risco, estão mais sujeitas as complicações, como: eclâmpsia, anemia, parto prematuro, e a ter recém-nascidos de baixo peso. A gravidez na adolescência pode se constituir em porta de entrada para a pobreza, pois freqüentemente, interrompe a educação escolar da mãe adolescente, reduzindo suas futuras oportunidades no mercado de trabalho. A pouca escolaridade e a dependência prolongada dos pais alimenta o ciclo da pobreza dessas famílias. O risco de engravidar é três vezes maior em adolescentes com o ensino fundamental incompleto, comparada com as que estudaram por oito ou mais anos (XIMENES; MARQUES; ROCHA, 2008).

Com relação ao estado civil a grande maioria (75,6%) das puérperas entrevistadas vive em união estável com seu companheiro. Assim como as puérperas do Rio de Janeiro, apresentando percentual de 86,6% de brancas, 83,1% de pardas e 75,6% de negras vivendo com os pais de seus bebês (LEAL; GAMA; CUNHA, 2005).

Na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS, 2006), o número de filhos por mulheres reduziu nos últimos dez anos: de 2,5 em 1996; para 1,8 filho por mulheres, em 2006. Embora a sociedade brasileira acredite e divulgue que as mulheres tanto de baixa renda como negras tenham maior fertilidade e, conseqüentemente, maior número de filhos, os resultados do estudo contrapõe esta idéia, uma vez que as mulheres do estudo são predominantemente negras e de baixa renda e possuem em sua maioria apenas um filho.

Grande parte das mulheres do estudo possui baixa escolaridade, sendo que 69,2% não passaram do ensino fundamental. Esta condição repercute nas profissões/ocupações encontradas, tendo em vista um grande índice de donas de casa e estudantes. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde Salvador as pessoas negras com baixa escolaridade tem dificuldade de uma ascensão social devido aos seus subempregos pela falta de qualificação (SALVADOR, 2006).

Ribeiro et al (2006), ao analisar a utilização dos serviços de saúde pelos brasileiros constatou que há um predomínio de mulheres de baixa renda sendo atendidas pelo SUS, enquanto a maioria das mulheres com renda familiar acima de 2 salários mínimos são atendidas no sistema de saúde privado. Esta também é uma realidade do município de Salvador, pois o estudo identificou quase a metade das usuárias do SUS recebendo até um salário mínimo.

A maioria das mulheres deste estudo (68,9%) pertence à religião cristã, sendo que há uma maior proporção de católicas. Este fato está de acordo com os dados do IBGE, pois em 2003 eram 73,79% os católicos da população Brasileira (IBGE, 2003).

De acordo com dados da Federação Nacional do Culto afro-brasileiro, na Bahia funcionam 5.900 Terreiros de Candomblé, Casas de Umbanda e Centros de Caboclos, destes aproximadamente 3.000 encontra-se em Salvador e Região Metropolitana (SALVADOR, 2006). Embora o município de Salvador se destaque pelo grande número de religiões da Matriz Africana percebe-se uma não identificação da amostra com as referidas religiões. Sabe-se que a cultura negra é carregada de estereótipos que geram desvalorizações e exclusões, desta forma acredita-se que este é um dos fatores que gerou a omissão desta informação.

Entre as usuárias do SUS de Salvador houve uma maior proporção de negras, o que corrobora com o estudo realizado no Rio de Janeiro, por Leal, Gama e Cunha (2005), em que as mulheres de cor preta e parda foram majoritariamente atendidas na rede SUS, enquanto quase a metade das brancas teve seus partos realizados em maternidades privadas.

Vale ressaltar que as mulheres negras possuem predisposição biológica para algumas doenças como hipertensão arterial, diabetes, dentre outras, consideradas de alto risco durante o período gravídico puerperal. Além disso, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, a razão de mortalidade materna nos anos de 2000 a 2002, foi significativamente maior para as negras em comparação para as não negras (SALVADOR, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As puérperas usuárias desta maternidade caracterizam-se por serem majoritariamente negras, de baixa renda, de baixa escolaridade, baixo grau de instrução, pertencendo a um grupo sócio e economicamente destituído, estando mais vulneráveis a morbidade e mortalidade materna, bem como maior restrição ao acesso a serviços de saúde.

Dessa forma, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas para atender as especificidades deste grupo, promovendo assim equidade em saúde.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília, DF, 2004. 82p.

CASTRO, M. S. M.; TRAVASSOS, C.; CARVALHO, M. S. Fatores associados às internações hospitalares no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 795-811, 2002.

CHALEM, E. et al. Gravidez na adolescência: perfil sócio-demográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(1):177-186, jan, 2007.

DACHS, J. N. W. Determinantes das desigualdades na auto-avaliação do estado de saúde no Brasil: análise dos dados da PNAD/1998. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p. 641-658, 2002.

HEILBORN, M. L. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol.8 no.17 Junho 2002

LEAL, M. C.; GAMA, S. G. N.; CUNHA, C. B. Desigualdades raciais, sócio-demográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 100-107, 2005.

OLIVEIRA, F. Visão panorâmica sobre saúde da mulher negra. In: Rede Feminista de Saúde. **A presença da mulher no controle social das políticas de saúde**: anais da capacitação de multiplicadoras em controle social das políticas de saúde. Belo Horizonte: Mazza, 2003. p.123-132.

PERPÉTUO, I.H. O. Raça e acesso às ações prioritárias na agenda de saúde reprodutiva. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**, São Paulo, nº 2, 2000. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/jornal/html>>. Acesso em: 15 set. 2003.

PINHEIRO, R. S. Gênero, morbidade, acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p. 687-708, 2002.

RIQUINHO, D. L.; CORREIA, S. G. Mortalidade materna: perfil sócio-demográfico e causal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n.3, p. 303-307, 2006.

TANAKA, A. C. A. **Maternidade**: dilema entre nascimento e morte. São Paulo, Hucitec, 1998.

GT – Iniciação Científica

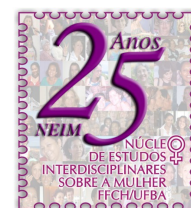
Tiala Cristine de Albuquerque de Moraes

Aline Maria de Castro Almeida

Cátia Regina Muniz

UFC

Palavras-chaves: Mulher, Divisão Sexual do Trabalho e Economia Solidária



A relevância do Projeto Fomento ao Consumo Sustentável para um grupo de mulheres da Comunidade Parque Santana (Fortaleza-Ce): um olhar sobre suas percepções

Introdução

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE através da Célula de Economia Solidária, em parceria com o Instituto Banco Palmas, Cáritas Brasileira Regional Ceará e Associação Civil Alternativa Terrazul, estão desenvolvendo o Programa Trabalho Comunitário Solidário como uma estratégia de desenvolvimento de políticas públicas de geração de trabalho e renda, tendo como principal objetivo apoiar as práticas de economia solidária, bem como sensibilizar grupos de consumidores buscando fomentar o consumo consciente no município de Fortaleza.

A Associação Civil Alternativa Terrazul, por sua vez, com o intuito de definir diretrizes e implantar ações que favoreçam a construção de pilares para uma prática de consumo consciente e para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos, executa o projeto Fomento ao Consumo Sustentável, sendo este, parte do Programa citado.

O Projeto visa desenvolver ações com quatorze comunidades de Fortaleza, dentre essas encontra-se o Parque Santana, Localizado no Mondubim, bairro considerado periférico. Essa comunidade foi escolhida como objeto de estudo desse artigo, porque o público atingido é constituído exclusivamente por mulheres e porque percebeu-se a, partir de suas falas, que o projeto estava contribuindo de forma positiva para suas vidas.

O grupo é composto por mulheres que estão discutindo a formação da cooperativa e membros da Associação de Moradores do Parque Santana - AMPS. Participaram das oficinas uma média de 18 mulheres, com o ensino fundamental

completo e faixa etária entre 24 e 64 anos de idade. Com exceção de duas mulheres, todas as outras tinham de um a cinco filhos. Quanto as suas respectivas ocupações, as atividades por elas exercidas perpassam entre a costura, artesanato e serviços prestados (diarista), porém grande parte dedica-se ao lar. Destaca-se que a renda familiar gira em torno de seus companheiros ou de membros da família.

Sendo assim, considerou-se importante para esse artigo discutir os conceitos de gênero e economia solidária, fazendo relação com a divisão sexual do trabalho. Utilizaram-se essas categorias teóricas porque elas são de fundamental importância para se estabelecer um diálogo entre as falas das mulheres do Parque Santana e suas percepções sobre a importância da participação no projeto. Busca-se também, perceber se a inserção em um espaço de discussão abre caminhos para articulação entre o espaço doméstico e o espaço público.

Gênero como possibilidade de análise da divisão sexual do trabalho

O surgimento do conceito de gênero foi de grande importância para a recusa do essencialismo biológico⁴³, este foi sistematizado pela primeira vez por Robert Stoller⁴⁴, em 1968, sendo mais usado pelas estudiosas feministas a partir de 1975 com a publicação do artigo de Gayle Rubin (SAFFIOTI, 2004).

O sistema sexo/gênero consiste em uma gramática, pela a qual a sexualidade biológica é transformada através da ação humana, está gramática torna disponíveis os mecanismos de satisfação das necessidades sexuais (SAFFIOTI, 2004 Apud RUBIN, 1975). Sendo assim, entende-se que existe uma gramática que dita a forma com que mulheres e homens devem agir nos diversos espaços, bem como, quais os espaços que devem ser ocupados pela figura feminina e masculina. Gênero trata-se, então, das representações sociais de mulheres e homens, como também de seus papéis sociais.

⁴³ Segundo Madureira (2004), o essencialismo biológico caracteriza-se pelo biológico determinando o social.

⁴⁴ Segundo Saffioti (2004), Simone de Beauvoir, apresentou os fundamentos do conceito de gênero em sua frase - "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher" – mesmo antes da conceituação do termo gênero.

Gênero tem um caráter relacional, corresponde a um elemento constitutivo das relações sociais que está baseado nas diferenças entre os sexos. Gênero envolve quatro elementos, organizações sociais e a identidade subjetiva, símbolos culturais, normas e noção política presente nas instituições. Afirma ainda, que gênero é uma maneira de significar relações de poder (SAFFIOTI, 2004 Apud SCOTT, 1988).

Estabelecendo um diálogo entre Rubin e Scott, percebe-se que em ambos os conceitos gênero trata-se de uma construção social, tornando-se extremamente útil para a análise das desigualdades sociais entre mulheres e homens, pois o que foi construído pode ser desconstruído. E partindo dessa possibilidade Saffioti (Ibid), apesar das críticas que faz ao conceito, reconhece o mesmo como importante na perspectiva de construção social e do poder como centro da organização social de gênero.

Se as mulheres foram aprisionadas no espaço doméstico com a justificativa da questão biológica, o conceito de gênero nos permite desconstruir, mesmo que teoricamente, a divisão sexual do trabalho e a hierarquia imposta na mesma, já que não se trata apenas de destinar papéis a mulheres e homens, existe uma hierarquização das atividades, o que torna o trabalho feminino socialmente desvalorizado.

Bruschini (1990) discute muito bem essa questão, para a autora a desvalorização do trabalho doméstico, realizado quase que exclusivamente por mulheres, nem sempre ocorreu. Historicamente, as atividades domésticas são executadas na unidade familiar, porém antes da industrialização as atividades relacionadas à produção eram executadas ao lado do trabalho doméstico dentro do espaço domiciliar. Com o advento da industrialização e a consolidação do sistema capitalista, houve uma ruptura, que causou uma forte distinção dos espaços, surgiram duas esferas distintas, unidade doméstica e unidade de produção. Essa fragmentação fortaleceu a divisão sexual do trabalho já existente.

À mulher foram destinadas as atividades relativas à reprodução da força de trabalho na esfera privada, sem remuneração, aos homens coube o trabalho produtivo no espaço público, pelo qual se recebe remuneração. A ideologia se

encarregou de tornar essa divisão sexual como uma divisão natural, baseada nas diferenças sexuais. Segundo Bruschini (Ibid), a maternidade está diretamente ligada com a escolha das mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico, porém a autora argumenta que as atividades destinadas às mulheres vão muito além das atividades relacionadas ao parto.

Afinal, por que as mulheres? Que a maternidade enquanto fato biológico cria vínculos imediatos e diretos da mulher com as atividades reprodutivas parece claro. Mas que tais atividades ultrapassam em muito as funções diretamente ligadas ao parto, aleitamento e primeiros cuidados com os nascidos, passando a englobar todo o trabalho doméstico, isto não foi explicado [...] (BRUSCHINI, 1990, p.49).

Para Gouveia (1999), a divisão sexual do trabalho gera desigualdade não só no espaço privado, como também, na esfera pública, já que o mercado de trabalho está organizado por sexo. Segundo a autora as mulheres recebem os menores salários e seu trabalho é menos valorizado do que o trabalho masculino. A idéia de que o trabalho remunerado exercido pelas mulheres é uma “ajuda” que se dá ao orçamento familiar serve como justificativa para as diferenças salariais entre homens e mulheres.

Articulando as idéias de Bruschini (1990), Gouveia (1999) e Antunes (1995), percebe-se diversas aproximações, pois Bruschini afirma que o capitalismo reforça a divisão sexual do trabalho aumentando as desigualdades entre mulheres e homens; Gouveia discute essas desigualdades no trabalho reprodutivo e no trabalho produtivo, enquanto Antunes traz a discussão do sistema capitalista como um elemento de exploração “feroz” do trabalho feminino, estabelecendo uma “ponte” entre o capitalismo e as desigualdades de gênero vivenciadas no mundo do trabalho.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (ANTUNES, 1995, p.108).

Antunes (Ibid) afirma que as mulheres são escolhidas, na maioria das vezes, para realizar trabalhos que exigem atividade intensiva freqüentemente restritos as áreas rotinizadas, enquanto os homens trabalham na presença de capital intensivo (com máquinas mais avançadas). Segundo o autor, o sistema capitalista sabe apropriar-se muito bem da polivalência feminina e da experiência que as mulheres trazem do trabalho doméstico, já que essas características não estão presentes nos homens devido à construção social sexuada.

De acordo com Segnini (1998 apud Muniz, 2001), em meados dos anos 70, momento de reestruturação produtiva em empresas capitalistas, as tarefas executadas pelas mulheres no espaço privado, ao contrário de ser algo limitador para a mulher, aparece como um elemento qualificador frente à possibilidade de ter adquirido socialmente habilidades requeridas para a realização do trabalho flexível. Em uma época na qual se dava, no mundo do trabalho, uma grande importância a polivalência, esta “habilidade” adquirida pela mulher no âmbito social, passa a ser também “apropriada”, neste caso pelos empresários, na indústria, que passa a explorar mais esta “habilidade” das mulheres.

Desse modo, o trabalho doméstico, para esses empresários, teria dado às mulheres condições para conseguir realizar várias tarefas ao mesmo tempo. Essa “preferência” por trabalhadoras nas fábricas, naquele momento, apenas agravou a carga de trabalho dispensado a elas, pois além do trabalho nas fábricas não deixaram de realizar os serviços domésticos, os quais ocupam muito tempo das mesmas. Na pesquisa⁴⁵ de Neto e Britto (1982) citada por Bruschini (1990), foi observado que o trabalho doméstico perpassa por toda a vida das mulheres, estando presente em todos os espaços temporais, até mesmo no lazer e no descanso.

Diante da realidade das mulheres aqui apresentada, a dupla jornada de trabalho, a exploração sofrida na realização do trabalho remunerado e a desvalorização do trabalho feminino, pode-se pensar nas seguintes reflexões:

⁴⁵ Foi realizada com quatro mulheres entre 30 e 45 anos, pertencentes a uma amostra mais ampla de mulheres de classe baixa de Salvador - BA.

Quais as possibilidades de participação das mulheres nas discussões políticas que ocorrem no espaço público? A desvalorização do trabalho feminino afeta a auto-estima dessas mulheres? Existem possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho sem que haja exploração e discriminação das mesmas? O escopo deste trabalho não comporta responder a essas questões, as quais foram levantadas para estimular futuras discussões e pesquisas.

Economia solidária como uma outra possibilidade de inserção das mulheres no mundo do trabalho

Como destacamos acima a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi, na maioria das vezes, desigual comparado à dos homens, por este motivo, considera-se pertinente destacar outro tipo de inclusão daquelas no mundo do trabalho, a economia solidária.

A economia solidária é o conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo e crédito, baseadas na cooperação, no trabalho coletivo e na autogestão. Tem como objetivo gerar renda, buscando o benefício social e a preservação do meio ambiente (MANETTI et. al, 2008).

Para Singer (2008), a economia solidária é a base para a visão de um socialismo renovado⁴⁶ que está de acordo com as aspirações de mulheres e homens. Segundo ele, deve ser um processo legítimo da sociedade civil organizada, amparada pelo Estado, mas não dependente do mesmo.

A Economia Solidária, como realidade concreta, que os (as) trabalhadores (as) constroem a partir de suas necessidades, experiências e valores, passa a ser a base natural para esta visão de um socialismo renovado, à altura das aspirações das mulheres e homens que construirão a história do século XXI. Mas, ela só estará à altura das exigências deste momento histórico se ela for um produto legítimo das forças organizadas da sociedade civil, amparadas pelo Estado, mas sem depender dele na definição do seu rumo (SINGER, 2008, p.10).

De acordo com Manetti et. al (2008), as práticas da economia solidária buscam a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de

⁴⁶ Singer define o socialismo renovado como uma nova visão do socialismo, a partir da qual a única forma de alcançá-lo é a democrática, com ampla participação popular, com poder de decisão exercido de baixo para cima.

gênero, raça, etnia, o acesso igualitário ao conhecimento, a informação, bem como, a segurança e soberania alimentar. Sendo assim, a economia solidária não tem como fim somente gerar renda, mas utiliza a geração de renda como um meio para a construção de relações sociais solidárias e coletivistas na sociedade.

Lins (2007), afirma que a carta de princípios da economia solidária reconhece a mulher como sujeito fundamental para uma economia fundada na solidariedade. Para a autora esse princípio gera expectativas em relação à autonomia dos sujeitos inseridos nos grupos de produção, formados em sua maioria por mulheres.

A autora citada acima discute em seu artigo, as dificuldades que as mulheres inseridas na economia solidária enfrentam, devido a dupla jornada de trabalho a que estão submetidas. Observando as falas das mulheres contidas em seu trabalho, percebe-se que a inserção das mesmas na economia solidária pode abrir caminhos para que elas participem mais do mundo público, porém torna-se visível a enorme dificuldade que elas têm de sair de casa, pois ao sair do lar precisam ainda realizar todo o trabalho doméstico.

Partindo da discussão dos autores, a economia solidária parece ser uma maneira de inserção das mulheres no mundo do trabalho de forma mais igualitária do que aquela proposta pelo sistema capitalista, o que não significa que essas mulheres não enfrentem preconceitos e dificuldades. A própria proposta da economia solidária traz um modelo de sociedade, que pelo menos teoricamente, não absorve as desigualdades presentes no capitalismo, tanto com relação às desigualdades de gênero quanto as de raça/etnia e de classe social.

Lins (Ibid) quando aponta as dificuldades enfrentadas pelas mulheres produtoras inseridas na economia solidária, afirma que a busca das mulheres por alternativas de inserção no mundo do trabalho é vista como uma atividade complementar às suas obrigações, sacrificando a liberdade e os desejos das mesmas. Lins cita algumas falas⁴⁷ que denotam essa afirmação:

Chego do grupo e ainda vou fazer janta. Essas coisas do dia a dia.

⁴⁷ As falas foram colhidas através da experiência da autora na Incubes- Incubadora de empreendimentos solidários da Universidade Federal da Paraíba.

A gente faz todo esforço para está aqui porque a gente luta nesse grupo em termos de no futuro ter uma fonte de renda.

Eu tenho dois filhos adolescentes, eu tenho que deixar o almoço pronto. Meu marido é aposentado ele fica em casa 24 horas. Ele não proíbe que eu trabalhe, que faça minhas coisas (Lins, 2007, citando a fala das mulheres, p. 2).

A partir da discussão dos autores pode-se dizer que apesar da economia solidária ser uma forma de inclusão que busca a equidade entre os indivíduos, possui diversas limitações, já que as pessoas, embora estejam em grupos de economia solidária, estão imersas no sistema capitalista do qual as contradições fazem parte.

Metodologia

A realização do trabalho se deu através das seguintes etapas: levantamento bibliográfico, leitura da bibliografia selecionada, realização de oficinas na comunidade do Parque Santana em Fortaleza e sistematização dos depoimentos das mulheres que participaram da oficina.

Como foi dito anteriormente, esse artigo é resultado de uma experiência vivenciada durante a execução do projeto Fomento ao Consumo Sustentável. Foram realizadas 3 (três) oficinas na comunidade, dentre essas foram escolhidos os resultados de 2 (duas) para compor esse estudo. A seleção foi feita dessa forma, porque as oficinas de Consumo Consciente e direito do consumidor, possuem em sua metodologia, dinâmicas que apresentam os elementos necessários para o objetivo desse trabalho.

As dinâmicas que nos forneceram os resultados para esse artigo, foram a linha da vida e as dinâmicas de avaliação. A linha da vida busca fazer o resgate de parte da trajetória de cada participante, focando principalmente fatos marcantes que levaram aquela pessoa estar presente naquele momento, desenvolvendo aquela determinada atividade. Busca-se também, saber qual a importância da sua participação na atividade proposta. O tempo previsto para sua realização é 40 minutos. O procedimento adotado é bem simples, são distribuídos papel e lápis para cada participante do grupo, em seguida orienta-se que cada pessoa faça um desenho, escreva ou fale sobre sua vida. Uma vez concluído os cartazes cada integrante mostra e explica ao grupo o que fez em seu papel.

A dinâmica da história de vida foi utilizada para este estudo porque acredita-se que através dela as mulheres podem falar de sua existência, expressando seus sentimentos e desejos, além de relatarem o que as trouxe ao projeto e qual a importância de sua participação no mesmo.

Segundo Queiroz (1988), a história de vida se define como um relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, buscando reconstruir os acontecimentos e transmitir sua experiência.

Nas avaliações foram utilizadas exclamações como: “Que Bom!” e “Que Pena!”, juntamente com a interrogação “Que Tal?” com o intuito de analisar as experiências vivenciadas pelas participantes do referido Projeto. Essa dinâmica pode ser desenvolvida individualmente ou em equipe. O procedimento a ser seguido é de fácil aplicação. Entregam-se três folhas de papel em branco e um lápis, em seguida pede-se que seja escrito na primeira folha os aspectos positivos. Correspondendo assim, a exclamação “Que Bom!”. Na segunda folha pede-se que seja escrito o que foi considerado negativo, relacionando-se a exclamação “Que Pena!”. Na terceira folha as pessoas respondem ao questionamento “Que Tal?”, cuja finalidade é estimulá-las a fazerem sugestões para futuras atividades. A mesma metodologia é aplicada para a dinâmica das Flores! Espinhos! e Sementes?, ocorrendo apenas uma pequena modificação na pergunta que tem correlação com a interrogação “Que Tal?”, pois nesta, as sementes significam o que foi acrescentado ao nível dos seus conhecimentos anteriores.

A metodologia usada nas oficinas é baseada nas idéias de Paulo Freire, procura-se provocar a reflexão nas pessoas, acredita-se que ninguém liberta ninguém e sim que as pessoas se libertam em comunhão. Para Freire (1979), a aprendizagem ocorre através do diálogo, segundo o autor, o monólogo é a negação do homem, o fechamento da consciência. A educação é um processo de libertação que ocorre de forma dialética.

Ao objetivar seu mundo, o alfabetizando nele reencontra-se como os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno “círculo de cultura”. Encontram-se e reencontram-se todos no mesmo mundo comum e, da coincidência das intenções que o objetivam, ex-surge a comunicação, o diálogo [...]. No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”; não há professor, há um coordenador,

que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo (FIORI, 1979, citando FREIRE, 1979, p.6).

Dialogando com Freire (1979) e Boff (1985), percebe-se que o pensamento dos dois autores considera o processo de educação popular como um encontro recíproco de saber entre o educador e o povo, essa duplicidade ocorre através do diálogo e da partilha vital.

As mulheres e suas percepções

Percebeu-se que as mulheres consideram importante a participação no projeto devido à ampliação dos conhecimentos que o mesmo proporciona. Algumas mulheres revelaram que as atividades realizadas durante a execução das oficinas contribuíram para superação de problemas emocionais, para elevação da auto-estima e para maior contato com o mundo público.

A importância do conhecimento adquirido foi citada em todas as dinâmicas de avaliação, essa afirmação pode ser observada nos seguintes depoimentos:

“Tudo foi bom, o que aprendemos entre produtor e consumidor e os nossos direitos e deveres como cidadãos.”

“[...] É tudo que ficou plantado em nosso consciente para que provavelmente possamos colocar em prática.”

“Nós tivemos novos conhecimentos e podemos aprender que consumo têm duas maneiras necessárias e desnecessárias.”

Com relação à superação de problemas emocionais, uma das participantes falou que as oficinas estavam ajudando na recuperação de duas perdas muito significativas para sua vida.

“Eu sou uma pessoa batalhadora. Gosto de trabalhar. Eu estava triste em casa quando mim informaram sobre esse curso. Foi air [aí] que eu melhorei quando eu vir para car [cá]. Por caso de duas perdas muito perto uma da outra, minha filha e depois meu esposo faz 15 dias.”

Outro fator importante apresentado pelas mulheres foi a maior interação com espaço público, proporcionada pelo projeto. Elas apontam como ponto

positivo a socialização com outras pessoas, o que talvez não seja freqüente no espaço privado.

“[...] e agora estamos aqui aprendendo mais um⁴⁸, que é muito bom estarmos aqui, juntas.”

“[...] Eu conheci duas pessoas gentis e pacientes que deixa um pouco de si para nós e espero que leve junto de si o melhor de nós todas.”

Outro aspecto percebido foi a baixa auto-estima de algumas mulheres, quando se referem ao conhecimento, pois nas falas elas expressam o desejo de obter mais conhecimento e acreditam que para isso é necessário “abrir a mente”. Entende-se então, que as mesmas consideram suas “mentes fechadas”, ou seja, é como se elas possuíssem limitações para o aprendizado, considerando o saber como algo também relacionado ao divino.

“Eu quero conseguir tudo de bom em minha vida e da minha família. Eu quero que Deus abra a minha mente para mi despertar as minhas idéias.”

“Que pena que foi muito pouco tempo para nós aprende-los⁴⁹. E a gente não soube fazer direito, mais nós estamos aqui para aprender.”

Quando foram questionadas sobre o que as levou ao projeto, as mulheres falaram o seguinte:

“[...] faço parte do projeto inclusão produtiva, apoiada pelo governo Federal, são curso profissionalizantes [...] cheguei até aqui atreves da AMPS.”

“[...] faço parte da associação a cinco anos, más somente agora foi que vim participar realmente das atividades da associação. Estou fazendo parte do projeto das costureiras e foi através desse projeto que estou aqui fazendo esse curso.”

“[...] a Silvana, que sabendo do meu modo de vida financeiro mim convidou para participar do projeto Fomento ao Consumo Sustentável. E agora estou encantada em saber que posso mudar um pouco do meu mundo, minha vida

⁴⁸ Quando a participante fala “mais um” está se referindo a mais um curso trazido pela Associação dos Moradores do Parque Santana.

⁴⁹ Nesta fala, a participante está se referindo ao reduzido tempo destinado à oficina sobre consumo consciente (primeiro módulo do projeto Fomento ao Consumo Sustentável) e a dinâmica Jogo da Vida (planejamento do orçamento familiar.)

financeira e comunitária. Melhorias para o meio ambiente de uma maneira justa e solidaria.”

“Minha vizinha me convidou pra fazer parte da associação, a partir dair [daí] fui me envolvendo cada vêz mais. 1° começando a formar um grupo prá cooperativa, participando de algumas reuniões; 2° veio o curso de Cozinha Brasil, que é o reaproveitamento de frutas e verduras, depois veio o curso de reaproveitamento de retalhos e agora estamos aqui aprendendo mais [...]”

Através das falas citadas acima, percebeu-se que Associação dos Moradores do Parque Santana (AMPS) em conjunto com o grupo de mulheres que estão discutindo a formação da cooperativa, tem possibilitado a inserção da comunidade em diversos projetos.

Considerações finais

Diante da discussão aqui apresentada, percebeu-se que o projeto Fomento ao Consumo Sustentável, possibilitou o aprendizado de conhecimentos que poderão ser utilizados durante a implantação da cooperativa de mulheres do Parque Santana, como também, contribuiu para que algumas mulheres percebessem que são sujeitos capazes de colaborar com a transformação da realidade. Essas contribuições estavam presentes nas falas das mulheres quando as mesmas relatavam o que as levou ao projeto, bem como, quando elas falaram da importância dos conhecimentos agregados às suas vidas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, 1995.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista Tribunais, 1990.

CLODOVIS, Boff. **Como trabalhar com o povo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOUVEIA, Tacia; CAMURÇA, Silvia. **O que é gênero**. 2. ed. Cadernos SOS Corpo, Recife, 1999.

LINS, Lucicléia Teixeira. Percepções nas relações de gênero em experiências de economia solidária. 2007.

MANETTI, et al. **Economia Solidária no Brasil: uma outra economia acontece**. Brasília, 2008.

MUNIZ, Cátia Regina. As Construções Simbólicas de Exclusão em uma fábrica no interior do Estado de São Paulo. **Humanitas**, Campinas, v. 4, n.º 2, ago./dez., 2001.

SAFFIOTI, Heileieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.